

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**LUIZA DIAS DE OLIVEIRA**

**AS GRADES QUE ENVOLVEM O BERÇO:  
maternidades no contexto do Presídio Estadual  
Feminino Madre Pelletier**

**São Leopoldo**

**2019**

LUIZA DIAS DE OLIVEIRA

**AS GRADES QUE ENVOLVEM O BERÇO:  
maternidades no contexto do Presídio Estadual  
Feminino Madre Pelletier**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Miriam Steffen Vieira

São Leopoldo

2019

O48g

Oliveira, Luiza Dias de.

As grades que envolvem o berço : maternidades no contexto do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier / Luiza Dias de Oliveira. – 2019.

119 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

“Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Miriam Steffen Vieira.”

1. Maternidade. 2. Prisão. 3. Estado. 4. Interseccionalidades. 5. Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier. I. Título.

CDU 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

LUIZA DIAS DE OLIVEIRA

**AS GRADES QUE ENVOLVEM O BERÇO:  
maternidades no contexto do Presídio Estadual  
Feminino Madre Pelletier**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 28 de fevereiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Miriam Steffen Vieira (orientadora) – UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Laura Cecilia López – UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rochele Fellini Fachinetto – UFRGS

Àquela que tem o coração do tamanho do mundo,  
que não poupa amor nem carinho;  
à mulher dos colos, das comidinhas e das palavras de  
incentivo.

Àquele que me ensinou a importância do estudo,  
que dedicou a vida a passar seu conhecimento aos  
outros;  
ao que antes me levava pela mão e hoje,  
de cima, me puxa por um fiozinho que me mantém em pé.

## AGRADECIMENTOS

Há muito, autores falam sobre largar a sociedade e viver na solidão das florestas. Chris McCandless, que inspirou o livro *Na natureza selvagem*, deixou a família, o diploma e a vida que conhecia para trás a fim de percorrer um caminho até o Alasca e viver junto à natureza. Pouco antes de morrer, Chris entalhou em um pedaço de madeira “happiness only real when shared”, ou seja, a felicidade só é real quando compartilhada. Eu também poderia ter trilhado um caminho solitário, sem as pessoas que me acompanharam e estiveram presentes. Esse caminho talvez levasse ao mesmo fim, mas, certamente, não seria feliz como foi o que trilhei.

Desta forma, começo agradecendo à minha mãe, minha fonte de inspiração e de luta, mulher que me acompanhou na estrada, deu força, amparo, carinho e amor; que me incentivou a seguir no caminho da pesquisa, a me aventurar pelo mundo dos presídios; que me fez ter o pé no chão, me ensinou como olhar o próximo e me mostrou como dar valor às oportunidades; que me mostrou, desde pequena, que as diferenças que existem na sociedade são impostas de cima para baixo. Por vezes, acredito que absorvi a mensagem tão bem que a assusto com meus pensamentos, ideologias e ideais um tanto radicais. No entanto, foi ela quem se fez presente, de forma integral, do início ao fim destes dois anos de mestrado, sendo meu apoio e porto seguro.

Ao lado da mãe, também agradeço ao meu pai, que, mesmo não estando mais presente fisicamente, ainda é minha fonte de inspiração para seguir firme no mundo da pesquisa. Professor universitário e pesquisador ávido, ele me incentivou, através das suas atitudes cotidianas, a sonhar, desde muito tempo, em trilhar o mesmo caminho que ele. Ético, humilde e trabalhador, sempre mostrou as características necessárias para ser um profissional bem-sucedido, sendo exemplo para todos à sua volta.

Agradeço também à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Miriam Steffen Vieira, pelo conhecimento compartilhado, pelas conversas de apoio, por ter acreditado e apostado nas minhas ideias, dado forma a elas e me ajudado a concretizar os meus planos. Tenho certeza que, sem teu conhecimento, esse trabalho não teria se desenvolvido. Obrigada por abrir portas novas e me mostrar novas teorias, metodologias e, por conseguinte, me ajudar a aumentar o meu conhecimento.

Agradeço também à minha irmã. Mulher ávida, posicionada, inteligente, de valores fortes e bem definidos. Pessoa que me inspira a seguir no caminho certo, que me puxa as orelhas quando necessário e que me faz enxergar além do que meu espectro me permite.

Agradeço às minhas colegas de curso e de grupo de pesquisa pelas aulas compartilhadas, almoços em grupo, mates divididos, enfim, por terem compartilhado essa experiência da pós-graduação de forma tão serena e amiga. Agradeço em especial à Vic, que se tornou uma amiga muito querida e fonte de imensos desabafos durante esse período. Não te duvida nunca, Vic; teu futuro, assim como teu presente, vai ser brilhante! Também não posso deixar de agradecer à secretária do curso, Maris, por todo apoio, por estar sempre disposta, ajudando em todas as dúvidas e aliviando diversos momentos. Também sou extremamente grata aos professores do curso. Chegar de uma graduação diferente foi um desafio enorme, mas, a cada aula, aumentava minha vontade de aprender mais sobre as Ciências Sociais. Nesse curso, tive mestres excelentes, que repassaram seu conhecimento de forma brilhante. São pessoas que levo com carinho na minha vida, que me agregaram não só na vida acadêmica, mas que me ensinaram o que é didática da forma mais linda possível.

Agradeço às minhas interlocutoras, as mulheres presas que são o motivo dessa pesquisa, que me acolheram, me contaram suas histórias e me deixaram conviver com elas durante as inserções em campo. Obrigada por se abrirem, por me deixarem entrar, por me aceitarem e por me incluírem. Mulheres fortes, resilientes, mães. Obrigada por não se fecharem dentro das grades do cárcere, por me ensinarem tanto sobre a vida, por me fazerem enxergar além do óbvio. Também agradeço às técnicas que me receberam no presídio e abriram as portas para que eu realizasse a minha pesquisa. Obrigada por mostrarem caminhos, me encaminharem e me mostrarem que existem mais lados do encarceramento do que eu imaginava.

Agradeço às minhas amigas, mulheres que escolhi para serem família, apesar da genética não ter dado essa força. Pessoas que admiro, que me acolhem, escutam as minhas reclamações, meus desabafos, minhas alegrias e conquistas. Obrigada por estarem ao meu lado, por serem minhas heroínas, minhas referências, minhas fontes de admiração e de cuidado. Eu amo vocês!

Por fim, agradeço a todos aqueles que são sinônimo de luta. Por terem calcificado o caminho que hoje percorremos, pelos avanços sociais, pelas brigas constantes, pela força e pela coragem. Seguiremos juntos, nos apoiando, dando

forças e lutando para que não se retroceda, para que nossos avanços não esmaçam e nossa luta siga forte, unida e compartilhada. Nomeio, especificamente, o ex-presidente Lula e a ex-presidenta Dilma. Obrigada por solidificarem os recursos que me auxiliaram a fazer esse mestrado, em especial a Capes, e por terem um olhar atento à pesquisa e à docência.

Corredor longo e profundo  
Úmido, sombrio, escuro  
Em que habita a tristeza do mundo  
Destino dos mais impuros  
Túnel que acaba em grade  
Ferro, ferrolho, cadeado  
Sumidouro da liberdade  
Onde o futuro é condenado  
Depósito de rejeitados  
De graves pecados mundanos  
Por todos, desgraçados  
No fundo, apenas humanos  
Mas nem tudo é só tristeza  
O contrafluxo traz esperança  
Mesmo a dor tem sua beleza  
No doce abraço de uma criança  
Paradoxo de humanidades  
Há coisa que bem não vai  
Se o rico nunca entra  
E o pobre nunca sai  
Bruno Seligman de Menezes – 28/07/2018

Não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira,  
mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.  
Audre Lorde

## RESUMO

A presente dissertação aborda o contexto da maternidade dentro do sistema penitenciário a partir da Unidade Materno-Infantil do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PEFMP), em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no período de julho de 2018. De forma específica, busco compreender como se dá a experiência da maternidade, permeada pelo Estado e atravessada pelas relações entre presas e técnicas, presas e presas e presas e suas famílias. A análise foi desenvolvida a partir da perspectiva da Antropologia do Estado. A metodologia privilegiada desta pesquisa foi a etnografia, baseada na observação participante, em entrevistas e na elaboração de um diário de campo. A pesquisa de campo foi fundamental na construção da compreensão acerca dos percursos do Estado, das imbricações da maternidade no ambiente carcerário e das interseccionalidades de gênero e raça que atravessam o sistema. Foi possível constatar as formas em que o Estado se faz presente e ausente na vida dessas mulheres encarceradas, desde os processos judiciais até as relações com as técnicas e agentes, por vezes afetivas e por outras repletas de tensões. Também foi possível constatar a seletividade do sistema, analisando os dados fornecidos pelas próprias presas, assim como perceber formas de racismo no sistema. Complementarmente, as relações entre mães e bebês foram observadas amplamente, sendo possível concluir que as mulheres são submetidas ao confinamento direto e contínuo com os filhos, para, em um momento posterior, serem separadas deles.

**Palavras-chave:** Maternidade. Prisão. Estado. Interseccionalidades. Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier.

## ABSTRACT

This dissertation addresses the context of motherhood within the prison system, from the Maternal and Child Unit, at the Madre Pelletier Female State Prison, in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, in the period of July of 2018. In this context, I try to understand how the experience of motherhood happens, permeated by the State and crossed by the relations between inmate and staff, inmate and inmate and with their families. The analysis was developed from the perspective of State Anthropology. The preferred methodology of this research was ethnography, based on participant observation, interviews and field diary. Field research was fundamental in building an understanding of the pathways of the state, the imbrications of motherhood in the prison environment and the intersectionalities of gender and race that cross the system. It was possible to verify the ways in which the State is present and absent in the lives of these incarcerated women, from the judicial processes to the relations with the staff and agents, sometimes affective and by others full of tensions. It was also possible to verify the selectivity of the system, by analyzing the data provided by the inmates themselves, as well as perceived forms of racism in the system. Complementarily, the relations between mothers and babies were widely observed, and it is possible to conclude that women are subjected to direct and continuous confinement with their children, in order to be separated from them later.

**Key-words:** Maternity. Prison. State. Intersectionality. Madre Pelletier Female State Prison.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mulher algemada no PEFMP .....	18
Figura 2 – Localização do PEFMP .....	52
Figura 3 - Fachada do PEFMP e estacionamento.....	57
Figura 4 – Porta principal de entrada para a UMI.....	58
Figura 5 - À direita, salas para consultas psicossocial e pediátrica.....	59
Figura 6 – Sala recreativa antes de ficar inutilizada. Está localizada no subsolo da UMI .....	74
Figura 7 – Escada que dá para o segundo andar e alojamento das mães .....	75
Figura 8 – Hora do banho .....	77
Figura 9 – Pátio no subsolo. Atualmente está coberto por mato, sem uso. Acima e à esquerda, roupas secando na sacada. À direita e abaixo, entrada da antiga sala de recreações que também está sem uso .....	78
Figura 10 – Gestante em frente à porta de entrada da UMI.....	90
Figura 11 – Presas na sala de atendimento .....	92
Figura 12 – Alojamento para as mães e os bebês .....	94
Figura 13 – Bebê na sala de recreação que foi inutilizada.....	96
Figura 14 – Presas têm aula de manicure e fazem as unhas umas das outras .....	100
Figura 15 – Mãe segura bebê no colo na UMI .....	101

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Características das presas entrevistadas.....	63
--	----

## LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPP	Código de Processo Penal
ESP	Escola do Serviço Penitenciário
HC	Habeas Corpus
IFRS	Instituto Feminino de Readaptação Social
Infopen	Sistema de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
PEFG	Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba
PEFMP	Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier
PESM	Penitenciária Estadual de Santa Maria
PIM	Primeira Infância Melhor
PRSM	Presídio Regional de Santa Maria
STF	Supremo Tribunal Federal
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
UPO	Um Pelo Outro
UMI	Unidade Materno-Infantil
VEC	Vara de Execuções Criminais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 CAMINHOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Antropologia do Estado.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2 Prisões .....</b>	<b>28</b>
2.2.1 Prisão e poder .....	28
2.2.2 As prisões no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre.....	30
<b>2.3 Interseccionalidades.....</b>	<b>35</b>
<b>2.4 A seletividade do sistema carcerário e a criminalidade feminina.....</b>	<b>38</b>
<b>2.5 A maternidade no cárcere .....</b>	<b>42</b>
<b>3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 Contextualização do universo empírico.....</b>	<b>52</b>
<b>4 DENTRO DO CAMPO: PERCEPÇÕES E ANÁLISES .....</b>	<b>56</b>
<b>4.1 As trajetórias e as considerações individuais.....</b>	<b>60</b>
Margarida .....	61
Rosa .....	64
Tulipa.....	66
Gérbera .....	68
Mimosa.....	69
Babosa .....	70
Áster .....	71
<b>4.2 A infraestrutura, as técnicas e o Estado .....</b>	<b>72</b>
<b>4.3 Filhos, famílias e distância: a maternidade no cárcere e suas imbricações</b>	<b>91</b>
<b>4.4 Afetos e desafetos: as relações entre as presas.....</b>	<b>99</b>
<b>5 MINHA PARTICIPAÇÃO, CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE B – TÓPICO GUIA .....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA.....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação aborda o contexto da maternidade dentro do sistema penitenciário, focando, especificamente, o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PEFMP), em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. No decorrer deste trabalho, trago relatos e observações acerca da maternidade no cárcere. Justifico a relevância do tema a partir da necessidade de se estudar a complexidade da maternidade dentro do sistema penitenciário. Busco, a longo prazo, fornecer uma contribuição social para o entendimento das experiências da maternidade dentro da prisão. Além disso, pretendo contribuir com essa pesquisa para a humanização da vida no cárcere.

Inseri-me na temática a partir de uma matéria que realizei enquanto trabalhava como jornalista em um jornal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A pauta era sobre o projeto Inspira, idealizado pela Polícia Federal e por outras entidades, que levava detentas do Presídio Regional de Santa Maria (PRSM) para passar o dia fora da instituição com os filhos. Conversar com as presas e presenciar o reencontro delas com as crianças fez com que eu me interessasse pelo assunto. Por isso, fui atrás de mais informações e passei a produzir academicamente sobre essa temática enquanto cursava Direito. Considerando que muitas das mulheres não viam os filhos há bastante tempo, o dia foi bastante emotivo e me fez questionar as aplicações das legislações penais também às crianças, além das consequências do distanciamento tanto para estas quanto para as presas.

Além do espectro pessoal, esta dissertação também tem um viés social, considerando que vivemos em um período de eclosão da violência urbana e de encarceramento em massa. Segundo o Levantamento Nacional do Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2016, fornecido pelo Ministério da Justiça, de 2000 a 2016, o aumento da população carcerária feminina foi de 698%. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>1</sup> complementou essa informação ao divulgar dados referentes à população de mulheres grávidas e lactantes nos presídios brasileiros em 2017. De acordo com o levantamento, havia 622 mulheres presas gestantes ou lactantes no país. Dessas, 373 estavam grávidas e 249 amamentavam. São Paulo era o estado com o maior número de detentas nessa condição: 235.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86062-brasil-tem-622-gravidas-ou-lactantes-em-presidios>>. Acesso em: março de 2018.

No Rio Grande do Sul, ainda segundo o levantamento do CNJ, havia nove gestantes e cinco lactantes. No entanto, em notícia veiculada em fevereiro de 2018, o site GaúchaZH<sup>2</sup> divulgou que havia 34 gestantes no sistema prisional gaúcho. Desse total, 17 estavam no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier. Ainda segundo a notícia, três bebês haviam nascido durante o feriado de Carnaval. As informações foram repassadas ao veículo pela juíza da Vara de Execuções Criminais responsável pelo presídio.

Esse crescimento no número de mulheres encarceradas tem reflexos nas rotinas familiares. Segundo dados fornecidos pelo Ministério Público,<sup>3</sup> em 2015, das 257 mulheres que estavam presas no PEFMP, 121 tinham filhos. Dessas, 50% não recebiam visita deles na instituição e 68% não sabiam informar o endereço em que os filhos residiam. Em relação às crianças, apenas 5% delas recebia algum tipo de acompanhamento psicológico, 27% estavam fora da escola, 85% estavam sendo cuidadas por pessoas que não possuíam a guarda definida legalmente e 16% não tinham o nome do pai na certidão de nascimento. Esses dados não foram atualizados desde então.

Ademais, as denúncias a respeito da não garantia de direitos dessas mulheres crescem a cada ano. Em outubro de 2015, por exemplo, uma presa deu à luz na solitária da Penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro.<sup>4</sup> Apesar de esse fato ter repercutido e ganhado as páginas de jornais, outros casos semelhantes acontecem no país sem que sejam noticiados e registrados, ficando restritos a conversas informais sobre o tema. Além dessas graves violações, a análise da aplicação da legislação também revela um descaso quanto ao encarceramento feminino. Embora existam leis que prevejam a obrigatoriedade de celas e/ou dormitórios específicos para gestantes, como a Lei de Execução Penal (LEP), apenas 16% dos estabelecimentos prisionais destinados às mulheres o possuem, segundo o Infopen Mulheres 2016.

Outra legislação que deve ser mencionada é o Marco Legal da Primeira Infância, aprovado em 2016. Entre outras disposições, o Marco alterou parte do artigo

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/02/stf-julga-nesta-terca-feira-habeas-coletivo-para-detentas-gravidas-cjduzb8il02z501n3khi2aggu.html>>. Acesso em: abril de 2018.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/09/metade-das-detentas-da-madre-pelletier-nao-recebe-visita-dos-filhos-diz-estudo-4844027.html>>. Acesso em: abril de 2018.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,presa-da-a-luz-dentro-de-solitaria-em-penitenciaria-do-rio,1786404>>. Acesso em: abril de 2018.

318 do Código de Processo Penal (CPP), garantindo que mulheres grávidas e/ou mães de crianças com até 12 anos incompletos possam ter a prisão preventiva (ou seja, elas ainda não foram condenadas) substituída por prisão domiciliar. Foi baseado nessa lei que Adriana Ancelmo, esposa do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, conseguiu o habeas corpus (HC) que a permitiu responder ao processo em prisão domiciliar em 2017. O caso levantou o debate acerca da aplicação da lei, considerando-se que poucas mulheres até então haviam conseguido o benefício.

No âmbito do Poder Judiciário, no dia 20 de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou um habeas corpus coletivo, impetrado pela Defensoria Pública da União e pelo Coletivo de Advogados em Direitos Humanos. O objetivo do pedido era conseguir a conversão da prisão preventiva em domiciliar para todas as mulheres que se enquadram no que está disposto no referido artigo 318. Por maioria de votos, o STF concedeu o HC, abrangendo também as mulheres que possuem a guarda de pessoas com deficiência. A decisão deveria ser aplicada em até 60 dias, ou seja, passou a valer a partir de abril de 2018.

É importante ressaltar que a decisão não é válida para as mulheres que já foram condenadas e cumprem a sentença em regime fechado. Para essas presas, a despeito da falta de investimentos que visem a melhoria da qualidade de vida delas e de seus bebês, os estabelecimentos prisionais se tornam um lugar privilegiado para a normatização de gênero perpetrada pelo Estado (CUOZZO, 2016; PEREIRA, 2012). Essas práticas têm origem na fundação das prisões destinadas para as mulheres. Nas primeiras décadas após a sua inauguração, o PEFMP, por exemplo, focava na recuperação das mulheres “criminosas” a partir do ensino de trabalhos domésticos ou de corte e costura. Ou seja, em atividades que ainda hoje são atribuídas às mulheres e que recaem sobre a domesticação e os estereótipos de gênero, tendo o objetivo de recuperá-las e torná-las boas esposas, mães e donas de casa religiosas. Seria dessa forma que elas retomariam seu lugar na sociedade e deixariam de cometer “crimes”, como serem muito preguiçosas, perderem a virgindade, etc. (KARPOWICZ, 2017).

Segundo Leni Colares (2011), em uma pesquisa sociológica a respeito das questões de sociação em um presídio feminino a partir das cartas enviadas pelas reclusas ao Ministério Público, mesmo mais recentemente, a concepção de “mãe inadequada” servia para justificar esse efeito normativo do Estado sobre as mulheres. Assim, as visitas íntimas, direito de homens e mulheres, eram mais restritas nos estabelecimentos femininos do que nos masculinos. Ou seja, atualmente o cenário

não é muito diferente daquele mencionado anteriormente, apesar de os objetivos do encarceramento terem mudado no decorrer das décadas. Hoje em dia, a maior parte dos serviços realizados pelas internas estão relacionados à produção artesanal, à limpeza e à lavagem de roupas, reforçando concepções relacionadas ao gênero (PEREIRA, 2012). Além disso, pouco se contribui na formação profissional que servirá para essas mulheres extramuros.

Nesse contexto, a maternidade surge e é encarada como um fator propulsor de normatização. Até mesmo nos discursos proferidos no Tribunal do Júri criam-se teses sobre a mulher “mais criminosa” e “menos criminosa” (FACHINETTO, 2012). Conforme estudo realizado por Rochele Fachinetti (2012), no qual foram abordados os discursos dos agentes do Sistema de Justiça em casos em que mulheres haviam assassinado homens e em que homens haviam assassinado mulheres, buscava-se a inocência ou a condenação baseada no desempenho da ré enquanto mãe.

As normativas sobre a maternidade no cárcere podem ser encaradas como uma forma de “docilização” do corpo feminino, conforme teoriza Foucault (2014; 2015). Segundo o autor, o adestramento dos corpos deve sempre levar em consideração os meios disponíveis para tanto. Ser mãe dentro do cárcere, pelo período possível, destina todos os recursos e pensamentos das mulheres para os bebês. É com eles que elas passam 24 horas do dia, sete dias por semana. São elas as responsáveis por todos os cuidados, inclusive a administração de medicamentos quando as crianças ficam doentes. Essa tarefa se torna ainda mais complicada pelo fato de as detentas não poderem ter um despertador, o que significa noites em claro para ministrar os remédios nos horários corretos (PEREIRA, 2012).

Quanto aos filhos extramuros, a convivência com as mães presas depende dos parentes próximos, que levam as crianças nos dias de visita. Quando eles não vão até o estabelecimento prisional, cabe à família visitante levar notícias dos pequenos às mulheres (COLARES, 2011). É preciso destacar os casos em que a presa está em regime fechado em uma cidade diferente da sua, dificultando as visitas, ou até mesmo os casos recorrentes de presas que não recebem visitas das famílias, ficando privadas de informações sobre a vida dos filhos.

Colares (2011) constatou que as mulheres que procedem de situações de “pobreza extrema” e que não contam com o apoio familiar se sentem mais sobrecarregadas emocionalmente do que as outras. Uma das presas, grávida, conta que o filho de dois anos possui o vírus HIV e está doente, precisando dos cuidados

da mãe. Por outro lado, na vida com os filhos intramuros, a maternidade ainda era vista como uma forma de reintegrar as mulheres na sociedade.

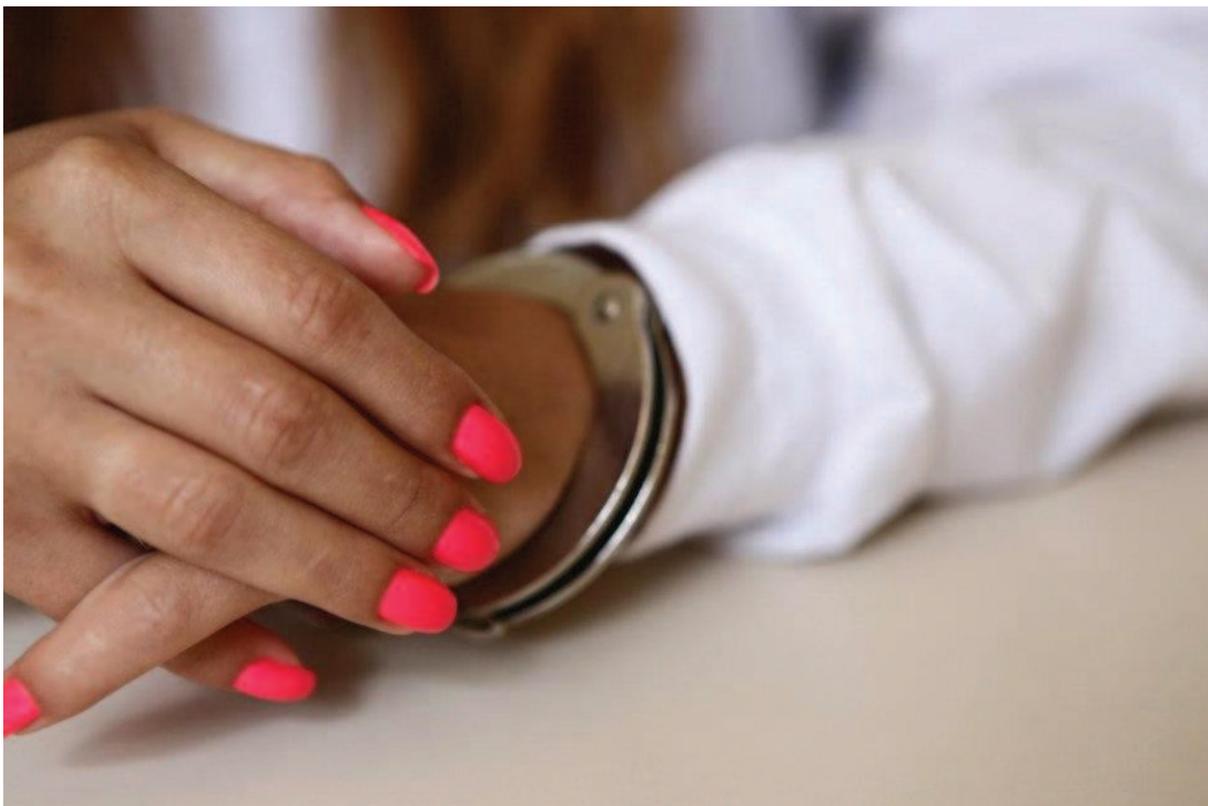
Considerando essas informações e o fato de que o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier possui a Unidade Materno-Infantil (UMI), essa instituição foi escolhida para a realização da pesquisa de campo que embasa esta dissertação. O presídio referido é o único no Estado do Rio Grande do Sul que possui uma UMI. Nesta pesquisa, foram estudadas as experiências da maternidade no contexto carcerário, atentando às práticas sociais e às narrativas das apenadas no PEFMP.

Em relação ao PEFMP, em outubro de 2009, houve uma mudança nas diretrizes da creche. Até aquele momento, havia 32 crianças com as mães e apenas quatro berços, além de não haver uma idade determinada para a permanência das crianças lá. A partir daquele mês, um esforço conjunto entre a Vara de Execuções Criminais, o Juizado da Criança e do Adolescente e o próprio presídio retirou a maior parte das crianças do local. A determinação era de que as presas ficassem com os bebês até que eles completassem seis meses de idade. Posteriormente, as crianças eram entregues às famílias ou à adoção, caso não houvesse um parente que se responsabilizasse por elas (COLARES, 2011).

Cabe ressaltar que, hoje, os bebês permanecem com as mães no PEFMP até completarem um ano de idade. Então, eles devem ser entregues para a família, ou, caso não haja nenhum familiar ou amigo que possa ficar com a tutela, eles ficam em um abrigo do Estado até que as mães terminem de cumprir a pena. Uma UMI havia entrado em funcionamento na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba (PEFG), mas foi desativada pouco tempo depois por questões estruturais.

O PEFMP tem uma história antiga. Ele foi inaugurado na década de 1930 em um prédio fornecido pelo governo, que havia assinado um contrato com as irmãs da Congregação do Bom Pastor D'Angers. As irmãs continuaram no comando da casa até 1980. Depois disso, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) passou a controlar o local (KARPOWICZ, 2017). O espaço é dividido em três galerias, mais a Unidade Materno-Infantil. As reclusas são distribuídas nessas alas conforme condições de saúde, crimes cometidos, trabalho realizado dentro do presídio e reincidência (CUOZZO, 2016).

Figura 1 – Mulher algemada no PEFMP



Fonte: BRZUSKA, 2011h.

Atualmente, 214<sup>5</sup> mulheres estão encarceradas no PEFMP. Os dados concernentes à quantidade de gestantes e lactantes são flutuantes, considerando-se que muitas mulheres sem condenação são presas provisoriamente e, posteriormente, devido ao HC coletivo, recebem o benefício de responder ao processo em prisão domiciliar. Por isso, eles podem mudar a cada dia. Para essa pesquisa, foi mantido contato com sete presas que estiveram presas durante o mês de incursão em campo. Todas foram entrevistadas, porém, três delas, por possuírem trajetórias sociológicas diferentes (raça/cor, idade, tempo de pena, etc.), foram entrevistadas com mais profundidade, a fim de diversificar os dados coletados. Com o objetivo de manter em sigilo os nomes das presas, por motivos éticos, decidi nomeá-las a partir de flores. Chamei-as Margarida, Gérbera, Mimosa, Tulipa, Rosa, Babosa e Áster a fim de amenizar a situação em que estão inseridas.

O campo desta pesquisa foi realizado durante o mês de julho de 2018. O processo para autorização foi bastante burocrático. Passei, primeiramente, pelo Comitê de Ética da Escola dos Serviços Penitenciários (ESP). O projeto ficou em

---

<sup>5</sup> Dados referentes a agosto de 2018, últimos informados pela SUSEPE.

apreciação nesse comitê entre agosto e dezembro de 2017. Em março de 2018, encaminhei o mesmo projeto para apreciação no Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), tendo aprovação no final de maio. Esse percurso é exigido pela SUSEPE para realização de pesquisa nos estabelecimentos penitenciários do Rio Grande do Sul. Pude, então, começar o campo no início de julho. No primeiro dia, tive reunião com a vice-diretora da PEFMP e a coordenadora da UMI. Conversamos sobre o projeto e as minhas expectativas e formulamos um cronograma de visitas. Acordamos em três visitas por semana, distribuídas em diferentes turnos. Esse acordo exigiu negociações, considerando-se que minha vontade era realizar as observações em um número maior de dias. No entanto, o presídio, assim como outros estabelecimentos do Estado, está com falta de pessoal, e, por isso, nem sempre havia algum agente para me acompanhar na UMI.

Partindo dessas visitas, esta pesquisa tem por objetivo contribuir com o tema a partir da seguinte questão: como são construídos os significados da experiência da maternidade no contexto carcerário? Busquei explorar a temática a partir das narrativas das internas no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier e por meio de um estudo etnográfico. Para tanto, estipulei um objetivo geral, o de analisar as experiências da maternidade no contexto carcerário a partir das narrativas das reclusas no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier. Complementarmente, três objetivos específicos foram definidos: identificar as normativas que regulamentam a maternidade no sistema prisional e analisar seus usos no Madre Pelletier; verificar e analisar as práticas de maternidade no Madre Pelletier, como gravidez, parto e práticas de cuidado; e compreender como a maternidade se apresenta nas relações entre as reclusas, familiares e técnicas do presídio.

Uma vez que a etnografia proposta foi realizada a partir de uma instância do Estado, interessava compreender os seus processos de constituição a partir das relações, práticas, rotinas, procedimentos e discursos dentro do presídio. Para tanto, baseei-me nas ideias de Abrams (2006) quanto à concepção do Estado como algo ideológico (Estado-ideia) e como Estado-sistema. O primeiro “apresenta poder politicamente institucionalizado de uma forma que é, de uma única vez, integrado e isolado e, por satisfazer essas duas condições, cria para o nosso tipo de sociedade

uma base aceitável para aquiescência” (ABRAMS, 2006, p. 117, tradução nossa).<sup>6</sup> Já o segundo diz respeito às práticas institucionalizadas, à administração, uma face mais objetiva e interventiva, focada no governo (ABRAMS, 2006).

Para Mitchell (2006, p. 170, tradução nossa), “o Estado-ideia e o Estado-sistema são mais bem vistos como dois aspectos do mesmo processo”,<sup>7</sup>, ou seja, estão relacionados e são complementares. Ainda segundo Abrams (2006), esses dois conceitos devem ser estudados nas suas relações com outras formas de poder, levando a uma compreensão dos “processos de formação do Estado”.

Segundo Foucault (1999), a tríade poder, direito e verdade está intimamente ligada. Segundo o autor, o poder depende da produção de discursos de verdade: “somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar” (FOUCAULT, 1999, p. 29). Ou seja, o poder institucionaliza a verdade e é propulsionado por ela. Esses discursos de verdade podem ser representados pelas regras de direito, que são decisórias, obrigatórias e compulsórias: “Somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 29).

No caso dos presídios femininos brasileiros, esse estabelecimento de poder é importante de ser observado na medida em que ele rege as relações intramuros, tanto entre internas e técnicos quanto entre as próprias internas. As relações de poder se formam a partir dos discursos, das práticas e das normativas, mas também pela relação técnico e detenta. Essa última representa um espectro do Estado que é, por um lado, baseado em um imaginário, e, por outro, objetivo e diretivo, assim como as concepções definidas por Abrams (2006) citadas anteriormente.

As informações trazidas, associadas ao referencial teórico pesquisado possibilitaram delimitar o objeto desta dissertação, circunscrito à experiência da maternidade em situação prisional, especificamente focalizando as diferentes dimensões em torno deste contexto: (1) das relações entre mães e filhos a partir das narrativas das mulheres reclusas; (2) das relações das mães com as técnicas do

---

<sup>6</sup> “It presents politically institutionalised power to us in a form that is at once integrated and isolated and by satisfying both these conditions it creates for our sort of society an acceptable basis for acquiescence”.

<sup>7</sup> “The state-idea and the state-system are better seen as two aspects of the same process”.

sistema prisional; (3) das reações entre as mães que compartilham a situação de maternidade no sistema prisional; e (4) da relação das mães com os familiares.

Esta dissertação está dividida, além desta introdução e das considerações finais, entre referencial teórico e revisão da literatura, metodologia utilizada e análise e discussão dos dados. O referencial teórico e a revisão da literatura estão separados entre Antropologia do Estado, que faz a base teórica desta pesquisa, seguida pela temática da prisão e do poder. Além disso, nele consta um panorama histórico sobre o cárcere, estudos sobre interseccionalidade, criminalidade feminina e seletividade do sistema penal, e, por fim, estudos sobre a maternidade no cárcere.

Em seguida, trago o capítulo que traz em mais detalhes o método escolhido e privilegiado desta pesquisa, a etnografia. Abordo as questões da observação participante e do diário de campo, assim como as entrevistas narrativas. Também descrevo como foi o processo de inserção no campo, incluindo a parte burocrática dos comitês de ética e as primeiras impressões acerca do presídio.

Posteriormente, apresento a análise e discussão dos dados, que está dividida em quatro subcapítulos. No primeiro, abordo as trajetórias e as considerações individuais de cada interlocutora da pesquisa. No segundo, trato da infraestrutura, da relação entre técnicas e presas e como essas questões são permeadas pelo Estado. No terceiro, trago as relações entre presas e familiares, incluindo a maternidade no cárcere e extramuros. Por fim, no quarto e último subcapítulo, trago as relações entre as próprias presas.

O capítulo final traz as últimas considerações da pesquisa, minhas conclusões, bem como o meu olhar sobre as incursões em campo e minhas percepções sobre a maternidade no cárcere e suas relações decorrentes. Busquei abordar a minha participação enquanto pesquisadora com o objetivo de trazer a visão do etnógrafo enquanto pessoa que precisa manter um distanciamento do seu objeto de pesquisa, mas que, de certa forma, também acaba sendo puxado para dentro do universo pesquisado, criando laços afetivos.

As fotografias que apresento nesta dissertação foram cedidas pelo juiz da Vara de Execuções Criminais (VEC) da Cadeia Pública, Sidinei Brzuska, e pela jornalista Joana Berwanger, do jornal Sul 21. As imagens foram selecionadas e aqui utilizadas com o objetivo de oferecer uma complementação às descrições que apresento, visto que não foi possível coletar imagens durante as minhas incursões em campo. Foram escolhidas fotografias que julguei relevantes para ilustrar o presídio, a UMI e algumas

relações observadas. Apesar da distância temporal das fotos feitas por Brzuska, acredito que elas ainda possuem uma grande relevância para que os ambientes dentro do presídio sejam apresentados para além das descrições escritas, pois estas podem não dar conta da complexidade do ambiente.

## 2 CAMINHOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS

A fundamentação teórica e revisão da literatura desta dissertação está organizada em diferentes eixos: (1) a perspectiva analítica da Antropologia do Estado; (2) questões teóricas acerca da prisão e do poder, além das formas como os poderes públicos têm punido no decorrer dos séculos; (3) apresentação de um panorama histórico do cárcere, brevemente dividido entre mundial, brasileiro e, mais especificamente, porto-alegrense; (4) estudos acerca das interseccionalidades e seus efeitos no sistema prisional; (5) produção bibliográfica sobre criminalidade feminina e seletividade desse sistema a partir de estudos empíricos, dados e legislações aplicadas; e (6) debates sobre a maternidade no sistema prisional.

A situação prisional de mulheres e de maternidades no sistema prisional vem sendo desenvolvida em diferentes bibliografias. O médico Drauzio Varella (2017), por exemplo, traz relatos sobre mulheres encarceradas a partir da visão das reclusas. Débora Diniz (2015), antropóloga, traz, a cada capítulo de *Cadeia: relatos sobre mulheres*, a história de uma presa diferente. Nana Queiroz (2015) apresenta um livro-reportagem também a respeito do encarceramento feminino, trazendo as mulheres presas como protagonistas de suas histórias. Essas obras (VARELLA, 2017; DINIZ, 2015; QUEIROZ, 2015) auxiliam na compreensão do contexto do cárcere, das vivências dessas mulheres, suas dificuldades cotidianas e desigualdades existentes por trás das grades.

Nas ciências sociais, especificamente no que diz respeito ao encarceramento feminino, destaco Julita Lemgruber (1999), que desenvolveu um estudo no Instituto Penal Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, no período entre 1976 e 1978, com mulheres presas. Em relação às etnografias focadas neste tema da maternidade em instituições prisionais gaúchas, apenas uma foi encontrada (PEREIRA, 2012). A pesquisa mencionada foi realizada antes da aprovação de legislações importantes concernentes ao tema, como o Marco Legal da Primeira Infância, que proporciona a possibilidade de prisão domiciliar para gestantes e mães de crianças de até 12 anos que estejam em prisão preventiva. Além disso, a Unidade Materno-Infantil do PEFMP passou por reformas no ano de 2017,<sup>8</sup> o que proporcionou uma análise da

---

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_conteudo=3012&cod\\_menu=4](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=3012&cod_menu=4)>. Acesso em: abril de 2018.

infraestrutura diferente daquela realizada há seis anos. Abordo a legislação e a reforma mencionadas neste parágrafo no decorrer da dissertação.

## 2.1 Antropologia do Estado

Abrams (2006) busca compreender o Estado para além da dimensão institucional ou política, coesa e homogênea. O autor acredita que é um problema tomar o Estado como um ente inalcançável e inatingível tanto pela política quanto pela sociedade. Essa suposta divisão seria um dos “efeitos do Estado”, mas é também difundida pelos próprios estudiosos do assunto. Tomar o Estado como independente das duas dimensões anteriormente mencionadas significa ignorar as relações políticas existentes na sociedade e como os efeitos do próprio Estado reforçariam os processos de sujeição.

Assim, como mencionado anteriormente, Abrams (2006) apresenta duas facetas complementares do Estado. A primeira, chamada de Estado-ideia, diz respeito justamente às formas de legitimação da sujeição por meio de uma visão ideológica que mascara as dominações político-econômicas. O Estado-sistema, por sua vez, é a parte diretiva, objetiva, referente às práticas institucionais. É justamente a dimensão ideológica que oportuniza as ações do Estado-sistema ao “desvincular o Estado de toda e qualquer forma de exercício e expressão de poder” (PORTO, 2017, p. 178). Desta forma, uma análise completa do Estado só aconteceria quando essas duas dimensões fossem analisadas de forma conjunta e complementar.

Na análise de Lopes (2016), que também concerne a esta etnografia, a “materialização” da ideia sobre o Estado pode ocorrer nas relações entre os atores (nesse caso, os técnicos ou agentes) “e em seus *encontros* com diversos outros personagens, seja por meio de documentos, dos dispositivos jurídicos, de diferentes aspectos da estrutura administrativa ou, ainda, dos discursos acionados” (LOPES, 2016, p. 11-12, grifo do autor). Cabe mencionar também as relações entre agentes/técnicos e detentas, nas quais os processos de sujeição, ocorridos por meio destes encontros, acontecem.

Dialogando com as ideias de Abrams, Mitchell (2006) aborda as questões de Estado-ideia e Estado-sistema a partir das concepções de poder desenvolvidas por Foucault. Na questão ideológica, como referido anteriormente, observar as diferentes

relações de poder pode demonstrar o caminho para o entendimento dos efeitos do Estado, suas estruturas e relações com o chamado Estado-ideia:

[...] é preciso compreender como ao longo do tempo foi sendo formulada e re-formulada a dimensão ideológica do Estado, e como esse processo ideologizante, ao ganhar força e se espalhar pelos distintos contextos do cotidiano dos grupos e indivíduos, permitiu que o aparato estatal pudesse funcionar sem que fosse percebido em sua essência, ou pelo menos que tivesse a dimensão da dominação e da sujeição ocultada justamente por esse artifício de construção da ilusão de Estado. E, para o autor, a chave do funcionamento deste artifício ideológico do Estado estaria justamente na separação histórica entre sociedade e Estado, recuperando em grande medida as reflexões de Foucault e enfatizando a construção desse efeito de Estado relacionado ao processo de ocultação da dimensão negativa (dominação, sujeição, etc.) da ação do Estado, o qual seria possível justamente com base nessa dissociação do Estado à sua conotação política (PORTO, 2017, p. 188).

Conforme Mitchell (2006), as representações ideológicas sobre o Estado ocorrem não só na esfera subjetiva, mas também se firmam na concretude de ações, discursos e estruturas. Afirmar que existe uma separação entre Estado e sociedade ou economia é ignorar a influência que o Estado-ideia possui sobre o Estado-sistema e vice-versa. Um exemplo são os processos de regulação e os conjuntos de leis que são basilares nas concepções estruturais do Estado moderno. Dentro desses sistemas, a linha divisória entre Estado e sociedade não é claramente definida.

Isso significa que não devemos ser enganados em tomar como certo a ideia do Estado como um objeto coerente e claramente separado da “sociedade” – mais do que devemos ser enganados pela imprecisão e complexidade desse fenômeno na rejeição do conceito de Estado como um todo. Concebido dessa forma, o Estado não deve mais ser tomado, essencialmente, como um ator, com a coerência, agência e autonomia que esse termo pressupõe. Os múltiplos arranjos que produzem a separação aparente do Estado criam efeitos de agência e autonomia parcial, com consequências concretas (MITCHELL, 2006, p. 176, tradução nossa).<sup>9</sup>

No entanto, essa separação, por vezes, pode não ser observada, o que faz com que o Estado apareça como um ator autônomo afetando a sociedade. A relação entre Estado e economia também aparece em uma situação bastante parecida. Para entrar nesse assunto, Mitchell apresenta as ideias de Foucault acerca da economia e das

---

<sup>9</sup> “It means that we should not be misled into taking for granted the idea of the state as a coherent object clearly separate from “society” – any more than we should be misled by the vagueness and complexity of these phenomena into rejecting the concept of the state altogether. Conceived in this way, the state is no longer to be taken as essentially an actor, with the coherence, agency, and autonomy this term presumes. The multiple arrangements that produce the apparent separateness of the state create effects of agency and partial autonomy, with concrete consequences”.

práticas de governo. Para o autor, o fator econômico estaria diretamente ligado à produção de conhecimento sobre o fenômeno do Estado, e a separação entre essas duas dimensões seria uma das bases para o sistema capitalista.

De forma complementar, Foucault (1979) analisa como, a partir do Estado moderno, novas formas de poder e controle poderiam ser estabelecidas. O poder disciplinador não atua desde uma esfera macro para uma esfera micro, mas a partir das relações, de forma velada, criando indivíduos disciplinados e produtivos. Essa disciplina, imposta por meio de formas de dominação, é mascarada para que seus processos não fiquem evidentes. Essas novas formas de poder, como as leis, por exemplo, são institucionalizadas.

Ainda no que diz respeito às formas de poder, Foucault (2015) estuda a relação entre o poder, delimitado pelas regras de direito, e os “efeitos de verdade” produzidos por ele. Ou seja, as relações de poder desenvolvidas a partir das regras de direito e que são produtoras de discursos de verdade. Segundo o autor, o direito funciona como propulsor de procedimentos de sujeição e de dominação. É por meio desses procedimentos que o poder circula, funcionando em rede. Os indivíduos, por sua vez, “são sempre seus intermediários. [...] o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles” (FOUCAULT, 2015, p. 35).

Essas ramificações do poder estão ligadas diretamente à esfera econômica. Para Foucault (2015), o interesse em dominar mora justamente nos efeitos econômico-políticos resultantes dessa dominação. Por isso, o grande interesse em “reformular”, punir, encarcerar recai justamente nos mecanismos utilizadas para tais ações: “De fato, soberania e disciplina, legislação, direito da soberania e mecânicas disciplinares são duas peças absolutamente constitutivas dos mecanismos gerais de poder em nossa sociedade” (FOUCAULT, 2015, p. 47).

Nesse sentido, observar como as formas de poder são produzidas a partir das relações cotidianas é essencial a esse trabalho. “Falar de Estado, sob tal perspectiva, é tratar de formas contínuas de estabelecimento de poder, de hierarquia e de dominação, sem, com isso, entender que tais formas são fixas, estabelecidas em uma única direção e/ou intransponíveis” (LOPES, 2016, p. 12). É a partir das relações, das trocas, dos manejos observados nas práticas rotineiras que é possível notar os processos e as relações de poder dentro do contexto carcerário.

## 2.2 Prisões

### 2.2.1 Prisão e poder

Abordando as formas de poder e controle, Foucault (2014, p. 223) foca especificamente nas prisões, instituições “completas e austeras”. Segundo o autor, os estabelecimentos prisionais não tiveram origem junto com as leis penais, mas foram criados para segregar os transgressores do restante da sociedade. O objetivo principal era ocupar o tempo dos internos de forma a deixá-los cansados, como uma forma de treinamento de corpo e mente (FOUCAULT, 2014).

Essas instituições têm foco na disciplina, uma “mecânica do poder” que objetiva dominar os outros corpos de forma a fazê-los atuar conforme a vontade do disciplinador, gerando uma nova microfísica do poder. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Para que o disciplinamento seja mais efetivo, o ideal é que cada indivíduo fique em um espaço, sem divisões coletivas. Isso facilita a vigilância, o controle, a dominação e, por fim, o adestramento.

As prisões surgem, primeiramente, sem o seu “efeito penitenciário”, ou seja, elas tinham o objetivo de segregar e não de atuar de forma a recuperar esses indivíduos. No entanto, essa segunda função acaba reforçando a primeira, mascarando “o fato de que o fenômeno penitenciário é, na realidade, muito mais amplo que a reclusão e de que se trata de uma dimensão geral de todos os controles sociais que caracterizam sociedades como a nossa” (FOUCAULT, 2015, p. 94).

Foucault aborda o modelo de vigilância desenvolvido por Bentham, o Panóptico:

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado (FOUCAULT, 2014, p. 194).

Ou seja, com um guarda a postos na torre, todas as celas ficam visíveis, e as pessoas dentro delas, identificáveis. No entanto, os internos não conseguem se ver, considerando as paredes laterais. Essa condição de observação constante assegura

o poder, que deve ser “visível e inverificável” (FOUCAULT, 2014, p. 195), isso quer dizer que o interno está sempre enxergando a torre, no entanto, não consegue saber se realmente há um guarda a postos nela. Isso gera relações de poder e sujeição sem que seja preciso utilizar a força física ou mesmo comandos verbais.

Retomando as funções atribuídas à prisão, Foucault enxerga a privação de liberdade como um castigo igualitário a todos, considerando que a sua perda impacta os indivíduos da mesma forma. Ainda, o isolamento dá a oportunidade de retrainar aqueles que cometeram crimes, tornando-os dóceis, capazes de retomar a vida em sociedade. Enquanto instituição completa e austera, a prisão atua no isolamento, tanto do indivíduo em relação a tudo que o levou a cometer o crime quanto dos condenados uns em relação aos outros.

A solidão também levaria à “reflexão”, ao “remorso”, ao “arrependimento”. Além dela, o trabalho é visto como um “agente da transformação carcerária [...] concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade” (FOUCAULT, 2014, p. 233-235). Por fim, o tempo determinado da pena não deve ser medido a partir do delito cometido, mas do tempo que se levaria para regenerar o indivíduo:

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber. Compreende-se que a justiça tenha adotado tão facilmente uma prisão que não fora entretanto filha de seus pensamentos. Ela lhe era agradecida por isso (FOUCAULT, 2014, p. 249-250).

Destaca-se, na obra de Foucault, os delineamentos das punições no decorrer dos séculos. Das execuções em praças públicas, de forma violenta, ao encarceramento atual; do desejo de vingança à tentativa de recuperação. O Estado assume um papel de reformador, indo além da simples punição, deixando evidente a intolerância a qualquer tipo de desvio. Não foram só os crimes – ou o que se entende por crime atualmente – que eram punidos há poucas décadas. Mulheres eram enviadas às casas de detenção por perderem a virgindade ou por não apresentarem o comportamento que era esperado pela sociedade (KARPOWICZ, 2017).

Assim sendo, existe uma institucionalização do poder que o autor aborda extensamente em sua obra. Esse poder não vem apenas do Estado para a população,

mas também rege as relações imbricadas na sociedade. Para o propósito dessa dissertação, a obra de Foucault auxilia a sedimentar o entendimento a respeito das formas de controle exercidas pelo Estado na vida das mulheres encarceradas. Para além de exercer um controle sobre seus corpos diariamente, desde sua alimentação e rotina até a possibilidade de atendimento médico, as prisões femininas têm outro objetivo tratado na obra do autor: o da docilização. A manutenção de atividades voltadas ao feminino ou à maternidade, sempre sob vigilância, reforçam estereótipos do que é atribuído às mulheres. Além disso, as delimitações a respeito da permanência da criança no estabelecimento prisional não dizem respeito às vontades das mulheres, mas ao que foi concebido judicialmente. São imposições, controles que demonstram o poder do Estado sobre os corpos encarcerados.

### 2.2.2 As prisões no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre

É importante, primeiramente, contextualizar historicamente a origem da pena. Na antiguidade, como mencionado no item anterior, as imposições penais tinham por objetivo a vingança. Já na Idade Média, o objetivo era punir exemplarmente para que o medo servisse como impeditivo da criminalidade da população. As penalidades com privação de liberdade surgiram apenas após a era medieval. A Igreja Católica foi a primeira instituição a estabelecer confinamentos para cada indivíduo, criando os penitenciários para segregar os infiéis durante a Inquisição (SILVA, 1997).

Similar ao aprisionamento atual, essa penitência (que dá origem ao termo penitenciária) individualizada buscava levar a pessoa a refletir, reformar-se e, assim, ser salvo do pecado que havia cometido. Esse modelo católico acabou sendo difundido e deu origem a diversas penitenciárias ao longo da Europa. Até então, as sanções eram determinadas ou pela igreja ou pelo governante, considerando-se que ainda não havia divisão entre os poderes. Foi no contexto da Revolução Francesa, com o ideal de liberdade, que os prisioneiros sentenciados pelo executivo foram soltos, além de serem reduzidas as “penas perpétuas e de eliminação e, em nome dos direitos humanos, procurou[-se] o resgate do cidadão através de mecanismos disciplinares como trabalho penal” (SILVA, 1997, p. 29).

As reformas eram traçadas para que se enquadrassem nos novos ideais, principalmente no que dizia respeito ao capitalismo industrial, para que os criminosos fossem disciplinados para virarem força de trabalho. É nesse contexto, também, que

as penas começam a ser pensadas individualmente, quer dizer, levando em consideração o crime cometido, a intenção, a maldade utilizada. Além disso, elas não deveriam ser cruéis, já que os castigos físicos não seriam preventivos.

O modelo norte-americano de reforma, iniciado no mesmo período, estava mais preocupado com o “controle e com a disciplina do que com a correção pelo trabalho” (SILVA, 1997, p. 59), como era no europeu. Primeiramente, o modelo adotado nos Estados Unidos foi de confinamento estilo solitária, sem possibilidade de sair da cela e sem contato com outros presos. Posteriormente, desenvolveu-se um novo modelo, no qual o detento ficava confinado durante a noite e trabalhava durante o dia, proibido de conversar com outros presos. O objetivo era manter a disciplina e a segurança dentro do estabelecimento. Esse padrão foi utilizado e difundido até a Primeira Guerra Mundial (SILVA, 1997).

O Brasil seguiu os passos de Portugal, influenciados pelos ideais iluministas. Antes, porém, com a independência, determinou-se que a legislação colonial seguiria sendo obedecida para evitar um abismo legislativo. Esses ordenamentos ainda não haviam passado por reformas, ou seja, as penalidades impostas eram violentas, cruéis e desmedidas em relação aos crimes cometidos. Tortura, esquartejamento e fogueira estavam entre as medidas aplicadas com certa frequência. Essas ordenações vigoraram até 1830, quando o Código Penal brasileiro passou a valer, recebendo influência iluminista que tinha norteadado também a elaboração da primeira Constituição brasileira, em 1824 (SILVA, 1997).

As mudanças nas legislações brasileiras acompanharam as modificações nos presídios e cadeias. Se antes de 1808 as condições eram precárias, a vinda da família real para o Brasil trouxe um pequeno avanço. No entanto, os locais ainda eram insalubres, sem possibilidade de higiene: “Não tardou para que, em 1835, uma lei provincial no Rio Grande do Sul ordenasse a construção das devidas casas correccionais na Província para que a pena de prisão com trabalho, e as outras mais, pudessem ser cumpridas dentro dos ditames do projeto prisional moderno” (SILVA, 1997, p. 106).

A reforma penitenciária no Rio Grande do Sul começou a partir das discussões sobre a Cadeia Velha, localizada em Porto Alegre, o que suscitou a construção da Casa de Correção, em 1855. As críticas desferidas à primeira cadeia eram direcionadas às condições que o lugar oferecia: castigos violentos, superlotação, falta de alimentos e ausência de um conjunto de regras e determinações básicas. Com a

demolição da Cadeia Velha, em 1841, a cidade ficou desprovida de uma prisão até 1855. Durante esse período, os presos ficavam detidos em quartéis (SILVA, 1997).

A construção da Casa de Correção começou em 1852. Em 1854, 196<sup>10</sup> presos foram transferidos para lá. A conclusão total da construção – incluindo reformas que se fizeram necessárias – aconteceu apenas em 1864 (SILVA, 1997). A partir de então, tem-se um ideal reformador para as prisões, inspirado no Iluminismo e nas reformas internacionais.

Apesar do “avanço” da nova construção, ainda havia problemas, incluindo a falta de um espaço para separar homens e mulheres. De acordo com Débora Karpowicz (2017), foi só em 1937 que as mulheres detidas na Casa de Correção foram encaminhadas a um lugar específico para elas. Naquele ano, havia 537 presos na Casa: 463 homens, nove mulheres e 65 menores. Essas presas foram transferidas para o Abrigo de Menores, administrado pelas irmãs da Congregação do Bom Pastor D’Angers.

A congregação começou a administrar a Escola de Reforma e o Abrigo de Menores do Estado em 1936, com a assinatura do primeiro contrato entre a organização e o Estado. No entanto, só em 1950 é que o abrigo passou, de fato, a funcionar, já que não havia espaço físico suficiente para os dois. Entre 1937 e 1939, 85 presas “deram entrada” no reformatório, sendo administradas por 6 irmãs (KARPOWICZ, 2017). A disciplina era imposta por meio de trabalho (que incentivava os afazeres domésticos), do estudo e de horários regulados e bem definidos. A rigidez de disciplina vai ao encontro do que Foucault afirmava ser necessário para a docilização dos corpos, como mencionado anteriormente.

A assinatura de um novo contrato entre a congregação e o Estado deu origem a uma nova etapa: a do Reformatório de Mulheres Criminosas, que durou de 1939 a 1950. Além da mudança de nomenclatura, as irmãs ficaram incumbidas de informar ao Estado sobre tudo o que acontecesse na casa na forma de relatórios. Enquanto as religiosas deveriam manter a ordem interna e a administração, o Estado tinha a função de “fornecer prédio, alimentação e manter empregados para a cultura de hortas e outros misteres, devendo fornecer médicos, dentista, medicamentos, material dentário, água, esgoto e luz” (KARPOWICZ, 2017, p. 187).

---

<sup>10</sup> Em outra passagem, Silva (1997) se refere a 195 presos transferidos.

Os números de reclusas no Reformatório variaram com o passar dos anos. Em 1940, havia 30 presas. Em 1942, o número subiu para 50. A partir desse momento, as irmãs começaram a requisitar ao governo um lugar com mais espaço para abrigar todas as mulheres (KARPOWICZ, 2017). Em 1944, depois de intensa campanha das religiosas, inclusive contando com apoio financeiro de diversos setores da sociedade civil, começou a construção do novo prédio do Instituto Bom Pastor, que sedia o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier até hoje, na Avenida Teresópolis. Em 1946, havia 32 reclusas e oito irmãs. Dois anos depois, as mesmas oito irmãs cuidavam de 42 reclusas (KARPOWICZ, 2017).

Em 1950, foi assinado um terceiro contrato entre a congregação e o Estado, que ficou em vigor até 1970. A nova fase foi marcada pela troca de nome – o Reformatório passou a se chamar Instituto Feminino de Readaptação Social – e pelo novo endereço – era inaugurada a sede na Avenida Teresópolis, 2727. A congregação, a partir daí, passava a ficar responsável pelas presas, por um grupo de menores abandonadas, por um pensionato para idosas, por alunas de um internato e externato e por um convento, todos sediados no mesmo prédio (KARPOWICZ, 2017).

Esse período também foi marcado pelo golpe militar e pela ditadura, que marcaram o início de uma era repressiva e mais punitiva. Salienta-se a criação de leis que proibiam o aborto e, mais adiante, o tráfico e consumo de drogas, legislado mais profundamente durante a década de 1960. Até a década de 1970, as mulheres eram, majoritariamente, condenadas por crimes passionais e por furtos. O tráfico de drogas, que passou a crescer depois dos anos 80, foi “um dos motivos a que se relaciona a saída das Irmãs do Bom Pastor da administração deste cárcere, pois ocorre uma crescente do número de apenadas para um diminuto número de freiras” (KARPOWICZ, 2017, p. 218).

Outro motivo que determinou a saída da congregação foi a repressão militar e a forma como as presas políticas eram tratadas. A partir de 1969, algumas delas passaram a ser enviadas para a casa. Nesse ano, havia uma interna nessa condição. Em 1970, eram cinco. No ano seguinte, foram três. Em 1972, o número diminuiu para duas e, no ano seguinte, para uma.

De 1950 a 1970, quando o IFRS foi novamente reformulado, muitas mudanças ocorreram nas secretarias do Estado e na Polícia Civil, culminando com a criação e organização da SUSEPE, responsável pela administração dos cárceres do Rio Grande do Sul até a atualidade. Constata-se uma tentativa de centralização nas mãos do Governo do Estado, que vai

destituindo, ao longo dos próximos 10 anos, o poder que outrora foi dado à Congregação Bom Pastor d'Angers (KARPOWICZ, 2017, p. 226).

A partir de 1970, o instituto passou por mudanças profundas. Uma delas foi o fato de começar a se chamar Penitenciária Feminina Madre Pelletier, uma homenagem à fundadora da Congregação Bom Pastor, Maria Eufrásia Pelletier. Nesse momento, a penitenciária passou a abrigar apenas mulheres presas, tanto as já com condenação quanto as que estavam presas provisoriamente enquanto aguardavam julgamento. A SUSEPE passou a controlar mais profundamente a instituição, deixando as irmãs de lado em muitos aspectos (KARPOWICZ, 2017). É nesse período, também, que é instituída a creche no estabelecimento.

Conforme Karpowicz (2017), desde os anos 1970, o número de presas por tráfico de drogas foi crescendo. Se, nessa década, o tráfico era o segundo crime mais cometido, em 1999 ele passou a ser o maior motivador do encarceramento feminino, permanecendo assim até os dias atuais. Em atas documentadas, as irmãs relatam a falta de segurança, devido ao aumento no número de internas, e o menor repasse de verbas pelo governo. Nessa nova fase, as irmãs não conseguiam mais trabalhar da forma como estavam acostumadas, até porque o modo de encarceramento passou a ser diferente. Se antes o objetivo era recuperar as mulheres para o que era esperado delas – serem dóceis, domésticas, boas mães, religiosamente ativas – agora, o Estado buscava a segregação entre criminosas e o resto da sociedade. “Lenta e gradualmente a SUSEPE vai assumindo seu posto na administração deste cárcere” (KARPOWICZ, 2017, p. 293), até que, em 1980, o prédio é desapropriado da congregação. Em 1981, o contrato é rescindido, e as irmãs saem efetivamente da administração da penitenciária.

A institucionalização deste cárcere encerrou um período histórico muito importante da instituição. Seu caráter de instituição total, cuja prática de doutrinação dos corpos era feita através de uma conscientização moral e religiosa, deixa de ter sentido, tendo em vista as mudanças ocorridas na estrutura da Igreja, bem como as grandes mudanças sociais. Deu-se início a um novo processo de doutrinação dos corpos, agora, sob a égide do Estado, que institucionalizou a pena das mulheres, com caráter puramente legal e pragmático, desconsiderando o indivíduo, suas necessidades básicas e uma eventual possibilidade de ressocialização (KARPOWICZ, 2017, p. 301).

Conforme o estudo realizado por Karpowicz (2017), apesar de realizar um trabalho mais humano com as presas, a congregação buscava reiterar estereótipos atribuídos socialmente às mulheres. O grande objetivo era reformar as presas para

que se tornassem boas esposas, boas mães e religiosas, além de que aprendessem os afazeres domésticos por meio de cursos oferecidos. No entanto, as internas eram mais bem tratadas do que atualmente, possuíam mais liberdade e mais dignidade.

A SUSEPE permanece administrando o Madre até hoje. No final de 2016, o governo do estado alterou, por meio de um decreto, o nome de diversas instituições carcerárias do Rio Grande do Sul. Até então chamada de Penitenciária Feminina Madre Pelletier, o local passou a ser Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier. Segundo a LEP, a penitenciária é destinada aos presos com condenação,<sup>11</sup> a colônia agrícola é para o cumprimento da pena em regime semiaberto<sup>12</sup> e a cadeia pública é destinada aos presos provisórios.<sup>13</sup> Porém, não é feita menção à finalidade do presídio.

### 2.3 Interseccionalidades

Excluídas do movimento feminista norte-americano, as mulheres negras passaram a tomar frente no movimento abolicionista. As mulheres brancas, por sua vez, buscaram aliar-se ao movimento porque consideravam que estavam sob uma escravidão diferente, sem acesso ao público e confinadas ao espaço privado de suas casas. Posteriormente, surgiu o movimento sufragista, encabeçado por mulheres brancas de classe média, excluindo as mulheres negras das suas reivindicações. Durante a década de 1980, as feministas negras começam a criticar os paradigmas postos anteriormente pelo feminismo clássico. Assim, passaram a tecer críticas à noção de patriarcado, incluindo no debate as diferentes opressões interseccionadas entre gênero, raça e classe (DAVIS, 2016).

Em 1989, Kimberlé Crenshaw utilizou o termo interseccionalidade pela primeira vez no artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. A partir desse momento, o conceito

demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se

---

<sup>11</sup> Artigo 87 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

<sup>12</sup> Artigo 91 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

<sup>13</sup> Artigo 102 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras (AKOTIRENE, 2018, p. 54).

Conforme Collins (2015, p. 15), é preciso ir além da análise que soma diferentes tipos de opressão, pois “Pensamentos dicotômicos do tipo ou/ou são especialmente problemáticos quando aplicados a teorias da opressão, porque todo indivíduo deve ser classificado ou como sendo oprimido ou como não oprimido”. A autora afirma que as opressões são diferentes dependendo do contexto histórico e social em que a pessoa está inserida. Assim, em alguns lugares, a opressão por classe social pode ser maior do que racial, e vice-versa. Por isso, Collins (2015) acredita que hierarquizar opressões não é o caminho mais frutífero. Para ela, o importante é entender como raça, classe e gênero estão interconectados.

A interseccionalidade surge, assim, a partir da exclusão das mulheres negras dos movimentos feminista e negro latino-americanos, assim como aconteceu nos Estados Unidos. No que diz respeito ao movimento feminista, nota-se uma visão neocolonialista da realidade pelas mulheres brancas. Ou seja, as experiências de vida das mulheres negras acabaram não sendo pauta de nenhum dos dois movimentos. Dito isso, o conceito levanta críticas herdadas do “black feminism”, que surge contra um “feminismo branco, de classe média e heteronormativo” (HIRATA, 2014, p. 62).

Assim, conforme Viveros-Vigoya (2016, p. 13), essa corrente feminista foi a principal mentora da criação de novas definições teórico-políticas. Isso, enfim, garantiu que as experiências correlacionando gênero, raça e classe, especialmente das mulheres não brancas, entrasse na pauta do movimento. Nesse sentido, um novo paradigma, “sensível a todos os tipos de opressão, exclusão e marginalização: classismo, sexismo, racismo, heterossexismo, sem priorizar nenhum desses de antemão” (VIVEROS-VIGOYA, 2016, p. 13), foi criado. Pensar a experiência interseccional em um mundo globalizado auxilia na elaboração de questões relacionadas às conexões e desconexões entre o local e o global, unindo e entrelaçando os movimentos feministas mundialmente.

No contexto da América Latina, a discussão sobre as pautas do movimento feminista começou na década de 1980. Mulheres não brancas e lésbicas começaram a questionar por que não estavam incluídas na agenda, considerando que eram duplamente vítimas, já que sofriam com o racismo e com o heterossexismo. A situação se desenhava dessa forma porque o sujeito principal do movimento era a mulher branca, heterossexual e de classe média. Ademais, na década seguinte, mulheres

indígenas e afrodescendentes questionaram a necessidade de também se incluir questões como raça e colonialidade aliadas às questões de gênero.

A origem social daqueles que criaram as teorizações chamadas hoje de interseccionais é fundamental para entender sua gênese e desenvolvimento, e o lugar que ocupam a raça e o racismo como modalidades particulares de dominação; igualmente, para explicar a importância da experiência e a prática social como fontes de conhecimento, e o lugar atribuído à resistência, à revolta e à emergência de novos sujeitos políticos (VIVEROS-VIGOYA, 2016, p.14).

Não obstante, na difusão da interseccionalidade na Europa e nos Estados Unidos não houve uma continuidade da originalidade das produções, o que acarretou em uma desconexão com os movimentos originários. Assim, pensar a interseccionalidade é refletir como os discursos emancipadores podem garantir a manutenção de uma posição hegemônica local e global, para que, assim, evite-se que novas desigualdades e sistemas de dominação sejam criados. Com isso posto, manter uma abertura às diferenças é condicional ao discurso interseccional, não sendo, assim, um limite a ele.

Para Akotirene (2018, p. 14),

a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. [...] Combinadas, requererão dos grupos vitimados: 1. Instrumentalidade conceitual de raça, classe, nação e gênero; 2. Sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários; 3. Atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão.

No que diz respeito ao universo carcerário, os entrecruzamentos entre gênero, raça e classe estão visíveis quando analisados os números referentes às mulheres presas. Conforme mencionado anteriormente, elas são majoritariamente negras, com baixa escolaridade e advindas de classes populares. Ou seja, há uma sobrerrepresentação desse segmento quando se compara seus números aos da população brasileira no geral. Isso evidencia os entrecruzamentos entre as diferentes opressões e como isso afeta uma parcela específica da sociedade. O próximo tópico abordará com mais profundidade a seletividade do sistema carcerário no que diz respeito à “clientela” encarcerada nos presídios femininos brasileiros.

## 2.4 A seletividade do sistema carcerário e a criminalidade feminina

Assim como em países como os Estados Unidos, o sistema carcerário brasileiro tem uma clientela determinada: é negra, pobre e tem baixa escolaridade. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça em 2016. No ano mencionado, havia 726.712 pessoas privadas de liberdade no país para um total de 368.049 vagas disponíveis. A partir de 1990, houve um crescimento de 707% na população do sistema prisional, considerando-se um período de 26 anos. Destaca-se que, do total mencionado anteriormente, 40% são presos provisórios, ou seja, ainda não tiveram condenação.

A metade das pessoas presas foram condenadas pelos crimes de tráfico de drogas, roubo ou furto, somando 64%. No tocante à cor da pele/etnia, 64% dos presos eram negros/pretos ou pardos, conforme denominação utilizada pelo Ministério da Justiça. Vale comparar a população carcerária com a brasileira no geral: 53% da população brasileira era negra/preta ou parda nesse mesmo período. Ou seja, o encarceramento de pessoas dessa cor de pele/etnia é desproporcional ao número total de habitantes do Brasil. Quanto à faixa etária, 55% dos presos têm entre 18 e 29 anos, um contraste com a realidade no país: essa mesma faixa etária corresponde a apenas 18,9% da população geral. Em relação ao grau de instrução, 75% têm até o Ensino Fundamental completo.

Relativo especificamente à situação das mulheres, sabe-se que o Brasil tem a quarta maior população carcerária feminina do mundo, o equivalente a 42.355 presas. Dessas, 45% ainda não haviam sido condenadas. No entanto, apesar de haver muito menos mulheres encarceradas do que homens, é preciso registrar que, entre 2000 e 2016, houve um aumento de 525% dessa população. Do total dessas presas, 50% têm entre 18 e 29 anos, duas a cada três delas são negras, 62% são solteiras e 50% têm o Ensino Fundamental incompleto. Além disso, 62% dessas mulheres estão presas por tráfico de drogas e pelo menos 74% delas têm filhos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

Essa realidade não é recente. Conforme Silva (1997, p. 183-184):

Comparando a população não branca da cidade<sup>14</sup> com a não branca que se encontrava na cadeia em 1858, podemos constatar o encarceramento majoritário de não brancos, indicando os padrões criminogênicos evidenciados no Brasil como um todo. [...]. Identificados como elementos a serem corrigidos ou eliminados do bom convívio social, os negros e também os não brancos eram, no geral a clientela preferencial da cadeia.

Assim, verifica-se que o sistema carcerário no Brasil funciona muito mais como uma política de “*repressão e criminalização à pobreza*, do que uma política capaz de diminuir ocorrências criminais” (MONTEIRO; CARDOSO, 2013, p. 101, grifo do autor). Conforme Wacquant (2008), é possível constatar um aumento nos investimentos no sistema carcerário norte-americano, enquanto acontecia uma diminuição dos valores destinados a programas sociais. Essa “*criminalização da pobreza*” vem atrelada “à imposição de ofertas de trabalho precárias e mal remuneradas” (WACQUANT, 2008, p. 11). O encarceramento dessas pessoas funcionaria como um higienizador social, separando da sociedade os indesejados.

Além disso, segundo Adorno (1996), as sanções direcionadas aos infratores negros eram mais rigorosas do que aquelas direcionadas aos infratores brancos. As condenações eram mais numerosas entre os negros, e as absolvições, entre os brancos. Em casos de agressão de negros contra brancos, as absolvições eram menores do que nos casos de agressão entre pessoas negras.

No contexto norte-americano, de acordo com Angela Davis (2003), o caso das mulheres presas era ainda mais complicado no que dizia respeito à cor de pele/etnia. Enquanto a separação por gênero começou a se efetivar no decorrer das décadas para as mulheres brancas, as negras e indígenas, frequentemente, eram segregadas ou destinadas às prisões masculinas. Outra questão envolvida era o tempo de pena destinado aos homens e às mulheres que tinham cometido crimes equivalentes. Em diversos casos, as mulheres eram sentenciadas a penas mais longas, com objetivo de recuperá-las e ensiná-las o lugar da mulher na sociedade:

No início do século 21, as prisões femininas começaram a ficar mais parecidas com as masculinas, particularmente as instalações construídas na era contemporânea do complexo industrial prisional. Como o envolvimento corporativo na punição se expande de maneiras que seriam inimagináveis apenas duas décadas antes, o objetivo presumido das prisões de reabilitar foi completamente substituído pela incapacitação como principal objetivo do encarceramento (DAVIS, 2003, p. 72-73, tradução nossa).<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> A autora refere-se, aqui, a Porto Alegre.

<sup>15</sup> “At the beginning of the twenty-first century, women’s prisons have begun to look more like their male counterparts, particularly facilities constructed in the contemporary era of the prison industrial complex.

Ainda em relação aos Estados Unidos, Davis e Shaylor (2001) apontam o fato de o encarceramento ter uma ligação direta com questões raciais. No geral, as mulheres presas nesse país são negras, latinas, asiático-americanas ou indígenas. Ou seja, desmantela-se o discurso de enfrentamento à criminalidade com o encarceramento. Nota-se, muito mais claramente, uma tentativa de higienizar a sociedade, retirando de circulação os indesejáveis e colocando-os em ambientes superlotados, sem saneamento, com pouco acesso a recursos de saúde e educação. Quer dizer, as pessoas são confinadas em um ambiente que dificilmente irá reinseri-las na sociedade de forma positiva, o que fica comprovado com os altos índices de reincidência de ex-presos.

Complementarmente a criminologia feminista aborda o caráter patriarcal do sistema da justiça criminal e, a partir dos estudos de gênero e da criminologia crítica, busca evidenciar o tratamento desigual desse sistema entre homens e mulheres. Para Olsen (1990), o pensamento humano está dividido de forma dualista, colocando-se o Direito no lado masculino, enquanto a mulher fica excluída, no lado subjetivo. Nesse sentido é que estudos foram criados a fim de compreender a criminalidade feminina.

A criminologia crítica feminista traz a possibilidade de perceber o fenômeno da criminalidade feminina, desde a rotulação de papéis femininos desviantes e sua relação com comportamentos delitivos. É perceber as estruturas que legitimam a produção e reprodução das desigualdades sociais e materiais através deste sistema (OLIVEIRA, 2015, p. 20).

Com a institucionalização das prisões, considerou-se a divisão entre homens e mulheres para aplicar a punição. Por um lado, buscava-se restaurar os sentidos de legalidade e de trabalhos nos homens. Por outro, o objetivo, em relação às mulheres, era o de restaurar o sentimento de “pudor” (OLIVEIRA, 2015, p. 26).

Como dito anteriormente, segundo dados fornecidos pelo Ministério da Justiça no Infopen Mulheres 2016, o tráfico de drogas é a principal motivação para o encarceramento feminino no Brasil. Em Porto Alegre, no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, a situação é a mesma. Das 239 mulheres recolhidas na instituição em julho de 2017,<sup>16</sup> 159 tinham envolvimento com tráfico de drogas. Desse total, apenas

---

As corporate involvement in punishment expands in ways that would have been unimaginable just two decades ago, the prison's presumed goal of rehabilitation has been thoroughly displaced by incapacitation as the major objective of imprisonment”.

<sup>16</sup> Informação contida no último relatório fornecido pela Susepe ao qual tive acesso.

três estavam também detidas por homicídio e quatro por latrocínio, considerados crimes mais gravesos.

Segundo Mariana Barcinski (2012), os estudos direcionados à criminalidade feminina existentes acabam generalizando as situações e colocando as mulheres em um lugar de submissão, vítimas de homens que às levaram ao mundo do crime. Ou seja, elas não seriam protagonistas da sua própria vida, mas redirecionadas a um cotidiano pelos seus parceiros: “Apesar do crescente aumento da participação feminina no tráfico de drogas no Brasil, por exemplo, as mulheres traficantes permanecem invisíveis, tendo suas particularidades apagadas em função do papel primordial desempenhado pelos homens em suas ‘trajetórias criminosas’” (BARCINSKI, 2012, p. 56).

Conforme Barcinski (2012), existem outros motivos que levam essas mulheres a adentrarem o mundo do tráfico. Alguns relatos colocam a criminalidade como última saída para trazer o sustento dos filhos e da família. Ou seja, pela falta de acesso ao mercado de trabalho formal, elas acabaram assumindo funções ligadas ao tráfico de drogas. Outro motivo relatado é a questão do poder, da saída da invisibilidade: “É nesse contexto que ocupar o lugar de homens em uma atividade reconhecida como masculina como o tráfico de drogas concede à mulher a possibilidade de saída (transitória e relativa) da invisibilidade característica de suas trajetórias” (BARCINSKI, 2012, p. 60).

Outra questão interessante de ser observada nos dados fornecidos quanto às reclusas do PEFMP é a questão da cor de pele/etnia. Do total de mulheres, 151 são brancas, 44 são mistas e 36 são negras. Em contato com a SUSEPE,<sup>17</sup> foi-me informado de que a categoria mista seria “a mais próxima do pardo”. Considerando essa informação, as categorias negra e mista foram unidas em uma só para fins de análise. A observação apenas desses números, que evidenciam uma grande diferença entre o número de detentas, pode levar a conclusões errôneas. É preciso atentar para o fato de que a população de mulheres brancas, em Porto Alegre, é de 80,24%, enquanto a de mulheres negras é de 19,13%. Ou seja, se for calculada a proporção entre número de habitantes e o número de reclusas, a desigualdade existente no sistema prisional fica evidente.

---

<sup>17</sup> Contato feito por telefone em outubro de 2017.

## 2.5 A maternidade no cárcere

A conceituação de gênero está atrelada à história do movimento feminista. Os estudos sobre o tema resultaram em diferentes propostas, que englobam desde a construção das designações de masculino e feminino na sociedade e como o aprendizado delas forma a identidade dos sujeitos até questões de relações de poder vinculadas ao gênero. O conceito de gênero é entendido como a construção social e histórica de feminino e masculino, estando diretamente relacionado às relações de poder (SCOTT, 1986). Agrega-se a isso a dimensão interseccional com outras categorias de diferença e desigualdades, como raça e classe (PISCITELLI, 2008).

Nesse contexto é que surge o debate acerca da maternidade. Para Scavone (2001), as teorias sobre o tema tomaram forma entre 1960 e 1980. As ideias se desenvolveram paralelamente ao contexto social e histórico da época: um ambiente pós-Segunda Guerra Mundial, de industrialização e urbanização, aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e o crescimento do controle da natalidade por meio de métodos contraceptivos.

Para Beauvoir (1970), a época anterior ao despontar do discurso e dos estudos feministas implicava a maternidade como única opção às mulheres, isso porque os meios contraceptivos eram proibidos, assim como o divórcio e o aborto. Além disso, a autora desconstrói o determinismo biológico que atribui às mulheres a obrigação de ser mãe.

Badinter (1985) explora as origens do poder paterno nas famílias. Seguindo estudos históricos, essa organização remonta a Índia, quando o homem teria “um direito absoluto de julgar e punir” (BADINTER, 1985, p. 29). Esse poder permanece constante durante a Antiguidade, ganhando reforços nas sociedades gregas e atenienses. A realidade permanece semelhante com o passar dos séculos, melhorando relativamente apenas para as mulheres de classes mais altas:

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes ‘ordenam’ amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: a do instituto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (BADINTER, 1985, p. 145).

As novas promessas relativas à maternidade incluíam igualdade, direito à cidadania, pertencimento na sociedade e felicidade. Institui-se a maternidade como algo natural, intrínseco às mulheres. Caberia à mãe o cuidado, a garantia à educação, a proteção e a disciplinarização. Se, nessa época, a luz (e a responsabilidade) foi jogada nos braços da mãe, atualmente o objetivo é “melhor iluminar, pela primeira vez na história, o pai e a mãe ao mesmo tempo” (BADINTER, 1985, p. 239).

Essa docilidade atribuída é diretamente desafiada quando as mulheres possuem comportamentos desviantes. Fachinetti (2012) observou sessões de julgamentos no Tribunal do Júri em casos de homens e mulheres criminosas. Em muitos deles, as teses de defesa – e até mesmo da acusação, quando pediam a absolvição – estavam centradas no adequado desempenho da maternidade pelas mulheres:

Os discursos também enfatizam as réas que são “menos réas”, não apenas pela defesa, mas em alguns casos mesmo pela acusação, ao pedir a sua absolvição. Recorre-se à imagem da ré “mãe”, não apenas mãe, mas a boa mãe. Ela está ali no julgamento na posição de ré, mas não se adequa a uma imagem de criminosa. Em vários casos, em que a promotora pede absolvição das réas, elas são associadas a um perfil de boas mães, não portadoras de uma índole criminosa (FACHINETTO, 2012, p. 352 e 353).

Esses discursos usam a maternidade para atenuar os crimes cometidos. Busca-se, ao descrever as mulheres como boas esposas, boas mães, “do lar”, sensibilizar o júri para que decida pela absolvição. A escolha pelo uso dessas teses reforça a ideia da função da mulher na sociedade, das suas atribuições e tarefas com a família, os filhos e a comunidade.

Em casos diferentes, qualquer desvio nas condutas associadas às mulheres é utilizado para reafirmar o rótulo de criminosa. Entretanto, e quando se soma a maternidade com o cárcere? Quando a tese de boa mãe não é suficiente, e o encarceramento é inevitável? Ou, mesmo, quando a tese aponta os comportamentos desviantes, desvincula a mulher do seu papel de mãe, considerando que ele não era bem desempenhado, e isso a leva, também, para a prisão? A maternidade no contexto carcerário, apesar de ser legislada, ainda é ignorada pelo poder público.

A questão das mulheres encarceradas, especialmente aquelas que experimentam a gravidez e o nascimento de seus filhos na prisão, constitui um dos aspectos mais perversos da opção por uma política criminal repressiva, com foco preferencial na pena privativa de liberdade. Se a situação das mulheres presas configura uma dupla sanção, por ser ela

considerada como “criminosa” e ainda mais pelo estigma de “mulher criminosa”, que ousou violar a lei dos homens numa sociedade patriarcal, no caso de grávidas e de mães de filhos pequenos, estas ainda recebem mais uma punição: são também privadas da convivência com seus filhos, com todas as consequências sociais que decorrem desse distanciamento (BOITEUX ET AL, 2015).

No que se refere à legislação brasileira, alguns dispositivos devem ser conhecidos para que se compreenda a realidade da maternidade no cárcere no país. A própria Constituição Federal aborda a questão em seu artigo 5º, inciso L, esclarecendo que as instituições carcerárias devem fornecer a infraestrutura necessária para que as presas fiquem com seus filhos durante o período de amamentação.

A Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) regula as execuções de pena, determinando como devem ser cumpridas, quais regimes seguir, o que os estabelecimentos prisionais devem oferecer aos presos, etc. O artigo 83, no parágrafo segundo, determina que todos os estabelecimentos penais que recebem mulheres devem conter um berçário onde elas possam ficar com os filhos e amamentá-los até que eles completem, pelo menos, seis meses de idade. Destaca-se que, no Rio Grande do Sul, apenas duas casas possuem berçário, ambas na região metropolitana de Porto Alegre. O artigo 89 trata ainda das seções necessárias em estabelecimentos femininos, que incluem área para gestante e parturiente e creche para abrigar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos.

Complementarmente, o Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016), Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, alterou o artigo 318 do Código de Processo Penal. Desde então, ficou definido que o juiz poderá substituir a prisão preventiva (cumprida em regime fechado) pela domiciliar para mulheres gestantes e com filhos de até 12 anos incompletos. Segundo o Infopen Mulheres de 2016, 45% das mulheres presas ainda não haviam sido condenadas.

No que diz respeito aos artigos 83 e 89 da LEP, a realidade brasileira é similar à gaúcha. Conforme o Infopen Mulheres 2014,<sup>18</sup> em 49% das unidades femininas não havia cela ou dormitório específico para gestantes, 48% não possuía berçário ou centro de referência materno-infantil e 76% não tinha creche. Quando analisadas as unidades mistas, que recebem homens e mulheres, os números são ainda piores.

---

<sup>18</sup> Essas informações não constam no Infopen Mulheres 2016.

Uma pesquisa realizada no PEFMP teve como objetivo identificar como era o tratamento em relação à maternidade e à sexualidade das detentas (COLARES, 2011). Até 2009, de acordo com Colares (2011), havia crianças de até três anos de idade junto com as mães na ala denominada "creche" no Madre Pelletier. Posteriormente, uma iniciativa da Vara de Execuções Criminais (VEC) retirou grande parte dessas crianças da creche e as encaminhou aos seus familiares.

Do ponto de vista do Poder Regulador, a prisão não é mais o espaço da disciplinarização veiculada através da moral e do adestramento para o exercício do papel materno, mas o da contenção de indivíduos, e neste não cabem considerações maiores acerca de gênero. A precarização a que chegou à creche [...] é parte do mesmo processo (COLARES, 2011, p. 241).

A realidade estrutural também não favorece uma gestação adequada. Devido aos poucos recursos, existem grávidas que são submetidas apenas a consultas ambulatoriais, nas quais não são feitos todos os exames que uma gestante extramuros geralmente faz. Ademais, questiona-se o encarceramento dos bebês, os quais são submetidos às mesmas penas privativas de liberdade que as mães. Apesar da manutenção dos vínculos entre recém-nascido e mãe, o espaço prisional não é o ambiente adequado para uma gestação ou para uma criança, que fica privada da vida em liberdade e do convívio com o restante da família (PEREIRA; ÁVILA, [2012?], p. 5).

Se dentro do cárcere a convivência com o bebê recém-nascido é diária, para as mulheres que têm filhos mais velhos fora do cárcere a relação é majoritariamente de afastamento. As presas acabam não recebendo muitas visitas dos filhos, já que as famílias, por vezes, decidem não os levar. Não obstante, algumas prisões não possuem área de visita adequada para crianças (PEREIRA; ÁVILA, [2012?], p. 4).

Esse distanciamento é ainda mais complicado no momento da separação entre mãe e bebê após os seis meses – ou um ano – que ficaram juntos no sistema prisional. Segundo Stella e Sequeira (2015, p. 380), “no Brasil, quando uma mãe é presa, existem três possibilidades para a guarda de seus filhos pequenos (de zero a seis anos): em instituição de abrigo, em família substituta (que pode ser a sua família ampliada) ou no berçário/creche do presídio”. Essa última opção, no Rio Grande do Sul, é válida até a criança completar, no máximo, um ano de idade, como dito anteriormente.

Para Schuch (2013, p. 313),

Especificamente para o campo de intervenções na infância e juventude, a reconstrução democrática implicou a configuração legal das crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos”, ensejando novas formas de governo. Essa configuração insere-se em uma preocupação com as artes de governo da infância e juventude no Brasil.

Atualmente, considerando desde a década de 1980, crianças e adolescentes são tomados como “sujeitos de direito’ e de proteção integral do estado, família e comunidade” (SCHUCH, 2013, p. 313). A ideia levantada pela autora é de que a família se torna um sujeito político nessas práticas de intervenção estatais, tornando-a o cerne de práticas, “mas também a configura como um agente e/ou recurso nas possibilidades de sua transformação e reinvenção” (SCHUCH, 2013, p. 314). Essa forma de gestão do Estado em torno da experiência da maternidade no sistema prisional será analisada aqui desde a perspectiva das práticas sociais e das narrativas das mulheres cumprindo pena no PEFMP.

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para dar conta do objeto da pesquisa, e considerando que ela é de cunho qualitativo, utilizei a etnografia como metodologia privilegiada, considerando a observação participante e as entrevistas narrativas como técnicas de coleta de dados. A etnografia está inserida dentro da disciplina antropológica e baseia-se na convivência do pesquisador com o grupo social estudado. Esse método inclui o deslocamento da cultura do pesquisador para a parte interna do fenômeno estudado através de uma "participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta" (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2). Para tanto, a observação foi utilizada para investigar saberes e práticas dentro do ambiente carcerário, uma vez que "A prática da etnografia se torna mais profunda e se constitui como uma forma do(a) antropólogo(a) pesquisar, na vida social, os valores éticos e morais, os códigos de emoções, as intenções e as motivações que orientam a conformação de uma determinada sociedade" (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 3).

Segundo Peirano (2014, p. 386), as etnografias satisfatórias

- i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica.

Com o objetivo de ter acesso à perspectiva das mulheres, foram consideradas entrevistas voltadas às vivências das internas, focalizando a experiência da maternidade no sistema prisional. Para tanto, foram realizadas entrevistas correspondentes a sete trajetórias, com sete mulheres distintas, com características sociológicas distintas, a fim de diversificar os dados coletados. Desse total, três entrevistas foram feitas em maior profundidade. A escolha das três mulheres se deu pela diferença de situação (se gestante ou mãe), pela quantidade de visita dos familiares, se condenada ou provisória, cor da pele e tempo cumprido de pena (ou tempo de encarceramento). Inseri-me no presídio durante todo o mês de julho, tentando visitar a instituição pelo menos três vezes por semana, conforme acordado com assistente social, que também é vice-diretora do presídio e coordenadora da UMI. Resolvi identificá-la com o próprio nome porque existe apenas uma vice-diretora e coordenadora da UMI, e colocar sua função nesse estabelecimento é primordial para

poder explicar seu papel e as funções que ela desempenha em relação às presas e seus bebês.

Apesar do combinado, algumas vezes cheguei ao presídio e soube que não poderia fazer a visita naquele dia, porque havia pouco pessoal e a UMI estava sem agente (tratarei melhor sobre isso na análise dos dados). Portanto, algumas tentativas de visita foram frustradas, o que fez com que, em algumas semanas, eu visitasse a unidade apenas duas vezes.

Para que as experiências das presas fossem apreendidas e captadas, realizei entrevistas narrativas. Esse método foi escolhido devido à importância das histórias contadas sobre a formação dos fenômenos sociais, além da sua multiplicidade e variedade. Frisa-se que essa técnica não está focada na obtenção ou confirmação de dados, mas no aprofundamento deles.

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

Outro aspecto interessante da entrevista narrativa é que ela se refere a experiências pessoais, contadas a partir de ações e vivências, dentro de dimensões cronológicas e não cronológicas. Portanto, não existe apenas uma narração das histórias, mas uma tentativa de ligá-las ao tempo e dá-las sentido. Para tanto, é preciso estar atento a três características fundamentais do contar histórias: a “textura detalhada”, a “fixação da relevância” e o “fechamento de Gestalt” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91). A primeira diz respeito ao fornecimento de detalhes para que um acontecimento leve ao seguinte, deixando o ouvinte inteirado do assunto. A segunda se refere à narração daquilo que é relevante. A terceira, por fim, implica a continuidade de uma história a ser contada: ela precisa ter começo, meio e fim.

As regras de execução da EN restringem o entrevistador. A EN vai mais além que qualquer outro método ao evitar uma pré-estruturação da entrevista. É o empreendimento mais notável para superar o tipo de entrevista baseado em pergunta-resposta. Ela emprega um tipo específico de comunicação cotidiana, o contar e escutar história, para conseguir este objetivo (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 95).

Para a observação participante, utilizei o diário de campo para as anotações. Ele serviu para que eu capturasse todas as percepções sobre o objeto, assim como para manter um registro de todos os acontecimentos em torno da pesquisa, como os procedimentos, as experiências e os contratemplos. A observação participante é parte do fazer etnográfico e consiste, basicamente, em uma observação do meio que levará à interação, ao conhecimento do entorno, das práticas e dos contextos.

Beaud e Weber (2007, p. 97-98) explicam que a observação etnográfica acontece em três partes: “perceber, memorizar e anotar. Supõe um vai e vem permanente entre suas percepções, sua explicitação mental, sua memorização e o caderno (seu diário de campo) no qual faz suas anotações. [...] Não se observa sem referências, sem um ponto de balizamento”. Ou seja, as anotações no diário de campo podem servir de referências futuras para o que se observa, para as entrevistas e para um melhor entendimento do campo.

Em relação à análise dos dados coletados,

a escrita, a anotação e a transcrição que transformam a pesquisa, as entrevistas e as impressões em documentos; que os tornam objetivos; que permitem o distanciamento, o recuo, a colocação às claras; a leitura crítica, por sua vez, vai recolocar estes documentos em seus contextos; vai referenciar e desvendar as alusões, os mal-entendidos, as contradições e as referências cruzadas; a classificação que organiza elementos tirados de documentos díspares e faz aparecerem relações invisíveis aos pesquisados, exteriores à interação (BEAUD; WEBER, 2007, p. 154).

Ainda segundo Beaud e Weber (2007), não há problema em hierarquizar os dados coletados, considerando que, às vezes, as anotações resultantes de observação podem ser melhores, e, em outros momentos, as entrevistas podem trazer informações mais relevantes.

Em relação ao que é observado, o ideal é que a descrição seja tão densa que possa dar um completo entendimento do acontecimento para quem não estava presente. Nesse sentido, foram definidas três categorias de análise para orientação da pesquisa: a) contexto da maternidade no cárcere; b) experiências de vida; c) infraestrutura e competências do Estado.

É importante destacar, por fim, a questão ética em pesquisas que envolvem seres humanos. De acordo com Fonseca (2010, p. 48), existe uma preocupação entre realizar pesquisas “em humanos”, tal qual as ciências médicas, e “com humanos”, como nas ciências sociais. Ambos os tipos de estudo possuem abordagens e

procedimentos diferentes, mas as pesquisas nas ciências sociais também devem receber um olhar atento, já que "desde o início da reflexão sociológica, cientistas sociais têm insistido no poder das palavras classificatórias para moldar a autoimagem e o próprio comportamento dos indivíduos" (FONSECA, 2010, p. 48).

Outrossim, pode-se afirmar que, sem o devido cuidado, as pessoas estigmatizadas podem consolidar a identidade desviante por meio da interação, sendo a produção de conhecimento acadêmico um dos atores importantes desse processo. Destaca-se que, para fins de sigilo e privacidade, os nomes das reclusas não foram utilizados. Para identificá-las, nomeei cada uma como uma flor, chamando-as Margarida, Gérbera, Mimosa, Tulipa, Rosa, Babosa e Áster.

É também importante ressaltar como ocorreu o processo para autorização da pesquisa nos comitês de ética da ESP e da Unisinos. Em primeiro lugar, entrei em contato por telefone com a ESP, para compreender quais deveriam ser meus primeiros passos. Falei com os responsáveis pela área de pesquisa tanto por e-mail quanto por telefone, já que, às vezes, não obtinha respostas via canais online. Fui orientada a juntar a documentação necessária e encaminhá-la via e-mail para apreciação do comitê de ética. O primeiro contato ocorreu no dia 18 de abril de 2017. Enviei a documentação e o projeto provisório no dia 26 de agosto. A documentação incluía o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), dois termos de responsabilidade, incluindo um sobre a pesquisa e outro de que eu encaminharia o projeto para apreciação do Comitê de Ética da Unisinos assim que este fosse aprovado pela ESP, declaração da minha orientadora de que estava ciente da pesquisa e comprovante de matrícula.

No dia 27 de novembro, tive resposta com as considerações e complementações do projeto. Ela veio após contato por telefone, considerando que, por se tratar de uma pesquisa que seria realizada no ano seguinte, ela havia sido colocada de lado para apreciação futura. No dia 3 de dezembro, enviei as respostas das questões levantadas pela ESP. A autorização para a realização da pesquisa veio no dia 13 de dezembro. O passo seguinte era encaminhar esse mesmo projeto para a apreciação do Comitê de Ética da Unisinos; a reunião seguinte do comitê, porém, seria apenas em março de 2018, então tive que aguardar.

O comitê da Unisinos funciona a partir da Plataforma Brasil, site do Ministério da Saúde que reúne todos os projetos que precisam passar pelo processo e os encaminha para os comitês específicos de cada universidade. Fiz o encaminhamento

em fevereiro para que a pesquisa fosse apreciada na reunião de março. O referido comitê foi mais criterioso, pedindo diversas adequações e esclarecimentos. Além disso, por não conhecer o sistema da plataforma, também tive atrasos decorrentes do mau uso do site. Como a Plataforma Brasil foi criada pelo Ministério da Saúde, ela se aplica, majoritariamente, a projetos desta área. Assim, os campos para preenchimento e as opções são específicas para projetos das Ciências da Saúde.

A aprovação do comitê veio no dia 30 de maio. Entrei em contato com a ESP via telefone e fui informada de que, a partir de então, trataria com a vice-diretora e assistente social do PEFMP. Comuniquei-me com ela pela primeira vez por e-mail no dia 15 de junho. Combinamos uma reunião de apresentação para o dia 20. Nessa troca de e-mails, aproveitei para perguntar se havia algum tipo de roupa que não poderia usar ou materiais que não poderia levar comigo. Ela me informou que eu não poderia entrar com gravadores ou câmeras, o celular deveria ser entregue na entrada e não poderia usar roupas muito curtas ou decotadas. Também fui informada de que não poderia levar nenhum item para as reclusas.

Com a informação a respeito do gravador, decidi usar um caderno para fazer as anotações do Diário de Campo diretamente. Assim, a partir da reunião do dia 20 de junho, passei a anotar o que via ao meu redor e, posteriormente, passava todas as informações para um arquivo no computador. O mesmo aconteceu com as entrevistas. A impossibilidade da gravação foi um complicador para as minhas anotações. No entanto, o fato de ter que anotar tudo fez com que eu ficasse mais atenta e percebesse ainda mais as expressões e gestos, assim como a personalidade de cada presa, já que não poderia me basear na gravação.

Durante o tempo da pesquisa, tive acesso às presas da UMI e circulei poucas vezes por outras alas. Não me era permitido ir ao segundo andar, mesmo com agentes me acompanhando. Estive nele apenas duas vezes, pois justifiquei que seria importante para a pesquisa que eu pudesse detalhar como eram os cômodos em que as reclusas viviam. Quem me acompanhou quase todos os dias foi a agente responsável pela UMI. Foi ela também quem me mostrou outras alas e me levou para lanchar ou participar de procedimentos junto com as agentes.

Optei por não saber por qual crime elas estavam presas. O assunto surgiu algumas vezes e, por vontade própria, algumas me relataram o acontecido. Porém, a iniciativa nunca partiu de mim. Tomei essa decisão porque não era importante para a pesquisa o motivo de encarceramento dessas mulheres, mas sim como são suas

rotinas, relações, medos, anseios, enfim, seus sentimentos enquanto cumprem pena em regime fechado e longe das famílias. Irei relatar algumas situações que me foram ditas, considerando que elas surgiram no decorrer das conversas, mas, novamente, enfatizo que esse não é o foco desta pesquisa.

### 3.1 Contextualização do universo empírico

A história do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier remonta à década de 1930. O prédio que sedia a instituição atualmente foi inaugurado nos anos 1950, após intensa campanha para arrecadação de verbas realizada pelas irmãs da Congregação do Bom Pastor D'Angers. Construída na Avenida Teresópolis, 2727, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a casa que hoje funciona sob comando da SUSEPE abriga 214 reclusas (tendo capacidade para receber 239) e é dirigida por Clara Oliveira de Matos, assistente social.

Figura 2 – Localização do PEFMP



Fonte: PRESÍDIO ESTADUAL FEMININO MADRE PELLETIER. In: GOOGLE MAPS.

Mountain View: Google, 2018. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/place/Penitenci%C3%A1ria+Feminina+Madre+Pelletier/@-30.0777403,-51.2106536,642m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9519829c8025bc31:0x7d125aa67369fad8m2!3d-30.0777403!4d-51.2084649>. Acesso em: janeiro de 2019.

O presídio “conta com uma equipe de direção, de técnicos e de agentes penitenciárias” (CUOZZO, 2016, p. 63). O local é dividido em três galerias, além da Unidade Materno-Infantil, onde ficam as reclusas com seus bebês. A escolha da galeria à qual as internas são encaminhadas depende de fatores como situação jurídica e problemas de saúde.

Na galeria B se encontram quatro diferentes unidades. As unidades B1 e B2 são destinadas às reclusas gestantes e as que têm problemas crônicos de saúde. Dessa forma, ambas as unidades têm acesso facilitado à Unidade Básica de Saúde (UBS). Essa última funciona como um Posto de Saúde do bairro, que oferta atendimentos e consultas rotineiras com psiquiatra, ginecologista, psicólogo, assistente social, dentista, clínico geral e infectologista. Na B1, como prevalece a questão de saúde, encontram-se tanto reclusas provisórias quanto condenadas, e na B2, a maioria delas são condenadas primárias, e algumas trabalham na Penitenciária (CUOZZO, 2016, p. 63).

A unidade B3 abriga presas que tiveram reincidentes condenações. A B4 fica em um espaço totalmente fechado e para lá são destinadas as internas que foram expulsas de outras unidades, que cometeram crimes contra crianças ou que, por escolha, ficaram nessa unidade. A galeria C, por sua vez, abriga apenas as reclusas trabalhadoras. Elas “assumem diferentes funções de trabalho, que atendem às demandas do funcionamento da própria Instituição. Na cozinha, podem ser auxiliares, cozinheiras e paneleiras, e, na limpeza, podem trabalhar na manutenção e no recolhimento do lixo” (CUOZZO, 2016, p. 63-64). Para as presas primárias provisórias é destinada a galeria D, caracterizada pelo intenso trânsito de mulheres, já que algumas permanecem lá por alguns dias e outras por um maior período de tempo, enquanto aguardam julgamento.

A rotina das reclusas é acompanhada por agentes penitenciárias. Conforme a galeria, mais ou menos agentes são designadas. Além das que ficam responsáveis pelas galerias, em sistema de rotatividade, outra é responsável pelo “Livro de Ocorrências”. Como o nome já diz, é lá que são anotadas as movimentações de

entrada e saída do presídio, inclusive de visitantes, saídas para o Fórum, hospital, etc. (CUOZZO, 2016, p. 65).

A Unidade Materno-Infantil, como mencionado anteriormente, abriga mulheres e crianças até que estas completem um ano de idade. Cabe às funcionárias do presídio fazerem a adaptação dos bebês com a família, escolhida previamente pela gestante. Isso inclui trabalho com a psicóloga e a assistente social (PEREIRA; ÁVILA, [2012?], p. 7). Em relação à infraestrutura, a unidade, em 2012, possuía alguns vidros quebrados e, por possuir o pé direito bastante alto, propiciava um ambiente frio e úmido.<sup>19</sup> O espaço é dividido por grades e o mobiliário não é extenso.

Destaca-se, por fim, o perfil das mulheres encarceradas no PEFMP, segundo dados fornecidos pela SUSEPE referentes a julho de 2017.<sup>20</sup> Naquele mês, 239 mulheres estavam sob custódia da instituição. Dessas, quatro eram alfabetizadas, três eram analfabetas, 144 tinham o Ensino Fundamental incompleto, 22 tinham o Ensino Fundamental completo, 29 tinham o Ensino Médio incompleto, 27 tinham terminado o Ensino Médio, seis não haviam completado o Ensino Superior e quatro eram graduadas. Todas as 239 eram brasileiras. A maior parte das reclusas (177) haviam sido condenadas a penas de até quatro anos. Do restante, 16 serviam penas de 4 a 8 anos, 18 foram sentenciadas de 8 a 15 anos, 11 cumpriam sentenças de 15 a 20 anos, oito de 15 a 30, cinco de 30 a 50 anos e quatro de 50 a 100 anos.

Quanto ao crime cometido, 159 estavam presas por tráfico de drogas. Os outros tipos mais preponderantes eram “Quadrilha ou bando”, representado por 12 internas, e “Arma de fogo”, pelo qual outras 12 estavam enquadradas. Receptação aparece logo em seguida, com 10 presas. Os outros crimes possuem menos de sete condenadas por tipo.

Quanto à faixa etária, 50 internas possuíam entre 18 e 24 anos, 40 tinham idade entre 25 e 29 anos, 34 tinham entre 30 e 34 anos, 75 tinham de 35 a 45 anos, 36 possuíam entre 46 a 60, e apenas quatro tinham mais de 60 anos. Do total, cinco mulheres tinham cor de pele/etnia amarela, 151 eram brancas, três eram indiáticas, 44 eram mistas e 36 eram negras. Também do total, 38 eram “amigadas”, 14 eram

---

<sup>19</sup> Segundo notícia veiculada no site da SUSEPE, a unidade materno-infantil passou por reformas em 2017. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_conteudo=3012&cod\\_menu=4](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=3012&cod_menu=4)>. Acesso em: abril de 2018.

<sup>20</sup> O tipo de tabela fornecida pela Susepe mudou desde 2017. Agora, essas informações não são mais disponibilizadas. Por isso, os dados apresentados são ainda de 2017.

casadas e outras 14 divorciadas, duas eram separadas, 164 eram solteiras e sete eram viúvas. Destaco que a categoria “união estável” não está presente.<sup>21</sup>

Ressalto, também, que os dados fornecidos no site da SUSEPE não relatam quantas mulheres estão em prisão preventiva, quantas estão na ala materno-infantil, quantas são mães e quantos bebês se encontram na unidade no momento.

Dentre esse universo de detentas, foram escolhidas três mulheres com características sociológicas diferentes (raça/cor, idade, tempo de pena, etc.) para participarem das entrevistas narrativas em profundidade. As outras quatro reclusas também foram entrevistadas, porém de forma mais sucinta. O objetivo foi conversar com as internas que, além de estarem grávidas ou com seus bebês na Unidade Materno-Infantil, também tivessem outros filhos extramuros. Isso possibilitou uma narrativa que abarcasse os sentimentos experimentados enquanto elas possuem a convivência diária com a criança, mas também as experiências do afastamento, da falta de contato e do distanciamento dos outros filhos. Outro critério para a seleção das participantes foi o contato com a família – se existente ou não –, considerando-se que isso pode facilitar ou dificultar a relação com os filhos mais velhos.

A observação participante aconteceu em toda a Unidade Materno-Infantil, a fim de constatar como é a rotina das internas, como elas se adaptam ao ambiente, como são as condições da ala em relação à infraestrutura, como o acesso a consultas médicas e atendimento psicológico, assim como os espaços destinados ao lazer e ao convívio comum.

---

<sup>21</sup> As categorias mencionadas são informadas com essas nomenclaturas pela SUSEPE. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=203&cod\\_conteudo=244](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=244)>. Acesso em: abril de 2018.

#### **4 DENTRO DO CAMPO: PERCEPÇÕES E ANÁLISES**

Neste capítulo, trago os resultados obtidos durante as incursões em campo. Este tópico está dividido em três subitens, que compreendem as relações entre as presas e o Estado, as relações entre as próprias presas e as relações entre elas e suas famílias, incluindo os filhos que se encontram presos com elas. Inicialmente, apresento um panorama geral sobre a minha entrada no presídio, primeiras impressões e conversas. Depois, apresento as principais características das presas, suas peculiaridades e nossos encontros. Ao tratar das relações entre as presas e o Estado, a seguir, incluí as percepções pessoais sobre seus respectivos processos, sobre o sistema judiciário e sobre as técnicas. No subitem seguinte, abordo o cotidiano das detentas, como elas se relacionam, quais táticas de cuidado são compartilhadas e as amizades e atritos existentes. No subitem final, analiso a situação das presas e de suas famílias, incluindo aqueles que estão fora do sistema prisional, seus filhos extramuros e intramuros.

O primeiro contato que tive no PEFMP foi com a assistente social, vice-diretora da penitenciária e coordenadora da UMI. Conversei com ela por e-mail, primeiramente, acertando detalhes para a primeira reunião e enviando documentação que autorizasse o início do campo. A direção do presídio solicitou a carta de autorização do Comitê de Ética da Unisinos assinada; a autorização interna, da SUSEPE, foi passada diretamente para ela. Assim que a parte burocrática foi finalizada, marcamos uma reunião.

No primeiro dia de campo, tive a primeira reunião com a então diretora interina e coordenadora da UMI. Cheguei na manhã do dia 21 de junho, quinta-feira, às 9h – um dia nublado, úmido e pouco frio, considerando que era inverno. A entrada do lugar é cercada por um muro todo grafitado, e, para adentrar o pátio, há um portão de correr e uma guarita. O portão costuma ficar aberto (a não ser que seja horário de escolta, então ele é fechado) e não há nenhum agente na guarita. Esse portão dá acesso ao estacionamento dos agentes e ao lugar onde as vans de escolta ficam estacionadas no aguardo das internas. Da rua, é possível ver a idade do prédio pintado de rosa, já que muitas janelas de vidro estão quebradas e a pintura está envelhecida. O estilo arquitetônico do prédio também remete à década em que ele foi construído.

Figura 3 - Fachada do PEFMP e estacionamento



Fonte: Joana Berwanger/Sul21 (CANOFRE, 2018).

A entrada do presídio tem uma campainha e fica fechada por uma porta dupla de metal com cadeado. Nesse dia, toquei a campainha e aguardei até uma agente vir me recepcionar. Expliquei para ela que tinha uma reunião marcada e ela me deixou entrar. O hall tem duas escadas grandes que vão para o andar de cima, uma de cada lado da porta de entrada. Uma tem o acesso fechado por grades (que estavam abertas) e dá acesso também para duas salas. Do outro lado não há grades. Na frente da escada ficam duas poltronas marrons puídas, antigas. Também há um armário de metal cinza bastante enferrujado com etiquetas de nomes. Logo ao lado tem uma “Sala dos Advogados”, inaugurada pela OAB em 2009. É também possível ter uma ideia da idade do prédio pelos azulejos, pisos e os detalhes nas escadas. Os azulejos cobrem quase metade do pé direito duplo e são amarelos; o resto das paredes são pintadas também de amarelo. O chão é composto por um mosaico de diferentes tipos de pedras, de diferentes cores. Há um cheiro bastante forte de umidade, como se misturasse o cheiro do prédio e dos móveis antigos, assim como das pessoas, de comida, de suor e de roupas usadas e guardadas (que chegam para doações).

Em linha reta da porta de entrada ao prédio há outra porta, que também fica chaveada. Acima dela lê-se Penitenciária Feminina Madre Pelletier, nome antigo do PEFMP. É por essa porta que se tem acesso ao setor administrativo, onde é feita a identificação. Precisei mostrar minha carteira de identidade para minha entrada ficar registrada e deixei minha bolsa e celular nesse lugar, levando apenas o caderno de campo e caneta. À esquerda, dois sofás, uma mesinha e uma estante ocupam o espaço. Do lado, uma porta fechada com cadeado dá para o pátio e para as outras unidades. Seguindo reto da porta de entrada, há um corredor que dá para diversas salas, incluindo as de agentes e da direção, os banheiros, o refeitório e a cozinha. A seguir, uma escada, à esquerda, leva para as unidades B.

À direita da mesa de identificação, há a sala de triagem e a sala onde ficam as chaves dos cadeados e das portas. Adiante, há outra porta, fechada com grade, que dá para o espaço de convivência externa da Unidade Materno-Infantil, um pátio interno entre o prédio principal do presídio e a unidade, que fica anexa a ele. Há uma parte do pátio que está interditada porque o chão cedeu. Há outra porta quase de frente para a do prédio principal que dá entrada para a UMI, assim como uma segunda porta que dá para a sala onde fica a agente responsável pela unidade.

Figura 4 – Porta principal de entrada para a UMI



Fonte: Joana Berwanger/Sul21 (CANOFRE, 2018).

Tivemos a primeira reunião na sala de atendimento da psicóloga na UMI. Conversei com a assistente social e também com a psicóloga, que faz consultas na unidade algumas vezes na semana. A sala em questão estava mais quente, pois havia contato direto do sol com ela. No entanto, as salas que não tinham janelas para a rua estavam bastante frias. A psicóloga e a assistente social foram muito receptivas e me deixaram confortável para fazer a observação e as entrevistas. Durante a conversa, elas me contaram que algumas datas são comemoradas na unidade. Por exemplo, é feita a comemoração de aniversário de um ano para as crianças que estão com as mães na unidade, festa junina, festa de dia das crianças, comemorações de Natal, etc. Também me explicaram que as visitas ocorrem aos domingos, e que as quartas-feiras são os dias de “sacola”, quando os familiares são autorizados a levar itens para as presas.

Figura 5 - À direita, salas para consultas psicossocial e pediátrica



Fonte: BRZUSKA, 2011a.

Segundo a psicóloga, o presídio se mantém muito por doações, já que o que é fornecido pelo Estado é insuficiente. Para ela, o local é uma “vitruine”, por isso recebe bastante doações. É, portanto, um lugar privilegiado, considerando que os outros presídios e penitenciárias do estado não recebem a mesma atenção da comunidade.

*“A maioria [das presas] vem de famílias pobres, então, por exemplo, comprar um shampoo que será dividido por toda a família é uma coisa, mas ter que comprar um exclusivamente para levar ao presídio já é mais difícil” (psicóloga, DC, 21/06/2018).*

Ou seja, muitas presas acabam sobrevivendo de doações, considerando que nem sempre as famílias têm condições financeiras para levar itens para elas, bem como de ir visitá-las todas as semanas. No que diz respeito às visitas, a psicóloga disse que a falta delas é um mito no Madre, porque as famílias visitam com frequência e os companheiros são presentes.

Uma questão que afetou minhas incursões em campo foi a realização da Campeonato Mundial de Futebol no mesmo período. Em dias em que havia jogos do Brasil, o presídio funcionava em meio expediente, por isso eu só poderia ir para lá nos turnos opostos aos dos jogos. Além disso, o próprio funcionamento do PEFMP foi modificado, considerando que até mesmo as visitas da juíza da Vara de Execuções Criminais (VEC) eram transferidas para que não coincidisse com os dias de jogo. No tocante aos agentes, eles se revezavam para que o presídio contasse sempre com o número mínimo de pessoal nesses dias.

Além disso, algumas vezes fui até o presídio e não pude entrar porque não havia agentes suficientes, e, por isso, nenhum poderia me acompanhar na UMI durante o turno. A falta de pessoal foi assunto diversas vezes, sendo um tópico abordado por diferentes pessoas em diferentes momentos.

#### **4.1 As trajetórias e as considerações individuais**

Nesse subcapítulo, apresento as entrevistas que fiz com as presas, aprofundando suas histórias e trajetórias. Abordarei cada uma em subcapítulos, especificando suas características, traços de personalidade e assuntos tratados em entrevista. A ideia deste subcapítulo é fazer uma apresentação inicial sobre quem foram minhas interlocutoras. Margarida, Tulipa e Rosa foram entrevistadas em maior

profundidade, assim, trago mais informações sobre elas. Em relação às outras, conversei de forma mais breve e trago aqui, também, o material coletado. É importante destacar que me refiro às idades das crianças no momento das entrevistas, ou seja, em julho de 2018. Todas as outras informações também são referentes ao momento em questão.

Até 2018, a SUSEPE fornecia uma tabela com características das presas dividida em alguns itens, incluindo a questão racial. Desde então, os dados não são mais fornecidos dessa forma. Por isso, a classificação racial trazida nesta dissertação parte do meu olhar sobre cada uma das mulheres. Mantive a categoria parda porque ela era apresentada no relatório da SUSEPE e achei justo manter uma organização parecida.

Elaborei a tabela abaixo com informações a respeito das minhas interlocutoras a fim de facilitar a visualização de suas características. Trago dados sobre sua idade, filhos e raça/etnia.

Tabela 1 – Características das presas entrevistadas

<b>Nome</b>	Margarida	Tulipa	Rosa	Babosa	Áster	Mimosa	Gérbera
<b>Idade</b>	42 anos	21 anos	25 anos	37 anos	28 anos	37 anos	32 anos
<b>Filhos</b>	2 filhos	3 filhos	5 filhos	5 filhos + gestante	1 filho + gestante	6 filhos	4 filhos
<b>Raça/etnia</b>	Parda	Branca	Parda	Negra	Parda	Negra	Parda

### **Margarida**

Margarida tem 42 anos e duas filhas. A mais nova, de um ano e dois meses, está com ela no presídio, enquanto a mais velha, de 21 anos, vive em Itaara, município gaúcho, com o marido e o filho. A interna é de Santa Maria, é casada, parda e tem o Ensino Médio incompleto, sendo a única da unidade a ter chegado nesse nível de escolaridade. Ela começou a desconfiar que estava grávida enquanto estava presa na penitenciária de Guaíba, onde recebia visitas íntimas do companheiro. Escondeu a informação das técnicas porque não queria ir para o Madre. Foi transferida para

Porto Alegre quando estava com cinco meses de gestação, ficando no alojamento das gestantes até os oito e, depois, foi para a UMI. No ultrassom que fez na unidade, disseram a ela que estava esperando um menino. Só quando a bebê nasceu que soube que era uma menina.

Antes de parir, foi três vezes ao hospital. Ganhou a bebê de 41 semanas porque queria esperar e ter parto normal. Ficou doze horas em trabalho de parto e depois teve de fazer cesárea. Ela conta que, logo que perdeu o tampão, avisou as agentes e já foi levada prontamente ao hospital. Disse que foi maltratada durante o trabalho de parto, que perdeu muito sangue e ficou fechada em uma sala com as agentes. Doze horas depois, na hora da troca do plantão, a médica nova viu como ela estava e a levou direto para a sala de cirurgia. Ficou internada no hospital por dois dias e depois foi liberada de volta ao presídio, só então que avisaram o companheiro sobre o nascimento da filha.

*“A UMI é um submundo infiltrado nesse mundo do cárcere, é completamente diferente. Aqui é melhor em tudo, tem acesso a atendimento. É um ambiente diferenciado” (Margarida, presa, DC, 27/07/2018).*

Está presa há 16 anos, quando ingressou no Presídio Regional de Santa Maria. A sua primeira condenação era de cinco anos em regime fechado. Quando saiu em progressão, acabou foragindo e voltou ao sistema. Por conta das vezes que foragiu, aumentou a pena em regime fechado, por isso o longo período no sistema prisional.

Em Santa Maria, ficou presa por pouco mais de um ano. Foi transferida para Guaíba logo depois. Seu tio, preso na Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM), havia entrado em conflito com um agente e, por isso, ela foi encaminhada para a PEEG. Conheceu o pai da filha mais nova, de Alvorada, em uma das vezes que esteve foragida e, depois disso, mantiveram o relacionamento. Ele a visitava às vezes, porém, quando começou a chegar perto de Margarida progredir de regime, ele se mudou para Santa Maria e conseguiu um emprego como empacotador em um mercado. A ideia do casal é que ele fosse organizando uma casa, que fica no mesmo terreno no qual a mãe dela mora, e se estabelecesse para que tudo já estivesse certo quando ela saísse da prisão.

Margarida também via a filha mais velha quando estava foragida. Agora, no Madre, acaba falando com ela apenas por telefone. Tentam manter contato, porém, a

distância dificulta o convívio. Esse fato também atrapalhou no processo de desligamento da filha pequena. Por estar longe da família, não tinha quem a visitasse e fosse criando laços e vínculo com a bebê. Por isso, a assistente social esperava que Margarida progredisse de regime logo e, assim, as duas saíssem juntas do presídio. A bebê era bastante apegada à mãe, ainda mamava no peito e passava no colo.

Segundo a presa, os maiores questionamentos da gestação no encarceramento são:

*“Meu filho vai nascer bem? Como vou ser tratada no hospital? Vou poder ficar com ele? Quando vou embora do presídio? A gente fica na tensão, sem saber se vai poder sair. Já vi mulher ir para outra galeria desesperada sem o filho e ninguém fazer nada” (Margarida, presa, DC, 27/07/2018).*

A falta de convivência com a família também é uma reclamação de Margarida. Ela conta que é difícil e triste ficar longe das pessoas que ela gosta, mas que a “pequena” lhe dá forças para aguentar. Quando sair, tem planos de primeiro adaptar a filha ao novo ambiente, e, depois, começar a fazer doces e bolos, para, então, poder voltar a estudar. Pensa em fazer o curso de tecnólogo em Radiologia. Se isso não der certo, quer buscar emprego em alguma empresa como serviços gerais.

Margarida contou, impressionada, a primeira vez que a pequena viu uma pomba no pátio da unidade. Ela teve uma reação muito grande ao animal desconhecido. Isso me fez questionar sobre todas as outras coisas que a criança deixou de ver e irá estranhar no momento em que ficar em liberdade. Não apenas os animais, mas as estrelas, a lua, os carros, as casas, os aviões, enfim, tudo aquilo que é rotineiro em uma cidade como Porto Alegre, mas que não é visto quando se está confinado dentro de altos muros e grades. Essa privação mostra o quanto o encarceramento afeta essas crianças, presas junto com as mães, perdendo parte da sua primeira infância cumprindo um castigo por um crime que não cometeram.

Por isso, Margarida acredita que seria importante que as crianças seguissem tendo acompanhamento do PIM (programa Primeira Infância Melhor, que será melhor descrito a seguir) fora da prisão também. Segundo ela,

*“Algumas mulheres saem e acabam caindo nas drogas, sem acompanhamento nenhum” (Margarida, presa, DC, 27/07/2018).*

Ela percebe que as mulheres são constantemente vigiadas e, de certa forma, auxiliadas enquanto estão encarceradas, mas não vê um apoio às egressas. A detenta acredita que sem acompanhamento é mais fácil que essas mulheres voltem a praticar crimes e a utilizar drogas, deixando as crianças em segundo plano.

Margarida saiu em liberdade em setembro de 2018, quando a filha pegou catapora e corria o risco de passar a doença para as outras crianças. Ela ainda não tinha sua saída confirmada a longo prazo, pois, considerando que havia saído temporariamente, corria o risco de voltar para o regime fechado. Porém, ela já estava em Santa Maria morando com o companheiro no mesmo terreno da mãe, como planejava quando estava presa. Margarida foi a única presa que conseguiu obter notícias depois que terminei as inserções em campo.

## **Rosa**

Rosa tem 25 anos, é solteira e natural de São Gerônimo. Parda, trabalhava vendendo lingerie e morava com os filhos na casa da mãe. Estes são cinco: de dez, sete, cinco e três anos, além da menina que está com ela na UMI. Nenhum dos filhos recebe pensão dos pais, e os de cinco e três anos têm um pouco de contato com seus genitores. Ela recebe visita da mãe uma vez por mês. A dinda da bebê, que era sua ex-colega de cela, também tenta visitar com frequência para manter laços de convívio com a criança. A filha mais velha, de 10 anos, conseguiu visitá-la uma vez. Dos outros filhos, recebe notícias durante as visitas da mãe e por meio da assistente social, por telefone. Para que a mãe possa trabalhar, a irmã dela cuida das crianças que ainda não vão para a escola.

Rosa é portadora do vírus HIV há cerca de quatro anos, por isso, suas duas últimas gestações e partos tiveram que ser feitos com precauções extras, a fim de não contagiar as crianças. Ela estava grávida de quatro meses quando foi presa e encaminhada para Guaíba. Um mês depois, foi direcionada ao Madre, onde ficou nos alojamentos para gestantes; com seis meses de gravidez foi para a UMI. Assim como as outras presas, fez dois ultrassons e exames de sangue durante o pré-natal.

Seu parto foi o mais complicado entre os das presas na UMI com filhos. Ela tinha uma consulta marcada à tarde com a obstetra no hospital, e, nesse dia, estava com três dedos de dilatação. Por isso, foi mandada de volta para o presídio. Em torno das 21h entrou em trabalho de parto e por volta das 4h avisou as agentes de plantão.

Nesse momento, já estava com contrações de cinco em cinco minutos, porém, só foi levada de volta ao hospital em torno das 6h da manhã. Rosa conta que a bebê já estava coroando quando ela saiu com a escolta, sem algemas. Ao chegar no hospital, ainda teve que esperar porque precisava fazer a medicação que evita que o vírus HIV seja transmitido durante o parto para o bebê. Pôde parir, finalmente, às 7h44.

Ficou dois dias internada, de terça a quinta-feira. Perto da sua alta, as enfermeiras insistiram que as agentes esperassem que a menina pegasse a mamadeira antes de liberar a presa, para garantir que ela conseguiria se alimentar. Isso foi perto do meio-dia de quinta-feira. Como já era quase hora do almoço, o hospital tentou segurar a alta até depois que Rosa comesse, mas as agentes responsáveis pela escolta não aceitaram e a levaram de volta. Segundo a interna, ela foi bem tratada no hospital, não sendo vítima de preconceito por ser presa ou por ser HIV positiva.

Rosa conta que ficou presa por dois anos em prisão domiciliar, de forma provisória. Agora que foi condenada e cumpre em regime fechado, a juíza se recusa a contabilizar o tempo da provisória na remissão de sua pena. Por isso, ela ainda deve ficar presa até junho de 2020, então não sairá junto com a menina da prisão. Ainda serão avaliados quantos dias terá de remissão por conta do tempo que trabalhou em Guaíba e por conta da licença-maternidade no Madre.

Do lado de fora, morava com a mãe e os filhos. Ela conta que dormia com todos eles e todos passavam os dias juntos. É disso que Rosa sente mais falta durante o encarceramento: do tempo e das atividades que conseguia fazer com os filhos. Assavam bolo, viam filmes, enfim, passavam os dias grudados. Depois de presa, conta que um dos filhos extramuros ficou doente de saudades da mãe. Ela pretende voltar a vender lingerie quando sair, ou, se isso não der certo, trabalhar em alguma lanchonete.

Em relação à convivência com as outras presas, Rosa conta que tentou esconder a doença pelo tempo que pôde para que não sofresse preconceito. No entanto, como não amamentava, as presas perceberam. Disse que se sente discriminada e que sofre deboches com frequência, apontando a relação com as outras presas como a maior dificuldade em passar o tempo na prisão.

*“O ambiente é bom, mas tem muita ladainha. O ruim são as pessoas”  
(Rosa, presa, DC, 27/07/2018).*

Também conta que as pessoas com quem consegue fazer amizade acabam indo embora. A amiga e dinda da menina se tornou amiga dela na penitenciária de Guaíba. Agora, aproximou-se bastante de Tulipa, e ambas se ajudam de forma mútua a cuidar dos seus bebês. A menina de Rosa, por conta da medicação para HIV e da fórmula, acaba tendo bastante cólica, evacuando pouco.

## **Tulipa**

Tulipa é a mais nova das presas da UMI. Tem 21 anos e estava grávida do terceiro filho quando nos conhecemos. Extramuros, tem mais dois meninos, de cinco e dois anos. De Canoas, é a única branca da unidade. É casada e tem o Ensino Fundamental completo. Morava com o marido e os filhos e trabalhava como dona de casa. Foi presa já grávida e encaminhada direto para o Madre, ganhando o bebê enquanto eu ainda fazia as incursões em campo. Os filhos ficaram com o marido, o qual a visitava sempre que podia, levando o filho mais velho para vê-la em algumas ocasiões. O companheiro tem uma padaria na qual trabalha com a mãe.

Seu filho mais velho sofre muito com a saudade, chora escondido em cantos da casa. O mais novo, muito jovem para entender o que acontece, pensa que a mãe está no hospital, contou Tulipa. Apesar de ficar feliz em poder ter visto o filho de cinco anos duas vezes, sofre muito com a despedida e se questiona se vale a pena levar o filho para o ambiente carcerário. Como é primária, provisória, gestante e com filhos extramuros, estava elegível para ser beneficiada com o habeas corpus coletivo. Porém, depois de percorrer todas as instâncias, teve o pedido negado também pelo STF.

Enquanto estava no presídio, fez exames de rotina e uma ecografia. Esse último teste afirmava que ela estava com uma semana a menos de gestação. Foi necessário que seu marido levasse uma ecografia do inicial para comprovar que ela, de fato, estava com 40 semanas. Ela foi levada, então, para uma consulta a fim de confirmar em que estágio da gravidez estava. Nesse meio tempo, seu marido pediu autorização judicial para acompanhar o parto, assim como gravá-lo. A autorização foi concedida, porém Tulipa, assim que chegou ao hospital, já foi encaminhada para a sala de parto, uma vez que o bebê estava enrolado no cordão umbilical e já estava ingerindo o líquido amniótico. Por isso, o pai não acompanhou o momento do parto.

Nas quarenta e oito horas seguintes em que ela ficou no hospital, foi acompanhada pelo companheiro, tendo que se despedir no momento em que foi levada de volta ao presídio. Tulipa foi a única das presas que foi acompanhada por alguém da família.

*“Às vezes, deitado no travesseiro e penso: é injusto. Mas se estou aqui, eu sabia o que eles faziam, mas não fazia junto. Essa nova lei (habeas) já ajudou muito, mas muitas ainda voltam (para o presídio). Usam a criança para sair, mas acabam voltando. A minha vida era dentro de casa com os filhos” (Tulipa, presa, DC, 27/07/2018).*

Tulipa também acha que a UMI é aconchegante, mas se incomoda com o frio. Ela conta ainda que algumas agentes são mais brutas durante a conferência, gritando e sendo estúpidas com as presas. Para o hospital, foi levada algemada. Já de volta ao presídio, disse que Rosa deu-lhe bastante força, porque esteve muito deprimida. Ela precisava tomar três remédios por dia e se sentia muito dopada; achava, porém, que assim os dias passavam mais rápido. Tinha medo de parir ainda presa, que os pontos da cesárea estourassem, assim como estava aflita por ter que tirar os pontos no presídio, além da dor que sentiria e de não ter acesso a remédios. No entanto, contou que o processo foi bastante tranquilo, que sentiu pouca dor e a retirada dos pontos não foi problemática.

Por conta da depressão, emagreceu cerca de vinte quilos enquanto estava presa. Não gostava da comida do presídio e acabava comendo pouco do que ofereciam. O marido lhe levava um kit de alimentos todas as quartas-feiras e domingo. Ele também levou cerca de 280 peças de roupa para o bebê.

Tulipa era bastante triste quando a conheci. Seguidamente eu a encontrava chorando em algum lugar da UMI. Por outro lado, era a presa mais aberta e que mais conversava comigo. Simpatizei muito com ela por ser tão nova e pelo sofrimento que estava passando. Depois do nascimento do filho, ela ficou mais forte, não chorava mais e até sorria com mais frequência. Ela também foi a única que me perguntou se ganharia algo em contrapartida por participar da pesquisa, demonstrando interesse em se beneficiar de alguma forma. Rosa disse para ela, enquanto conversávamos, que minha pesquisa serviria para ajudar outras presas no futuro, que não era algo para o presente. Muito amigas, as duas andavam juntas sempre, auxiliando-se no que fosse necessário.

## Gérbera

Gérbera tem 32 anos e é mãe de quatro filhos, de dez, sete e um ano, além da menina de cinco meses que ficava com ela na unidade. É “juntada”, parda, mora em Porto Alegre e tem o Ensino Fundamental incompleto. Antes de ser presa, trabalhava em um galpão de reciclagem da sogra e do companheiro. Ainda tinha cerca de três anos para cumprir, de uma pena total de cinco anos e quatro meses. A filha mais velha morava com sua mãe, enquanto os outros ficaram com o marido, que segue trabalhando no galpão. Todos os filhos iam à escola, exceto o mais novo, que ainda não tinha idade suficiente.

No processo de desligamento, a bebê já saiu duas vezes do presídio com o pai, ficou cerca de duas horas fora e depois voltou. A adaptação vai seguir até que a menina complete um ano, quando então ficará com o pai. Elas não sairão juntas, uma vez que Gérbera ainda terá mais tempo de pena a cumprir.

Assim como Margarida, Gérbera estava presa em Guaíba e, depois de descoberta a gravidez, foi levada ao Madre. Fez o primeiro ultrassom com dezessete semanas de gestação. O segundo foi feito uma semana antes do nascimento da filha. Segundo a presa, ela sentia que era uma menina e já tinha comprado todo o enxoval em rosa. Sua passagem pelo PEFMP começou pelo alojamento, lugar no qual ela ficou de outubro a janeiro. Conforme Gérbera, ela preferia estar em Guaíba, porque lá tem menos contato com as agentes, fica mais tempo na cela e não precisa se deslocar tanto. Lá também era possível cozinhar, e sua família levava itens para que ela preparasse a sua própria comida. De acordo com a interna, a comida de Guaíba era intragável.

Em relação ao parto, pretendia que a menina nascesse naturalmente e, por isso, ficou em trabalho de parto entre as 19h e a meia-noite. No entanto, no início da madrugada teve que fazer uma cesárea. Ela conta que logo que começou a sentir as contrações pediu a escolta para o hospital e foi atendida, não tendo que ficar esperando na unidade. No entanto, teve que ir algemada até o hospital. Também havia pedido que o marido acompanhasse o parto, o que não foi permitido. Ele só foi avisado do nascimento da filha quando ela foi levada de volta ao presídio.

A bebê nasceu com o canal lacrimal fechado e, por conta disso, não produzia lágrimas, apenas uma secreção. O pediatra do presídio receitou um colírio, que logo foi dado a ela. Cinco meses depois, o canal estava curado, sem sequelas. Gérbera

conta que não precisou mais de atenção médica específica, pois não possui nenhuma doença que precise ser tratada e a menina também é bastante saudável.

Estava sempre com a bebê encaixada no lado direito do corpo, apoiada na perna magra. Por vezes, mesmo no inverno, descia para o andar térreo apenas de bermuda e blusão leve, alegando que não tinha tido tempo de se trocar.

## **Mimosa**

Mimosa tem 37 anos, é negra, tem Ensino Fundamental incompleto, é dona de casa e tem seis filhos. Morava com os filhos de sete e três anos e com o companheiro. Os mais velhos, de dezoito, quinze e dez não estavam com ela. De uma pena total de oito anos, já havia cumprido um, devendo sair da prisão junto com a filha em 2019. Ela possui um problema de dicção, o que torna difícil entender o que fala. Consultou com um fonoaudiólogo para que fosse examinado se era apenas um problema de fala ou se também havia um problema cognitivo. A segunda possibilidade era fortemente sustentada pelas técnicas, considerando que era difícil se comunicar com Mimosa, já que ela tinha dificuldade em entender o que lhe era perguntado e em responder de acordo.

Seu companheiro e seus filhos não moram em Porto Alegre, por isso não a visitam. O pai não conhecia a menina e ela não passaria pelo processo de desligamento. Certa vez, quando precisou de um par de chinelos novos, as presas fizeram uma vaquinha e conseguiram o dinheiro para que ela pudesse comprar. Ela não conheceu o pai e sua mãe já morreu, tornando o companheiro e seus filhos sua única família.

Foi presa quando já estava grávida e levada para Guaíba. Depois dos dois meses iniciais, foi encaminhada ao alojamento do Madre. Como tem “o vírus”, como ela chama, precisava fazer tratamento e acompanhar com cuidado o crescimento da menina, ministrando o remédio diariamente e fazendo os exames para garantir que não houvesse transmissão na hora do parto. Por tal condição, a criança toma apenas fórmula, não podendo mamar no peito. Todos os exames realizados na bebê até então

deram negativo. O próximo exame a ser feito será quando a filha completar um ano e quatro meses de idade.

Em certo encontro realizado pelo Um Pelo Outro (UPO, que será melhor detalhado a seguir), Mimosa revelou que não estava utilizando a medicação para controlar o vírus HIV. As religiosas comentaram que ela não deveria fazer isso, ao que ela respondeu que era Deus quem lhe daria a cura. Foi curioso ver a reação das religiosas para essa afirmação, afinal, elas pregavam que Deus daria às presas tudo que elas pedissem, contanto que elas ficassem no caminho do bem. Depois de muita insistência, Mimosa afirmou que estava sim tomando os remédios, que havia tomado naquela manhã mesmo. No entanto, foi perceptível que ela só afirmou tal colocação por conta da insistência das outras mulheres, buscando pôr fim à conversa.

## **Babosa**

Babosa tem 37 anos e estava com 36 semanas de gestação quando conversamos. É natural de Gravataí, mas morava em Mostardas quando foi presa. É solteira, negra, tem o Ensino Fundamental incompleto e é usuária de crack. Ainda era presa provisória, porém sua condenação já havia saído, faltava apenas chegar o alvará de prisão. Sua pena total era de oito anos e seis meses, dos quais já havia cumprido sete meses.

Foi presa, primeiramente, em Torres, onde ficou por cerca de seis meses; estava no Madre há cerca de um. Permaneceu no alojamento por apenas um dia antes de ir para a UMI, onde dividia o quarto com outras quatro mulheres. Mãe de outros cinco filhos, de vinte, dezenove, treze, sete e cinco anos, havia deixado-os com a mãe, de 52 anos, que mora em Glorinha.

No pré-natal, saía escoltada do presídio de Torres para fazer os exames do lado de fora. Fez um total de três ultrassons além dos exames de sangue. Como tem pré-eclâmpsia, precisa ter muito cuidado na hora do parto para que o caso não se desenvolva.

Seus filhos do meio nasceram de cesárea, enquanto os outros nasceram de parto normal, inclusive o de cinco anos. Existe uma recomendação médica de que não seja feito parto normal após cesárea, porque existe o risco de romper o útero na cicatriz antiga. No entanto, essa recomendação não foi seguida com ela. Infelizmente não pude acompanhar seu parto para saber como foi o andamento, principalmente se

foi imediatamente levada ao hospital quando entrou em trabalho de parto, uma vez que possui pré-eclâmpsia e precisa ser monitorada de perto para que a pressão não suba.

Ela recebia visitas apenas da filha de dezenove anos. Apesar de ter um semblante brabo e bastante fechado, Babosa se torna só sorrisos ao falar da filha. Formada na escola, a jovem trabalha e é bastante ligada à mãe. Como morava em Tramandaí, ela conseguia ir com mais frequência ao presídio de Torres para visitar a mãe. Depois da transferência para o Madre, as visitas cessaram. Babosa conta que pediu para ela ir apenas depois que a bebê nascesse. Em relação aos outros filhos, a mais velha, de vinte anos, já era mãe e morava com o companheiro. O menino de treze era o único que recebia pensão do pai.

### **Áster**

Áster tinha 28 anos, duas filhas e estava grávida de vinte semanas quando chegou na UMI. Casada, parda, com Ensino Fundamental incompleto, trabalhava como auxiliar em um frigorífico e morava com o marido e a filha de nove anos. Como ela e o marido estavam presos ao mesmo tempo, a menina ficou com a avó materna. As duas a visitavam sempre que possível, alternando com as visitas ao pai, que está preso em Charqueadas. A menina foi encaminhada a um psicólogo quando os dois foram presos, mas recebeu alta logo em seguida, pois estava bem e compreendia bem o que estava acontecendo ao seu redor, aceitando a prisão dos pais.

Ela deve cumprir cerca de dez meses em regime fechado. No momento em que nos falamos, aguardava a revisão do processo para saber se poderia cumprir o resto do tempo em prisão domiciliar. Na unidade, assim como as outras presas, trabalhava na faxina e na lavanderia.

Havia feito teste de gravidez antes de ser presa e já sabia que estava grávida. Quando foi presa, explicou para as agentes a situação, mas, como não havia teste no presídio, foi encaminhada para Guaíba. Ficou lá por dois meses e então voltou para o Madre, ficando no alojamento das gestantes. Depois de duas semanas, foi para a UMI. Segundo a interna, o presídio de Guaíba é melhor do que o Madre, porém a UMI é melhor que Guaíba.

Até o momento em que conversamos, havia tido entre três e quatro consultas, fez exames para DST e de urina. Havia feito apenas um ultrassom até o momento,

processo que era bastante impessoal, segundo contou: a TV não ficava virada para ela, e sim para o médico, que apenas relatava o que via para uma segunda pessoa, que anotava as considerações dele. Áster não pôde escutar os batimentos cardíacos do bebê, tampouco ver como estava sua formação, continuando sem saber o sexo da criança. Deveria fazer apenas mais um ultrassom enquanto estivesse presa.

Áster foi presa no mesmo dia que o marido, em 8 de abril de 2018. No início do processo dele, ela era apenas testemunha de acusação, mas depois passou a ser ré também. Antes disso, ele havia ficado preso por seis anos, época em que ela ia visitá-lo todos os finais de semana. Como foragiu, acabou voltando ao sistema prisional no mesmo dia em que ela foi presa.

*“Aqui na UMI, a gente fica livre até de noite. Tem acesso a psicólogo, psiquiatra, enfermaria. Mas no alojamento das gestantes é diferente. Lá, se tu pedir um paracetamol, elas te dão. Te dão os remédios mesmo que tu não possa tomar porque está gestante, porque elas não têm conhecimento. Na UMI, só dão remédio se for receitado pela enfermaria. Não entendo porque elas têm mais cuidado com a gente na UMI do que no alojamento. Lá elas também estão grávidas, também estão esperando um bebê. Às vezes fica muito cheio, já teve gente dormindo em colchão no chão enquanto aqui na UMI tem vaga” (Áster, presa, DC, 26/07/2018).*

Áster também conta que a assistente social deixa que a família leve itens para elas mesmo fora dos dias da sacola, desde que sejam produtos necessários para a gestação ou para os bebês. Também explicou que o banho é bom, quente, que no banheiro delas não há janelas quebradas, mas há um espaço nos vidros pelo qual entra ar frio. Ela ainda me disse que não pretende ficar com o bebê durante o ano que lhe é permitido, mas tem pretensão de entregá-lo à família quando completar três meses de idade.

*“Isso aqui não é lugar para criança ficar” (Áster, presa, DC, 26/07/2018).*

Apesar da visão um pouco mais positiva sobre a UMI, Áster não vê o lugar como adequado para crianças e bebês.

## **4.2 A infraestrutura, as técnicas e o Estado**

Neste subitem, abordo as questões relativas à infraestrutura da Unidade Materno-Infantil (UMI), as relações entre as técnicas e a juíza com as presas, assim como seus discursos, as inserções religiosas no presídio, o impacto do sistema judiciário para essas mulheres, bem como as consequências da falta de pessoal no presídio.

A UMI é a ala que abriga gestantes que estão perto de dar a luz e mães com seus filhos. As grávidas ficam em um dormitório no andar de baixo, enquanto as presas com bebês ficam no andar de cima. A regra geral é que detentas provisórias não podem ficar na mesma ala que as com condenação, mas no PEFMP não é feita essa diferenciação. Segundo a assistente social, não houve uma determinação judicial para que essa separação fosse efetuada, tampouco há espaço físico para que tal regra seja cumprida. Assim, ficam na UMI apenas as gestantes nos meses finais de gravidez, que vêm transferidas de um alojamento específico para gestantes em início de gravidez na ala B. O objetivo da separação é para que não haja superlotação nem tumultos. De acordo com as técnicas, as mulheres em início de gravidez têm mais mobilidade e são mais “esquentadas”, podendo causar brigas e discussões.

A infraestrutura da UMI é composta por um andar térreo e um andar superior. O térreo é composto por um banheiro destinado às técnicas, pelas duas salas para atendimento, pela sala da agente que está fazendo a segurança da unidade, por um espaço com mesas e cadeiras que era destinado às refeições, por uma sala de lazer com livros e máquinas de costura e por uma lavanderia com máquinas de lavar roupa, uma máquina de secar e um tanque. Há uma sala para depósito dos produtos fornecidos pelo Estado ou doados (como fraldas, mamadeiras, chupetas, cobertores, leites em fórmula, etc.) e também um espaço externo destinado ao banho de sol e à secagem de roupas. A partir desta área é possível descer a um subsolo, onde, anteriormente, funcionava um espaço de recreação para as crianças, hoje desativado porque inundou e não foi mais reformado. No pátio térreo também funcionava um parquinho, atualmente coberto por mato e sem uso.

Figura 6 – Sala recreativa antes de ficar inutilizada. Está localizada no subsolo da UMI



Fonte: BRZUSKA, 2011b.

Logo na entrada há o alojamento das gestantes, equipado com diversos beliches, dois armários, televisão, ar condicionado, cozinha e banheiro conjugados. As janelas são grandes e, apesar da reforma, alguns vidros continuam quebrados, o que faz com que vente dentro do quarto e fique bastante frio. O espaço de chuveiro do banheiro estava sendo dividido por um cobertor, porque a cortina rasgou e ainda não havia sido repostada. A porta do quarto fica aberta das 8h às 17h, sendo fechada com cadeado após esse período. Durante o tempo do campo, cinco gestantes passaram pelo local. Uma ganhou bebê e foi para o alojamento superior, duas foram

beneficiadas pelo habeas corpus coletivo e respondem aos processos em prisão domiciliar e duas continuavam no térreo da UMI, ainda grávidas. Ao lado da entrada do quarto das gestantes fica a escada que dá para o andar superior.

Figura 7 – Escada que dá para o segundo andar e alojamento das mães



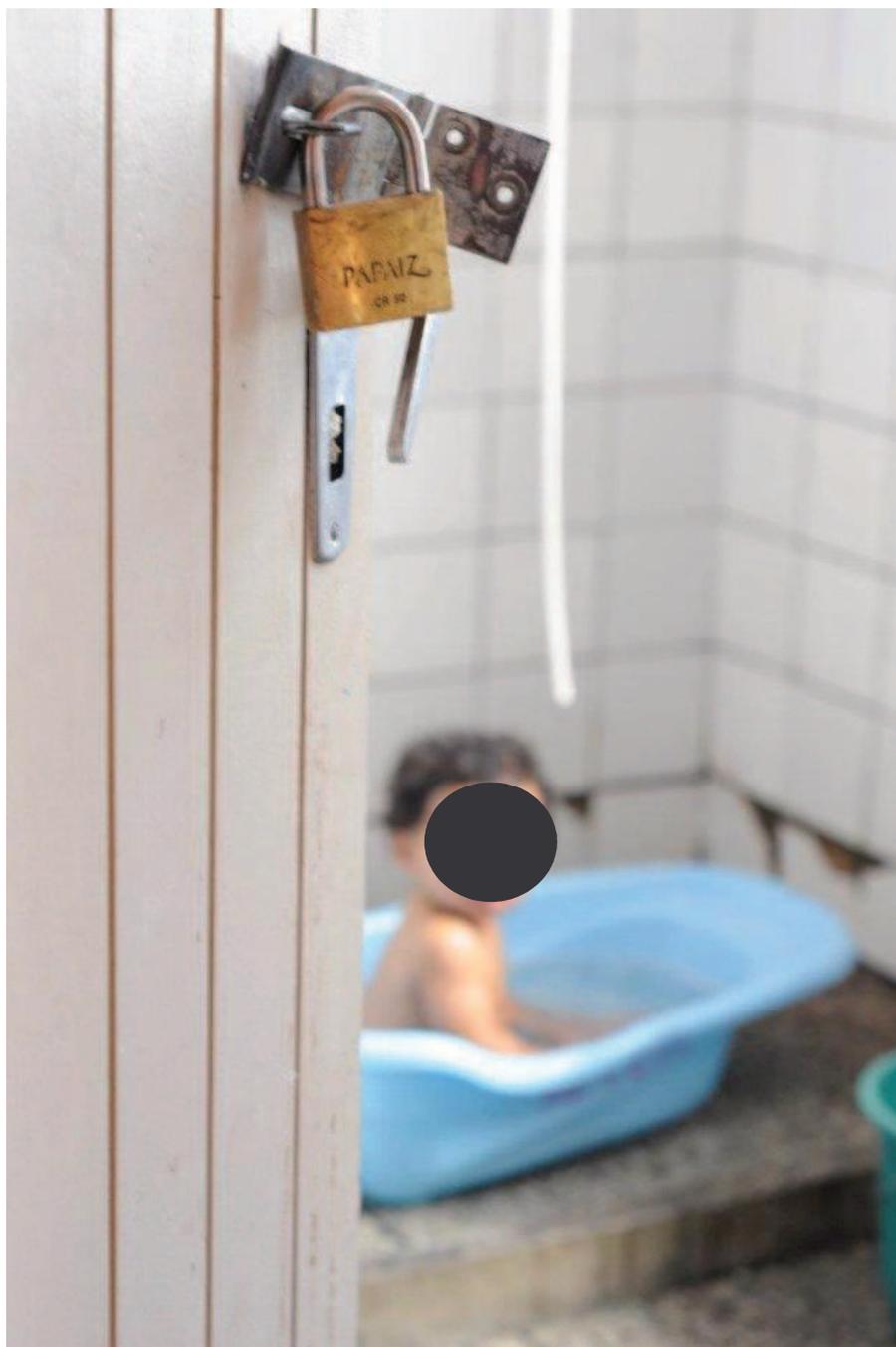
Fonte: BRZUSKA, 2011c.

No andar de cima, as mães são separadas de acordo com a idade dos bebês. Existem três quartos: um para os recém-nascidos e suas mães, um para a criança mais velha, de um ano, e outro para as que estão nesse ínterim. Assim, dois bebês ficavam no primeiro quarto mencionado, um no segundo e dois no terceiro. Durante as incursões em campo, somavam-se cinco mães e seus bebês, quatro meninas e um menino. Os quartos são mobiliados com camas, berços, cômodas, armários, poltronas para amamentação e geladeira, assim como ar condicionado e televisão. Cada quarto é acoplado por um banheiro, que deve permanecer aberto o tempo todo. Nesses quartos também há vidros quebrados, inclusive próximos às camas em que ficam as

mães e as crianças. Há também uma cozinha com geladeira e micro-ondas. Conforme a Figura 7, a grade com cadeado fica aberta entre as 8h e as 17h, enquanto a grade superior é fechada apenas com um pino.

A permanência dos bebês na unidade é permitida até que eles completem um ano de idade, considerando que o presídio de Guaíba não tem mais Unidade Materno-Infantil há cerca de dois anos, porque a cidade não tem centro obstétrico. Por isso, todas as gestantes e mães com crianças foram encaminhadas para o Madre. Para a assistente social, o fechamento foi oportuno, já que a infraestrutura da UMI em Guaíba era mais “segura”, tinha mais grades, e ela ficava no “miolo” do presídio, não se tendo acesso a pátio, etc. Quer dizer, os bebês não tinham acesso a ambientes externos e ficavam confinados em espaços com os mesmos protocolos de segurança do resto do presídio.

Figura 8 – Hora do banho



Fonte: BRZUSKA, 2011d.

Durante a realização do campo, todas as gestantes e mães com bebês eram de Porto Alegre ou da região metropolitana, exceto por uma, de Santa Maria. A psicóloga e a assistente social comentaram que preferem que as gestantes de outras cidades não sejam enviadas pra lá para que a unidade não fique superlotada, o que dificulta o atendimento, e para que as mulheres não fiquem tão longe das famílias, o que atrapalha o processo de desligamento. Quanto a este, sua aplicação acontece

desde o nascimento dos bebês, com as visitas da família, até os momentos autorizados nos quais as crianças ficam períodos fora do presídio com parentes.

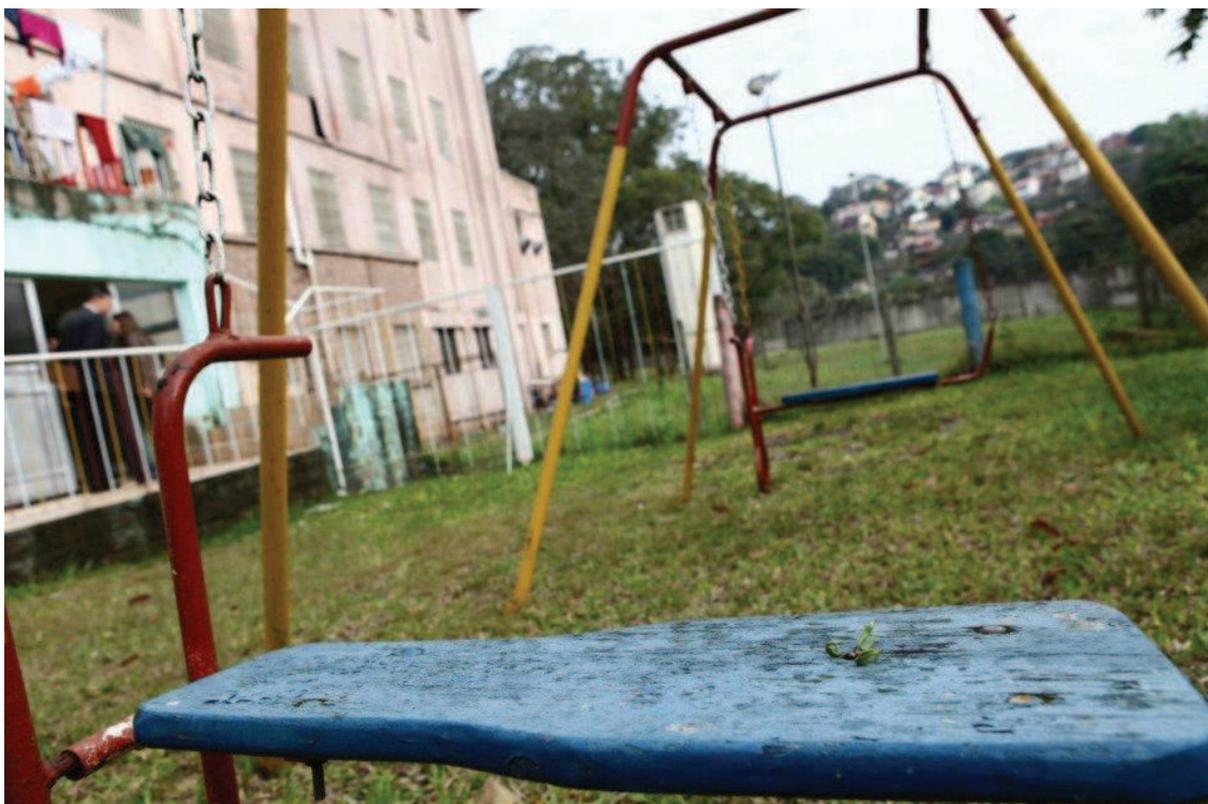
Como mencionado anteriormente, os bebês só podem permanecer na UMI até que completem um ano, mas também existe a possibilidade de que as mães peçam para a família ficar com a criança antes desse prazo. Segundo a psicóloga e a assistente social, é raro que alguma criança precise ser encaminhada para algum abrigo. O que acontece, normalmente, é algum parente, madrinha ou amiga ficar com a tutela da criança durante o encarceramento da mãe. Quando a Penitenciária de Guaíba ainda tinha a UMI em funcionamento, os bebês ficavam no Madre até completarem seis meses e depois as mães poderiam escolher entre levá-los para Guaíba ou entregá-los para a família. Existe também uma tentativa das técnicas em conseguir a progressão de regime para as mães elegíveis para que elas e os filhos saiam ao mesmo tempo do presídio.

De acordo com a psicóloga e a coordenadora da UMI, as transferências de outras unidades para o Madre também devem partir da gestante.

*“Durante a conversa, elas receberam uma ligação sobre uma gestante que estava chegando, vinda de Vacaria. Elas falaram que precisa ser da vontade da gestante ir para lá. Mas, muitas vezes, a instituição prisional de origem diz que era da vontade delas e, quando chegam no Madre, as técnicas descobrem que elas não queriam. Também contaram que existem gestantes presas em unidades pelo Estado, mas não mães com bebês” (DC, 21/06/2018).*

As gestantes podem, então, ficar nas suas unidades de origem até um período próximo ao parto. Isso acontece porque todos os presos têm o direito de ficar encarcerado na comarca mais perto da sua família. Posteriormente, algumas mães passam a cumprir prisão domiciliar em sua cidade de origem (isso acontece normalmente com as provisórias), ou são encaminhadas para o PEFMP caso queiram ficar com a criança.

Figura 9 – Pátio no subsolo. Atualmente está coberto por mato, sem uso. Acima e à esquerda, roupas secando na sacada. À direita e abaixo, entrada da antiga sala de recreações que também está sem uso



Fonte: BRZUSKA, 2011e.

Margarida, por exemplo, estava presa no PEFG e escondeu a gravidez porque não queria ir para a UMI do Madre. Ela foi a única entre as entrevistadas que engravidou enquanto estava presa, conseguindo esconder a gestação até o quinto mês, quando foi descoberta e, logo depois, encaminhada ao Madre. Como já é condenada, não está elegível para receber o benefício do habeas corpus. Margarida teve, porém, sua saída temporária garantida quando sua filha de um ano pegou catapora, para que ela não tivesse contato com os outros bebês. Ela se mudou de volta para Santa Maria com o companheiro e agora aguarda novas determinações judiciais para saber se vai conseguir a progressão de regime ou se ainda terá que voltar para o presídio. Nessa última opção, a bebê ficará com sua família em Santa Maria.

Margarida conta que o pré-natal realizado nas unidades foi bom, considerando sua última gravidez há mais de 20 anos, quando estava em liberdade. Os exames começaram a ser feitos ainda em Guaíba e, depois, seguiram no Madre. Para as internas, o comum é que sejam feitos dois ultrassons, a não ser que haja uma ordem judicial que peça outros. Isso normalmente ocorre se há alguma complicação na gestação ou se a gestante faz o requerimento por meio de advogado. No entanto, esta

última possibilidade não ocorre com frequência, considerando que a maior parte das presas advém de classes populares, com poucos recursos financeiros.

Existe um consenso entre as presas sobre o pré-natal. No geral, todas acharam que os procedimentos ocorreram de forma tranquila e satisfatória. Ao que parece, existe uma semelhança entre o pré-natal intramuros e aquele realizado no exterior pelo SUS: são realizados os exames básicos, um ultrassom no início da gestação e outro mais para o fim. Também há uma enfermaria que fica disponível em horários determinados caso as presas precisem de atendimento. Além disso, um médico atua em plantões específicos para atender as crianças, realizando consultas semanalmente. A grande diferença está no pré-natal realizado no sistema privado de saúde, no qual são feitos ultrassons mensalmente, assim como diversos exames diferenciados.

*“Parece que o foco principal de todos os cuidados está nas crianças. Até mesmo nos discursos das técnicas isso fica bem evidente. Resta perceber ainda como são os cuidados e tratamentos dispensados às mulheres. E fico questionando se os cuidados às gestantes são de alguma forma diferente ao dispensado às mães que já ganharam os bebês” (DC, 21/06/2018).*

A percepção que tive inicialmente se confirmou durante as observações. Em conversas com as presas, elas me contaram que, por vezes, o outro alojamento que recebe as gestantes em início de gestação fica superlotado e elas precisam dormir em colchões no chão. Áster comentou, certo dia, como estava a situação no mencionado alojamento, com menos camas do que mulheres, enquanto no alojamento na UMI havia vagas sobrando.

*“Não entendo por que tem mais cuidado na UMI do que no alojamento. Lá elas estão grávidas também. Às vezes tem que dormir no colchão do chão” (Áster, presa, DC, 23/07/2018).*

Por vezes, o próprio discurso das agentes trazia abertamente que o foco principal da UMI eram os bebês.

Isso não significa que as mulheres não eram bem tratadas por algumas agentes e técnicas. Inclusive esse ponto foi uma surpresa, e a forma como a agente responsável pela UMI e a assistente social tratavam as internas me impressionou bastante.

*“Não estou aqui para julgar o que elas fizeram, estou aqui só pra fazer o meu trabalho” (agente, DC, 28/06/2018).*

Assim, ao mesmo tempo em que, por vezes, era necessário que as agentes repreendessem as mulheres, isso era feito de forma amigável. Esse carinho também se demonstrava nos discursos, quando a assistente social se referia às presas da UMI como “as minhas meninas”.

Quanto à técnica e à agente mencionadas, as duas possuem modos de trabalho um pouco diferentes. Logo depois do nascimento do bebê de Tulipa, o único menino na unidade, seus seios racharam por conta da amamentação. A presa consultou com o pediatra, que lhe receitou um bico de silicone para proteger os mamilos. Ao conversar com a assistente social, esta, prontamente, ligou para o marido de Tulipa e solicitou que ele comprasse o objeto receitado. Ainda afirmou que ele poderia entregar o bico a qualquer momento, sem ser necessário aguardar pela quarta-feira de sacola ou pelo domingo de visitas.

A partir do início de agosto, a assistente social saiu em licença por um mês. As presas souberam que ela estaria fora por esse tempo e resolveram fazer uma festa surpresa de despedida. Juntaram o dinheiro que tinham e pediram para que fossem comprados salgadinhos, feitos chá e bolo. Margarida foi quem liderou a organização e também escreveu uma carta para a assistente social, a qual transcrevo a seguir:

*“É com enorme gratidão e satisfação que peguei a caneta para escrever essas poucas e mal traçadas linhas.*

*Por que vc merece muito...*

*Mais...*

*Pequena, Grande, Mulher...*

*Não é de todas mas sim de quem tem e conquista o caracter e a postura que tens e acima de tudo a profissional que és, e hj através do teu carinho, tua força e ética eu e minha filha de uma certa forma somos frutos de teu trabalho por que revelo sem medo a todos que eu não teria conseguido ficar nem o primeiro mês aqui.*

*Mas através do acolhimento e da profissional que és, passei a ver tudo de outro angulo.*

*Me senti protegida, amada, resistente a qualquer situação contraria, que me fizesse desistir do meu fóco.*

*[nome da filha] – Liberdade.*

*Quando tropecei vc me estendeu a mão.*

*Quando erreí vc me corrigiu.*

*Hj finalmente intendo...*

Que errei...  
 Aprendi...  
 Me recuperei...  
 E posso tentar finalmente ser uma pessoa digna, novamente e igual a mim  
 fazem delas essas palavras.  
 [Tulipa]  
 [Rosa]  
 [Babosa]  
 [Áster]  
 [Gérbera]  
 [Mimosa]  
 Eu [Margarida]  
 Obrigado por tudo que fes e faz por nós e nossos filhos.  
 Mãezona  
 Amiga  
 Mulher  
 Seria  
 Simples  
 Sentir  
 Saudades  
 Sem  
 Sofrer” (Margarida, presa, DC, 31/07/2018).

Acredito que esta carta seja fundamental na análise das relações entre presas e técnicas, além da forma como o discurso restaurador é absorvido e proferido pelas próprias presas. Em primeiro lugar, nota-se um grande carinho de Margarida pela assistente social, a forma como ela acredita que foi ajudada, que recebeu suporte emocional e força para passar pelo seu período no PEFMP. Por outro lado, a forma como ela menciona que “se recuperou” mostra como o discurso punitivo foi absorvido, admitindo a visão de Foucault (2014) sobre a função das prisões como um lugar de recuperação dos indivíduos. Essa carta também reforça a minha surpresa a respeito da relação amigável e carinhosa que a assistente social tem com as internas, algo que fica evidente não só no discurso da técnica, mas também nas palavras das próprias presas.

A assistente social estaria de licença durante o mês de setembro e, por isso, a diretora ficaria responsável pela UMI. Em uma conversa, ela comentou que faria revistas na unidade com mais frequência, para que nenhum celular ou contrabando ficasse escondido. Com a assistente social, as revistas são pouco comuns. A única mencionada aconteceu porque o marido de Tulipa ligou perguntando para qual hospital ela iria, mas nenhum agente havia lhe avisado que sua esposa estava indo ganhar o bebê. Isso fez com que os técnicos deduzissem que havia um celular na UMI

e que ela teria avisado a família por lá. Essa revista foi realizada em um momento em que a assistente social e a agente responsável pela unidade já haviam ido para casa após trabalhar.

Segundo Áster, que foi revistada junto com Babosa, as agentes em questão as fizeram agachar nuas diversas vezes. Além disso,

*“fizeram a gente ficar de quatro e abrir a vagina para elas verem se não tinha outro celular escondido” (Áster, presa, DC, 12/07/2018).*

No dia seguinte ao relato de Áster, conversei com a assistente social sobre o ocorrido. Ela me disse que isso é errado e ilegal, que não deveria acontecer. No entanto, afirmou que as presas acabam não relatando esse tipo de violência porque ficam com medo de sofrer represálias.

Esses dados etnográficos revelam que os procedimentos possuem uma distância em relação às normativas, de maior ou menos atenção aos direitos humanos das presas. Conforme Foucault (2014, 2015), a imposição da disciplina gera uma nova microfísica do poder, fazendo com que os corpos se tornem dóceis e submissos. Esse tipo de controle vai muito além do que o previsto pelo autor, o qual discorria sobre a ocupação do tempo e do trabalho para controlar os presos.

Para Lopes (2016), essas relações são essenciais quando se fala em Estado. Assim, compreende-se que esses estabelecimentos de poder, nas formas de hierarquia e dominação, não sejam fixos, mas fluam conforme as determinações de cada um dos agentes, suas ações e discursos. Diretamente ligadas às relações de poder, a aplicação das legislações e os mecanismos disciplinares reiteram e reconstróem cotidianamente as diferentes posições de opressão e oprimido dentro do cárcere.

No posto mais alto dentro do sistema de justiça local, a juíza da VEC representa o contato das presas com o sistema no qual elas estão inseridas. A juíza responsável pelo PEFMP faz visitas mensais ao presídio e revisa os processos das presas no local. Cabe salientar que ela não é responsável pelos processos das presas provisórias, que são distribuídos para outros juízes. A VEC é a Vara de Execuções Criminais, ou seja, diz respeito às execuções das penas. Logo no início do campo, a juíza fez uma visita ao presídio que durou da manhã até a tarde. Segundo a assistente social, ela é:

*“bem ativa, é garantista. Sempre pede relatórios nossos para embasar as decisões” (assistente social e coordenadora da UMI, DC, 21/07/2018).*

No dia em questão, a juíza teve reunião com as presas das outras unidades durante a manhã e, à tarde, foi para a UMI. Margarida estava muito ansiosa, desceu do alojamento das mães para falar com a agente diversas vezes, indagando se a juíza havia ido embora e não falado com elas. A ansiedade estava na possibilidade de receber notícias sobre sua progressão de regime, considerando que a menina está em idade de desligamento.

A juíza chegou na UMI durante encontro do Um Pelo Outro (que será melhor explicado a seguir), então as presas estavam na sala de lazer com as crianças. A juíza elogiou bastante o trabalho artesanal – no momento, eram bordados toalhinhas e babeiros – e disse que aquele aprendizado serviria para que elas conseguissem se manter quando saíssem em liberdade. Depois de pegar os bebês no colo, chegou a hora das reuniões individuais. Conversei com quase todas as presas após cada reunião, e elas me explicaram como havia sido a conversa. Uma das presas saiu bastante ansiosa, pois não havia entendido direito o que havia acontecido. A assistente social explicou que a juíza havia pedido sua ficha de trabalho prisional. Na prisão, também existe licença-maternidade, e esse período também conta na hora da remissão da pena. Após três dias de trabalho, é abonado um da sentença, contando também os quatro meses de licença. Normalmente, as presas se ocupam com a faxina da UMI, mas, em outras unidades, o trabalho artesanal está incluso na contagem.

Áster também conversou comigo após a reunião. Ela contou que sua advogada havia lhe informado que sua pena deveria ser cumprida em regime semiaberto, e não em fechado. Considerando que gestantes não vão para o semiaberto, ela ficaria em prisão domiciliar. A juíza comentou que iria olhar o processo dela com urgência porque, se realmente fosse o caso, um erro muito grande havia sido cometido. Até o término do campo, ela ainda não havia recebido uma resposta sobre o processo.

Ao contrário do pensamento da assistente social, as presas não estavam satisfeitas com a juíza. Elas comentaram que ela era muito simpática, mas que “isso era apenas na hora”, que ela era bastante rigorosa e negava os pedidos com frequência. É importante ressaltar essa visão das presas, considerando que a juíza representa a instância judicial superior à qual elas têm acesso, ou seja, é a última parte do sistema judiciário com que elas ainda têm a possibilidade de conversar, de

tratar sobre o processo e colocar a sua visão. Essa percepção de hierarquia se enquadra também aos técnicos. A agente responsável pela UMI era tratada com um apelido carinhoso; outro técnico, parte da direção da casa, era chamado de “seu bonitinho”. No entanto, as presas sabiam que havia um distanciamento entre o lugar deles e o lugar delas, fazendo com que a relação não fosse apenas de respeito, mas também de imposição de disciplina e, por vezes, de medo. Esse último se aplica principalmente no que diz respeito às revistas aos quartos e íntimas. Segundo Foucault (1979), formas de poder e controle são estabelecidas a partir da concepção de Estado moderno. Nesse contexto, as relações de poder são observadas nessas relações, de forma discreta, fazendo com que os indivíduos, ou seja, as presas, tornem-se disciplinados e produtivos. São formas de poder institucionalizadas, mascaradas na forma da lei e aplicadas com subsídio do que seria legalmente correto e permitido. Como dito anteriormente, as revistas íntimas na forma como foram realizadas nas grávidas são proibidas, mas acabam sendo feitas e justificadas por uma lei inexistente, além de solidificadas pelas relações de poder.

Ainda no que diz respeito às formas de poder institucionalizadas, os processos jurídicos são a materialização do efeito do Estado sobre essas mulheres. Isso ocorre na forma como os processos de sujeição e dominação acontecem e são transformados em cotidianos, considerando que estão embasados pela nossa legislação vigente. Eles são a convergência entre o Estado-ideia e o Estado-sistema, unindo ambas as concepções e tornando seu efeito direto e imediato, solidificado nas relações, discursos e rotinas.

Cada processo jurídico afeta a vida das presas de forma diferente. Margarida, Gérbera, Mimosa, Rosa e Áster eram condenadas. Margarida foi quem “puxou”<sup>1</sup> mais pena: 16 anos. As outras internas cumprirão cerca de 3 a 4 anos. Áster deve cumprir cerca de cinco meses. Tulipa e Babosa são provisórias, e poderiam ter sido beneficiadas pelo habeas corpus coletivo. No entanto, o pedido referente a Tulipa já passou por todas as instâncias, sendo negado repetidamente. As técnicas especulam o porquê da negativa, mas não têm certeza. Já Babosa segue presa porque foi expedido um mandado de prisão acerca de outro processo, então ela seguirá em regime fechado.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelas presas para se referir ao tempo de pena cumprido ou a ser cumprido.

É importante destacar a diferença entre a prisão preventiva e a definitiva. A prisão penal decorre de sentença condenatória que transitou em julgado, ou seja, foram esgotadas as possibilidades de recurso nas diferentes instâncias. A chamada prisão processual, por sua vez, é decretada antes de o processo transitar em julgado, e é também chamada de prisão provisória ou cautelar. Nesses casos, podem ser decretadas as prisões em flagrante, preventiva ou temporária. Para a prisão preventiva, que é o caso das presas provisórias do Madre, a jurisprudência estipula um prazo de 81 dias, porém, o Código de Processo Penal não coloca prazo (BRASIL, 1941). Por isso, muitas presas acabam aguardando o desenrolar do processo encarceradas. A execução da pena, até 2016, só começava após o trânsito em julgado, via de regra. Porém, no ano citado, o STF passou a admitir a execução da pena após condenação em segunda instância.

Outra questão que envolve o Estado e afeta diretamente as presas é a falta de pessoal técnico no presídio, bem como o fornecimento de mantimentos. Apesar de ter havido um concurso recente, a escassez de agentes ainda não foi resolvida. Em certa ocasião, houve certa confusão para que se acertasse a saída de uma escolta. Uma agente se recusava a ir, porque precisaria segurar o bebê enquanto a presa era examinada no hospital. Essa recusa fez com que tivesse que haver um rodízio entre as agentes nas unidades. A agente responsável deixou a UMI e foi para a ala B, enquanto a agente que estava lá saiu para fazer a escolta. A resolução do problema levou cerca de uma hora. Conversei com a assistente social sobre o ocorrido, considerando que a presa em questão possui o vírus HIV. Questionei se havia alguma relação com isso, mas a assistente social me garantiu que não. Ela disse que as agentes ficam com medo de pegar os bebês e que alguma coisa aconteça, considerando que elas ficam com as armas no coldre mesmo nessas situações. Algumas agentes também dizem que segurar bebê não faz parte do que está descrito como o seu trabalho. No entanto, considerando que há uma UMI no Madre, lidar com crianças acabará fazendo parte da rotina das agentes em algum momento.

No que diz respeito aos mantimentos, a maioria é fornecida pelo Estado. Para as crianças de mães soropositivo é fornecida uma fórmula em pó, uma vez que as presas não podem amamentar. Essa fórmula é sempre garantida em quantidades suficientes. No entanto, o excedente é colocado fora, uma vez que o governo do Estado proíbe que as latas não utilizadas sejam doadas. Segunda as presas, a quantidade de fraldas fornecidas pode ser escassa, por vezes, mas as doações da

comunidade garantem o que falta. Bicos, mamadeiras, cobertas e brinquedos também entram em quantidade suficiente por doações. Como a psicóloga comentou, por ser uma vitrine, o Madre acaba não tendo falta de mantimentos justamente porque recebe produtos doados com bastante frequência.

Por outro lado, diferentemente de algumas agentes que preferem manter um distanciamento, as representantes religiosas que realizam trabalhos no Madre são mais afetuosas e gostam de pegar os bebês no colo com frequência. Presenciei visitas de mulheres e homens de diferentes igrejas evangélicas, da Igreja Católica e de centros espíritas. Um dos projetos desenvolvidos por religiosas no presídio é o Um Pelo Outro, realizado nas terças e quintas-feiras. O projeto consiste em ensinar diversos tipos de bordados para as presas, seja em baberoiros, toalhinhas, até objetos maiores. Durante as oficinas, as religiosas abordam temáticas específicas de suas religiões, além de falarem sobre a bíblia. As palavras mais utilizadas envolvem pecado, arrependimento, caminho de Deus.

Outro grupo que acompanhei oferece apenas uma espécie de culto, conversando com as presas sobre a religião e tentando convertê-las. No encontro em questão, quatro religiosas realizaram o culto, dividindo-se entre sermão, preces e cânticos. De início, quatro das presas da unidade estavam na sala. As religiosas começaram com uma prece inicial, e logo depois uma senhora começou a falar. Duas internas estavam conversando, e a senhora que falava foi elevando o tom de voz até ficar muito alto. Como a conversa paralela continuava, ela disse:

*“Peço um minuto da atenção de vocês, não é pra mim, é pra Deus”  
(religiosa A, DC, 23/07/2018).*

Assim, a palavra foi passando entre as religiosas, sempre falando em se arrepender, encontrar Deus, ser ressuscitado no sétimo dia. As duas internas que conversavam saíram. A seguir, as religiosas observaram como as duas que ficaram tinham sido escolhidas para estar ali ouvindo, que Deus as havia escolhido para estarem ouvindo a palavra da fé. Também disseram que as presas que haviam recebido liberdade haviam se arrependido e aceitado Jesus, por isso ele havia as tirado da prisão. As religiosas falam muito nas pessoas como pecadoras e Deus como ser perfeito, que não deixa faltar nada e ampara. O discurso é baseado no medo, no pecado, na mudança para aceitar Jesus e, por isso, ser alguém melhor e “abençoado”.

*“Só tem um caminho até Deus: se arrepender para ser salvo” (religiosa B, DC, 23/07/2018).*

A mulher que parecia estar comandando o culto contou que o marido dela esteve preso por muito tempo, que tiveram filhas enquanto ele estava preso, mas que o conheceu na igreja. Disse que o visitou por 18 anos em um presídio, e que hoje as filhas estão todas casadas, enfatizando como isso é sinônimo da boa criação que eles deram. Enfatizou também que, como ela era “crente” em Deus, ele nunca deixou faltar nada durante todos os anos. São quatro filhas, a última nasceu com o marido já fora da prisão. Depois, a senhora mais velha e que parecia ser a segunda líder perguntou às internas se elas haviam aceitado Jesus em suas vidas.

Por fim, elas cantaram hinos da igreja. Uma das internas começou a chorar. Uma das religiosas foi até ela, abraçou-a e começou a orar. A senhora mais velha também foi até ela, cantando, e colocou a mão na sua cabeça como se estivesse abençoando. Com o hino finalizado, uma das religiosas disse que haviam conseguido trazer dois pares de meias para elas.

*“Deus acerta até nisso, antes eu iria sortear porque não havia meias suficientes para vocês, mas só vocês duas ficaram, então vocês vão ganhar as meias. Deus não é perfeito?” (religiosa A, DC, 23/07/2018).*

O discurso mais comum é baseado no arrependimento, no pecado cometido, em como elas estão no caminho errado e precisam da religião para irem para o céu. O medo e a intimidação são ferramentas utilizadas para que haja penetração do discurso nas presas. Isso foi notado em todas as visitas de grupos de igrejas evangélicas, seja realizando as oficinas, seja somente nos cultos.

Paralelamente, o grupo espírita é composto por poucas pessoas. Eles passam de ala em ala dando passes coletivos. Na UMI, não foi dado nenhum sermão nem foram realizadas conversas. É curioso que as presas costumam participar dos diferentes encontros de todas as religiões, apesar de, por vezes, identificarem-se mais com uma do que com outra. Questiona-se se essa participação se dá por vontade própria, pelo tédio, por medo ou por obediência às rotinas e projetos desenvolvimentos na unidade.

Outro projeto desenvolvido na UMI é o Primeira Infância Melhor (PIM), desenvolvido pela Secretaria Estadual de Saúde. O PIM, realizado na unidade nas segundas-feiras, prevê o desenvolvimento integral de bebês e crianças na primeira infância, e é aplicado a partir de visitas domiciliares e comunitárias a fim de auxiliar pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. No caso da UMI, eram feitos encontros em grupo e individuais. O projeto é baseado no *Educa a tu Hijo*, desenvolvido em Cuba, no qual as famílias são orientadas semanalmente em atividades lúdicas a fim de auxiliar no desenvolvimento das crianças.

Acompanhei dois encontros do PIM durante o campo. Um deles foi mais direcionado à apresentação dos novos integrantes. A equipe é composta, normalmente, por psicólogos, alunos de Psicologia, assistentes sociais e enfermeiros, e é liderada pelo Dr. Renan, pediatra que atende os bebês no presídio. As estudantes ficaram responsáveis por aplicar os testes de desenvolvimento nos bebês e nos filhos extramuros, já que o acompanhamento abarca todas as crianças da família. Nesse dia, eles programavam uma festa junina para acontecer nas semanas seguintes. Não consegui acompanhar a festa, mas acompanhei o dia em que fizeram uma sessão de fotos com as internas da UMI.

Esse evento aconteceu no dia 23 de julho, segunda-feira. Achei curioso porque todos foram submetidos ao detector de metais, exceto eu. A tarde ficou resumida em maquiar as presas e fazer uma sessão de fotos com cada uma. Considerando o frio que estava no dia, e o fato de que a porta da sala de recreação não fecha por completo, a sessão foi feita de forma rápida. Tulipa e Rosa não quiseram participar, já Babosa disse:

*“Eu não gosto dessa coisa de tirar foto, eu sou muito feia” (Babosa, presa, DC, 23/07/2018).*

No entanto, ela recebeu diversos elogios e pareceu ficar mais à vontade. As grávidas tiveram frases escritas nas barrigas com batom, enquanto as mães posaram com os bebês envoltos por balões e voais coloridos.

O PIM, além do propósito de acompanhar a primeira infância, também faz atividades lúdicas a fim de auxiliar no desenvolvimento das crianças e na saúde mental das presas. Quando a oficina de fotos terminou, eles comentaram que, no

próximo encontro, fariam uma oficina para ensiná-las a fazer porta-retratos utilizando a embalagem de meia calça.

Este subcapítulo, enfim, teve por objetivo apresentar as nuances do Estado nos seus diferentes modos de fazer e discursar. Segundo Lopes (2016, p. 12), “falar de Estado, sob tal perspectiva, é tratar de formas contínuas de estabelecimento de poder, de hierarquia e de dominação, sem, com isso, entender que tais formas são fixas, estabelecidas em uma única direção e/ou intransponíveis”. Assim, foi possível perceber como as relações de poder são materializadas, as formas como as presas, em seus discursos, tentam lutar contra a dominação, as imposições do poder mascarados por disciplina, bem como as relações de afeto que perpassam as imposições de poder. Talvez a conclusão mais marcante deste capítulo seja que, para além de relações de hierarquia, existem relações de afeto que perpassam a barreira técnico/presa, ou seja, que moldam as relações de poder para que se assemelhem mais às de aluno/professor do que, de fato, aquelas encontradas dentro de uma prisão.

Figura 10 – Gestante em frente à porta de entrada da UMI



Fonte: Joana Berwanger/Sul21 (CANOFRE, 2018).

Destaco que a direção do PEFMP será trocada entre o final de 2018 e início de 2019. Isso significa que essas relações podem mudar, já que a distribuição dos técnicos e agentes pode vir a ser diferente. Todas essas mudanças afetam diretamente a rotina das presas, considerando que os próximos agentes podem não ter a mesma visão das relações e não respeitar da mesma forma essas mulheres encarceradas. Assim, novas relações serão criadas a partir da mutabilidade e impermanência das rotinas, podendo ter um desfecho completamente diferente deste que foi estudado durante o campo da pesquisa.

#### **4.3 Filhos, famílias e distância: a maternidade no cárcere e suas imbricações**

Neste item, abordo as relações das presas com suas famílias a partir das narrativas delas. Trago parte de suas histórias, vivências, conflitos, rotinas, visitas, práticas de cuidado e saudades.

No dia em que comecei o campo, já conheci Tulipa, 21 anos, gestante na época e com outros dois filhos (de cinco e dois anos) extramuros, e soube um pouco da sua história. Sua mãe também estava presa no PEFMP, acusada do mesmo crime que ela. Tulipa chorava porque queria que sua mãe ficasse com ela na UMI, mas isso não era permitido. Ela podia escolher entre ficar na UMI ou ficar em outra unidade com a mãe, porém, depois de permanecer um tempo em outra ala, acabou pedindo para voltar. Sua mãe estava pedindo transferência para a Penitenciária de Guaíba, e havia um consenso geral de que lá era melhor que em Porto Alegre. Segundo a assistente social, no processo, Tulipa falou que não tinha contato com a mãe há muitos anos. Para mim, Tulipa falou que a mãe não aceitou sua primeira gravidez, aos 15 anos, e, desde então, cortou o vínculo com ela. Esse relato explica o porquê de a mãe não querer ficar perto dela justamente nesse momento pré-parto.

Tulipa faz uso de remédios controlados porque, desde que foi presa, passou a apresentar sintomas de depressão. Por conta da doença, tinha momentos de extrema tristeza, nos quais ameaçava tomar todos os remédios de uma vez e acabava não fazendo o uso adequado das medicações. Por ser ré primária e provisória, sua adaptação à vida prisional foi bastante difícil. Encontrei-a chorando em diversos momentos, principalmente por medo de ter o bebê enquanto estivesse presa e por saudade dos filhos. Sua maior esperança era ser beneficiada pelo habeas corpus coletivo, mas a cada negativa sua esperança diminuía. Pouco tempo depois, sua mãe

foi transferida para Guaíba e, nas semanas seguintes, Tulipa deu à luz seu bebê, um menino.

Figura 11 – Presas na sala de atendimento



Fonte: Joana Berwanger/Sul21 (CANOFRE, 2018).

Seu marido era bastante presente, sempre levava itens na quarta de sacola e visitava-a aos domingos. Ele e sua mãe são donos de uma padaria e têm uma vida financeira bastante estável. Segundo o processo, Tulipa estaria envolvida no tráfico de drogas juntamente com a família por parte de mãe. Ela negava em alguns momentos e, em outros, afirmava que quem estava envolvida era sua irmã, que já tinha cumprido medida socioeducativa na FASE pelo mesmo crime. Era costumeiro encontrar Tulipa chorando enquanto estava grávida e, em uma dessas vezes, conversamos sobre seus filhos extramuros. Ela contou que seu marido havia mencionado que, por diversas, vezes, encontrava o filho mais velho chorando em algum lugar escondido, com saudades da mãe. Além da saudade, o sofrimento do filho a abalava profundamente.

Tulipa tinha muito medo de ter o bebê enquanto ainda estivesse presa. Ela tinha uma crença bastante forte de que conseguiria ser beneficiada pelo habeas corpus coletivo. Porém, o tempo foi passando e veio a negativa do STF também. Ela se sentia dividida: por um lado, esperava receber o HC de alguma forma e, por isso, queria que o parto demorasse mais a chegar; por outro, queria ganhar o bebê para que pudesse ficar com as outras mães no andar de cima. Enquanto não havia outras gestantes no alojamento, ela pôde ficar no andar superior, porém, com a chegada de outras grávidas, ela foi obrigada a descer. Como fez amizade com Rosa, queria poder ficar perto dela.

Tulipa ainda afirmou que tinha muito medo de como seria a dor da cesárea, de não ter acesso a medicação e de não ter ajuda para cuidar do bebê. Contou que sofreu muito no último parto e que temia estar longe da família dessa vez. Ela considera o processo bastante desumano, considerando que, na maioria das vezes, as presas ficam desacompanhadas da família durante o parto. Essa percepção é bastante válida quando se analisa a visão das mulheres acerca do sistema penitenciário, ou seja, além de punitivo, elas o veem também como um espaço de privação de materiais básicos, como remédios para dor. Isso evidencia a noção da prisão como lugar com poucos recursos e de negativas, por parte das técnicas, do bem-estar das presas, já que, por exemplo, uma consulta com o médico pode ser negada sem justificativa alguma.

Depois de duas semanas na UMI, Tulipa foi para o hospital dar à luz seu bebê, o único menino da unidade. Depois disso, foi como se uma nova pessoa tivesse vindo à tona. As crises de choro pararam e ela parecia mais leve e feliz. Em uma conversa, a presa me disse que “a gente tem que ser forte por eles, né?”, referindo-se aos filhos. Era como se ela tivesse passado por uma transformação no momento do parto.

Existe um protocolo do presídio de que as famílias das presas só são avisadas que elas ganharam o bebê no momento em que elas voltam para a unidade. Ou seja, elas passam por todo o processo do parto sozinhas, acompanhadas apenas pelas agentes, que não são fonte de afeto. No caso de Tulipa, a juíza autorizou que o marido dela a acompanhasse no hospital, mas esse é um caso bastante raro, considerando que todas as outras mães da unidade foram para o hospital sozinhas. Quando Tulipa foi ganhar o bebê, o processo foi um pouco rápido, de forma que a assistente social só conseguiu avisar o marido dela depois que o bebê já havia nascido. Eles também haviam recebido autorização para tirar fotos e filmar o trabalho de parto. De acordo

com Tulipa, seu marido ficou bastante brabo por ter perdido o momento, mas pôde ficar com ela até que recebesse alta. Ela também afirmou que aquele havia sido o parto mais tranquilo, que não estava com tanta dor e que conseguia se movimentar pela unidade com facilidade.

Figura 12 – Alojamento para as mães e os bebês



Fonte: BRZUSKA, 2011f.

Rosa, 25 anos, costumava receber visita da mãe uma vez por mês. No entanto, como esta trabalhava aos finais de semana, acabava perdendo um dia de trabalho e tinha desconto no salário no fim do mês. Sua mãe era cozinheira em um asilo e era a responsável pelos filhos extramuros de Rosa (quatro, no total). Ela levava comida porque a presa não gostava do sabor da que era servida no presídio. A mãe, porém, só podia entrar com cinco itens por visita. Além disso, Rosa se sentia na obrigação de dividir a comida com as outras presas, então, o que duraria duas semanas acabava durando apenas poucos dias. A filha mais velha, de 10 anos, visitou-a apenas uma vez. Os outros filhos, de sete, cinco e três anos não a visitam.

Rosa é HIV positivo e, por isso, não amamentava no peito. Por tomar fórmula e fazer uso da medicação para não contrair o vírus, a pequena tinha prisão de ventre

e não evacuava da forma correta, precisando fazer uso de mais medicamentos. Rosa também contou que não dava banho na bebê todos os dias, porque a janela do banheiro ficava aberta e fazia muito frio. Além disso, uma janela quebrada acima da sua cama fazia com que ela temesse que a filha ficasse doente.

Do lado de fora, Rosa trabalhava vendendo lingerie e bijuterias. Ela costumava comprar coisas mais caras para ela, mas, depois dos filhos, passou a se concentrar em mantê-los financeiramente. Não costumava receber visitas dos filhos, porque o deslocamento era bastante demorado. A mãe de Rosa também visitava um neto, sobrinho da presa, que possui necessidades especiais e mora em um abrigo. Segundo Rosa, os pais dele já morreram e, por isso, houve uma decisão judicial para que ele fosse internado. Enquanto conversávamos, a presa me contou que ele estaria de aniversário em poucos dias e havia pedido uma Barbie de presente. Ela ficou um pouco desconcertada e disse que ele não entendia bem as coisas, como se o pedido fosse estranho. Também disse que pediu que sua mãe não a visitasse naquele mês e fizesse uma festinha de aniversário para ele. A escolha é necessária, porque a família não tinha condições de manter as visitas ao presídio, ao abrigo e mais a festa de aniversário. Seus filhos têm contato somente com a família materna. Nenhum deles recebe pensão e apenas os de cinco e três anos têm algum tipo de contato com o pai.

Certo dia, vi a bebê de Rosa com uma linha enrolada na testa, sinal de que estava com soluço. É interessante notar que as mesmas superstições do lado de fora são mantidas intramuros, como uma tentativa de manter a normalidade dentro do ambiente carcerário. São vislumbres de uma maternidade corriqueira atravessada pelas grades de uma Unidade Materno-Infantil.

Quando estava do lado de fora, Rosa passava os dias com os filhos. Dormiam juntos e, fora do período escolar, assistiam bastante a desenhos e filmes juntos. Para ela, essa é a parte mais difícil do encarceramento, ter que conviver com a saudade dos filhos todos os dias, considerando que não os via há diversos meses. Outro aspecto a ser mencionado é que os irmãos não conheciam a bebê, sendo mais difícil de criarem um laço, já que Rosa só deve ir para o semiaberto em 2020.

Figura 13 – Bebê na sala de recreação que foi inutilizada



Fonte: BRZUSKA, 2011i.

Margarida vive longe da filha de 21 anos há muito tempo, porque entra e sai do sistema prisional há 16 anos. Ficou foragida por algum tempo, época em que conseguiam ter um contato maior, mas, agora, só se falam por telefone. Ela também tem contato com a mãe e com o marido. Este a visitava com frequência, mas decidiu ir morar em Santa Maria, pois sabia que Margarida queria se mudar para lá quando saísse da prisão. A mãe não a visitava por conta da distância e do valor de deslocamento para Porto Alegre. A presa pretendia ir morar no mesmo terreno que a mãe quando fosse colocada em liberdade, para que a filha pudesse ter contato com a avó e com a família. Assim, seria mais fácil conseguir emprego e teria um sistema de apoio para cuidar da menina.

Extremamente apegada à filha, passava com ela no colo por onde ia, apesar de a pequena já caminhar. Falava com a menina com voz de criança e dava muitos abraços e beijos. Por ser a mais velha da unidade, a criança já interagia com as técnicas e com as outras presas, dividindo-se entre sorrisos e olhares sérios, contemplativos. Com cerca de um ano e dois meses, a criança já havia passado do tempo limite que poderia ficar na UMI. Porém, a assistente social tentava conseguir

que as duas saíssem juntas, já que faltava pouco tempo de pena para Margarida cumprir. A iniciativa da técnica era importante, porque a bebê não passou pelo processo de desligamento, considerando que a família morava longe. Assim, não conheceu o pai de forma a criar um vínculo, tampouco a avó ou a irmã. Pouco tempo depois do término do campo, Margarida foi colocada em liberdade, pois a menina pegou catapora e corria o risco de transmitir para as outras crianças da unidade. Porém, ainda não se tinha certeza se ela teria que voltar ao presídio ou não.

A relação com o marido e pai da bebê é um pouco conturbada. Ela conta que, enquanto estava presa em Guaíba, recebia visita íntima, e foi nesse período que engravidou. Entretanto, no Madré a situação era complicada, porque, para ter a visita, precisaria deixar a menina com alguém, o que era extremamente difícil, considerando que só recebia a visita dele. Margarida se referia ao esposo como “uma prisão”, dizia que ele era muito ciumento, que não gostava que ela se arrumasse ou usasse maquiagem. No entanto, quando tentei entrar mais a fundo no assunto, ela me disse que ele era um bom marido, que se davam bem e que não costumavam brigar. Pelo que entendi, ele não era agressivo, mas era psicologicamente abusivo com ela.

*“Vou sair de uma prisão e ir para outra. Meu marido é bem novo, mas parece velho” (Margarida, presa, DC, 23/07/2018).*

Essa realidade de Margarida em relação à visita era a mesma das outras presas. Perguntei a todas se recebiam visita íntima e a resposta geral foi que não, pois não tinham com quem deixar os bebês no momento. Esse ponto é bastante importante no que diz respeito à manutenção dos laços do casal durante o período de encarceramento dessas mulheres, que fica afetado pelo distanciamento sexual.

Mimosa tem seis filhos contando com a pequena que está com ela no presídio. Os outros têm dezoito, quinze, dez, sete e três anos. Ela convivia diretamente com o de três, filho do atual companheiro e que ficava com ele até este ser preso. O de sete está internado em uma APAE e ela não tem muitas notícias, mas convivia mais com ele enquanto ela estava na rua. A relação com os três filhos mais velhos, por sua vez, foi difícil de entender. Em um momento, ela disse que eles estavam colocados em outra família e não convivia com eles; em outro, disse que eles estavam com a sua família. Ficou subentendido que o atual companheiro não aceitava muito bem os outros filhos dela. Mimosa não tem contato com eles porque a visita fica muito difícil,

tampouco recebe visita de outros membros da família. O pai da bebê ainda não a conhece, pois também está preso.

Comum a todas as presas estava o fato de que não deixavam os filhos sozinhos em momento algum. Era muito raro vê-las sem as crianças no colo ou sendo empurradas em carrinho. Isso se dava por dois motivos: um deles era a obrigação, imposta pelas agentes, de que elas cuidassem dos filhos o tempo todo. O outro era que suas rotinas eram direcionadas aos filhos, considerando que não tinham muitas outras possibilidades de lazer. Como estavam longe dos outros filhos, era nos bebês que encontravam toda a fonte de afeto e carinho que teriam durante o período encarceradas.

Quanto aos filhos extramuros, era o distanciamento forçado a fonte de seus maiores lamentos, permeados pela saudade e pelo sentimento de injustiça. Com frequência elas falavam sobre suas rotinas pré-encarceramento, e sempre mencionavam os pequenos, o que faziam juntos, como sentiam falta e o que fariam com as crianças no momento em que fossem soltas.

Para Fachinetti (2012), os comportamentos desviantes das mulheres desafiam a maternidade dócil construída historicamente. Mulheres presas, acusadas de crimes, tornam-se menos réis porque são boas mães. Percebi isso quando via o tratamento dispensado às mulheres grávidas e às mulheres já mães de bebês nascidos. A diferença era visível quando mulheres grávidas, por vezes, dormiam em colchões no chão, enquanto havia vagas em camas na UMI.

Segundo Boiteux et al (2015), a política penal repressiva atual tem impacto direto na vida dessas crianças e bebês, assim como na das suas mães. Se as mulheres são criminalizadas duplamente, seja por “ser criminosa”, seja por ousar violar as regras do patriarcado e cometer crimes, as crianças também são privadas de uma infância normal, são privadas do contato com as mães e são removidas do seu convívio com determinada idade. Apesar da tentativa do período de desligamento, é evidente que a separação causa impacto nas crianças e nas mulheres. Isso foi visto na fala de Margarida, quando relatou já ter visto mulheres desesperadas indo para outras unidades sem os filhos.

Como Schuch (2013) afirma, as crianças se tornam sujeitos de direito com a reconstrução democrática. Porém, vê-se uma diferença no que diz respeito aos direitos delas quando advêm de famílias de classe média, brancas e quando são provenientes de famílias negras, de classes populares. Enquanto se busca uma

infância repleta de direitos respeitados para crianças extramuros, dentro da prisão, crianças da mesma idade são privadas de ter uma infância normal, são privadas de direitos.

#### **4.4 Afetos e desafetos: as relações entre as presas**

Neste subcapítulo, analiso a rotina das internas no que diz respeito à convivência entre elas, trazendo momentos para ilustrar as ocorrências diárias, assim como as minhas percepções do cotidiano na prisão.

Percebi, logo de início, que havia duplas já definidas dentro da UMI, bem como presas que não se encaixavam em nenhum grupo. Margarida e Gérbera normalmente andavam juntas, da mesma forma que Tulipa e Rosa. Áster e Babosa, por serem as únicas gestantes e ficarem juntas no alojamento, acabavam tendo uma relação de proximidade. Mimosa era mais solitária, não se encaixando muito em nenhum grupo, apesar de dividir o quarto com Gérbera. Por coincidência ou preconceito, Babosa e Mimosa, as únicas negras de pele escura da unidade, não pertenciam a nenhum grupo, não se encaixavam da mesma forma, ficando excluídas em alguns momentos e até mesmo sofrendo preconceito.

Figura 14 – Presas têm aula de manicure e fazem as unhas umas das outras



Fonte: BRZUSKA, 2011g.

No início do campo, Rosa recém tinha ganhado a bebê e Tulipa estava grávida de 38 semanas. A primeira estava debilitada por conta do parto natural recém-feito, e contava com a ajuda da segunda para fazer as tarefas diárias. As duas andavam juntas o tempo todo, com a menina sendo revezada entre os colos delas. Segundo Rosa, Tulipa era a única que não a julgava por possuir o vírus HIV, enquanto as outras tinham preconceito e não gostavam de conviver com ela.

Além disso, o fato de dividirem um quarto depois que Tulipa teve o bebê também ajudou na criação do laço. As duas eram as únicas com bebês recém-nascidos e, por isso, ficavam sozinhas no primeiro quarto. Quando foi a vez de Tulipa ter o bebê, Rosa já estava totalmente recuperada do seu parto e auxiliava a amiga em todos os aspectos necessários, considerando que Tulipa havia feito uma cesárea e sua mobilidade estava muito reduzida por conta do corte e da dor.

Percebi, também, que havia muitos murmurinhos e constantes tensões no cotidiano das presas. Certa vez, após a sessão de fotos realizada pelo PIM, Margarida e Gérbera me chamaram para contar que Babosa estava braba com elas, porque alegava que ambas haviam dito coisas como “negra suja” e “chuta que é macumba”.

Margarida me contou e jurava que nada disso tinha acontecido, com certa afetação e preocupação exageradas. Gérbera ria, achando a situação absurda e engraçada. No momento em que o fato teria acontecido, eu estava conversando com a assistente social em outra sala. No entanto, Babosa parecia bastante chateada, e comentou que não podia confiar em ninguém.

Quando estava perto da hora de sair, encontrei a assistente social na porta do alojamento das gestantes falando para Babosa:

*“não era nada daquilo que tu estavas pensando, amanhã a gente conversa”  
(assistente social, DC, 23/07/2018).*

Segundo a assistente social, Babosa tinha ocorrências anteriores por confusão, acreditava que as pessoas a perseguiram e a insultavam. Porém, isso não afasta a possibilidade de o fato realmente ter ocorrido e, se de fato ocorreu, ser de extremo desrespeito e racismo.

Figura 15 – Mãe segura bebê no colo na UMI



Fonte: Joana Berwanger/Sul21 (CANOFRE, 2018).

Outro fato que me chamou atenção foi na primeira vez que vi Babosa. Era um dia bastante frio e ela usava apenas camiseta, bermuda e chinelos. As presas só se mobilizaram para lhe dar algumas de suas peças de roupas quando uma gestante chegou ao presídio em prisão temporária e puxou-lhes as orelhas. Disse que, na época dela, “se puxava prisão diferente”. Então, neste momento, Babosa ganhou roupas das outras presas e a assistente social também trouxe algumas das cestas de doação. Apesar de comentar que sentia muito calor e havia deixado suas roupas na Penitenciária de Guaíba para as presas de lá, mas isso não mascara o fato de que por dias ela ficou com a mesma muda, sem auxílio das colegas ou das técnicas e agentes.

O caso entre Margarida e Gérbera com Babosa foi bastante marcante. No próprio discurso de Margarida, em conversas informais, era possível perceber movimentos racistas. Apesar de negar que tenha chamado Babosa de tais afirmações, ela me disse, certa vez:

*“A relação (entre as presas) é regular porque varia muito, elas entram e saem. Tem muita discriminação por causa de DST, etc. A gente quer falar sobre higiene pessoal e como se cuidar e elas acham que é preconceito. Mas essas mulheres são leigas, não entendem essas coisas porque são negras, sabe. O preconceito tá na cabeça, às vezes. Acho que 40% das mulheres que passaram por aqui tinham sífilis. Outra que conversei achava que só passava HIV por sexo vaginal” (Margarida, presa, DC, 27/07/2018).*

Essa fala de Margarida me fez enxergar como o sistema prisional é estruturalmente racista, não só na seleção da clientela das prisões, mas dentro do próprio convívio entre as presas. O preconceito, às vezes velado, está em todos os estratos do sistema carcerário, começando desde a perseguição e encarceramento de negros em sua maioria, até estar imbricado nas relações interpessoais, seja entre presas, seja entre presas e técnicas. A fala também me deixou bastante chocada pela naturalidade com que foi dita.

Outra constatação que fiz foi a de certa insubordinação durante as atividades religiosas. Esse era um dos momentos nos quais eu as via mais unidas, pois trocavam olhares e sorrisos debochados com frequência, em uma espécie de vínculo por estarem na mesma situação, passando juntas pelos mesmos momentos e mesmas experiências. Assemelhavam-se muito a estudantes indisciplinados. Essa constatação é bastante curiosa, porque me parece que são nesses pequenos atos de

rebeldia que elas tomam as rédeas do seu encarceramento, tornando-se agentes e responsáveis pela sua vida, rebelando-se à situação a qual lhes foi imposta.

As visitas das religiosas eram apenas parte das atividades desenvolvidas semanalmente na UMI. A seguir, trago as rotinas diárias das presas, bem como das atividades realizadas por dia na unidade. A conferência de manhã é feita às 7h, seguida pelo café da manhã, às 8h30, e pelo pediatra, às 9h. Das 9h às 10h, é liberado que elas acessam o pátio interno da unidade, que pega sol. A partir das 10h, é destinado tempo para que elas realizem as atividades de limpeza da unidade, incluindo lavagem de roupas. À tarde, a partir das 13h30, é destinado tempo para as atividades internas, às 15h é servido o café da tarde e liberado o pátio interno, às 16h30 é servida a janta e às 17h ocorre a conferência, quando elas devem ir de volta aos dormitórios e passam a ficar fechadas novamente. A lavanderia tem períodos definidos para gestantes e mães, divididos entre manhãs e tardes de segunda, quarta e sexta-feira.

As atividades dos grupos ocorrem de segunda a sexta-feira. Na tarde da segunda-feira, a partir das 13h30, a hora é reservada para as atividades do PIM. Das 15h30 às 16h30, as religiosas da Assembleia de Deus têm a sua vez. Nas terças de manhã, das 9h às 12h, é o período destinado ao Um Pelo Outro. À tarde, na primeira e terceira semana do mês, a Pastoral Carcerária faz atividades com as presas na unidade. Nas quartas-feiras, na primeira semana do mês, há um período destinado às Testemunhas de Jeová. Nas quintas-feiras, as manhãs são divididas entre um grupo espírita e a Igreja Mundial do Reino de Deus; pela tarde, é hora do Um Pelo Outro e da Pastoral Carcerária. Nas sextas-feiras, outro centro espírita visita pela manhã, e a Igreja Universal do Reino de Deus visita à tarde.

As visitas dos familiares e amigos acontecem aos domingos, no pátio, a não ser que esteja chovendo ou muito frio, aí passam para o interior da UMI. Elas ocorrem aos domingos, das 8h30 às 16h30. Nos primeiros e terceiros fins de semana do mês, é liberada a visita de crianças. Os amigos podem visitar uma vez ao mês e as visitas especiais são permitidas duas vezes por mês, das 14h30 às 16h30.

Para Colares (2012, p. 137), os estudos que trazem motins nas prisões femininas são poucos:

O que se sobressai, em se tratando de movimentos que tem mulheres presas como protagonistas é a representação das características emotivas, irracionais e despropositadas que, segundo os agentes penitenciários, dão

vazão às ações femininas. Os depoimentos dos agentes penitenciários não destoam daqueles produzidos por ONGs, apresentando as presas como indivíduos destituídos de racionalidade e disposição para alterarem relações sociais na prisão ou capacidade de protagonismo para a ação. São impelidas por paixões momentâneas que as levam a por fogo em colchões, gritar, ou mesmo cortar os pulsos.

Ou seja, não se dá atenção especial aos movimentos realizados por mulheres dentro dos presídios porque lhes são atribuídas atitudes geradas por emoção, mais especificamente no final do ano, por causa da falta da família nas comemorações natalinas. Isso significa uma lacuna de estudos que foquem as relações entre as mulheres, bem como seus laços criados e mantidos dentro do ambiente prisional.

## **5 MINHA PARTICIPAÇÃO, CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cheguei no presídio com algumas concepções e com algumas ideias previamente formadas. Acreditava que encontraria, como previa Foucault, um ambiente austero e de punição. Apesar de isso ter se confirmado, também tive surpresas positivas em meio ao ambiente extremamente pesado que é um presídio. Sempre comentei, quando era perguntada sobre a experiência de campo, que esta era tranquila, porque minha entrada e saída ocorriam conforme a minha vontade. Eu não era uma presa, minha permanência naquele ambiente não acontecia contra a minha vontade.

O que mais me chocou, de início, foi o cheiro. Já havia ouvido relatos de pessoas comentando sobre o odor dos presídios, mas estar lá e senti-lo me fez perceber que eu estava, de fato, em uma instituição que há séculos é utilizada para retirar os indesejáveis da sociedade. Como mencionei anteriormente, a mistura de umidade, roupas velhas, comida e suor criam um aroma específico que nunca havia sentido em outro lugar, assemelhado àquele de casas antigas, com móveis velhos.

As grades por todos os lados também são chocantes de início, ainda mais em ambientes em que crianças circulam. Apesar de a UMI ser menos parecida com uma prisão, é indiscutível o fato de que, a partir das 17h, as crianças têm sua circulação restrita apenas aos seus quartos. Uma primeira infância restrita do direito de ir e vir é totalmente inconcebível no que diz respeito aos direitos mais básicos desses bebês. Como considerar normal o fato de que uma criança só vá conhecer as estrelas depois de completar um ano de idade e ser colocada em liberdade? Se vemos violações de direitos nas histórias das próprias presas, as trajetórias desses bebês são marcadas, desde o seu nascimento, por restrições.

A crença de que esse sistema poderia ser um pouco mais humanizado se tornou mais forte quando conheci a assistente social e a agente responsável pela UMI. Dentro de um trabalho com salários parcelados, emocionalmente cansativo, encontrei relações de carinho, de proteção e de cuidado dentro dos limites do possível. Essa percepção se tornou mais forte no momento em que a assistente social chamou as presas da UMI de “minhas meninas” em uma conversa com a diretora da instituição. Mais do que buscar uma readaptação dessas mulheres na sociedade, a assistente

social buscava tornar o tempo das presas no presídio o mais tolerável possível, considerando as condições precárias nas quais elas se encontravam.

Percebi que, apesar de ter conseguido me inserir no campo por pouco tempo, pude ter uma visão das relações entre presas e técnicas e entre as próprias presas. Pude vislumbrar suas rotinas, seus medos, anseios e felicidades, assim como pude ter uma amostra do que é o dia-a-dia em um lugar vigiado, de liberdade privada. Por isso, por vezes fui afetada pelos relatos e angústias das mulheres com as quais convivi. No dia em que Tulipa me contou sobre seu filho, que chorava quieto e escondido por causa da saudade, tive que trancar o choro. Depois daquele momento, decidi encerrar o dia e ir embora. Fui até a parada de ônibus com a garganta embargada, porque o sofrimento dela me afetou. A decisão foi para que a minha presença enquanto pesquisadora não ficasse perturbada pela emoção, no entanto, me pergunto como é possível se manter impassível diante da dor do outro. Sentia que as paredes do presídio guardavam décadas de sofrimento calado.

Agora, vejo que essa experiência enquanto pesquisadora, apesar de ter me agregado de forma imensurável enquanto acadêmica, me fez crescer enquanto pessoa. Acredito que é necessário estarmos em um lugar onde possamos ser afrontados pelos nossos privilégios, para que possamos ver empiricamente que existe uma barreira enorme quando nos referimos a classe e raça. Já era do meu conhecimento que o sistema carcerário seleciona pessoas negras e de classes populares, praticantes de crimes de baixo potencial ofensivo. Pude, de fato, conhecer essas pessoas e dar voz às suas histórias, descritas nessa dissertação.

Também acreditava que poderia ser difícil separar essas mulheres dos crimes que elas haviam cometido. A agente me lembrava sempre sobre não dar detalhes demais sobre a minha vida, como onde eu morava e assuntos familiares, dizia que, apesar de não parecer, algumas das mulheres ali presas haviam cometido crimes muito graves. Essa informação me pegou de surpresa de início, me causando um pouco de medo. Mas a convivência tranquila fez com que qualquer barreira fosse derrubada. Mesmo sabendo que aquelas mulheres cometeram crimes, era impossível não reconhecer a sua resiliência e força, considerando que o ambiente em que estavam inseridas tem a capacidade de levar qualquer um a lágrimas e depressão, principalmente pelo distanciamento da família.

Algo que se confirmou durante as minhas incursões em campo e se tornou evidente durante o processo de escrita foi como o Estado está presente na vida

dessas mulheres. Percebi isso principalmente na quantidade de material que reuni para o capítulo referente à relação das presas com as técnicas, permeada pelo Estado. Analiticamente, foi o item que mais resultou em conteúdo, subsidiando material suficiente para diversas páginas, diferentemente do que aconteceu durante a observação das demais temáticas. Ou seja, a presença do Estado e suas ausências fazem parte do cotidiano por meio dos discursos, das práticas, dos relacionamentos.

Ao longo dessa dissertação, busquei explorar as relações das mulheres presas em suas rotinas com as técnicas (aqui representativas do Estado), com as outras presas e com suas famílias. Por meio de um estudo etnográfico, cheguei a conclusões diversas a respeito dos aspectos abordados no decorrer do capítulo analítico. Tive como foco principal os encontros presenciados entre as interlocutoras dessa pesquisa, a fim de compreender as diferenças hierárquicas entre técnicas e presas, bem como as imposições de poder entre as diferentes personagens. Essas relações de poder se fazem evidentes na rotina prisional. Como relatado, as próprias revistas íntimas, legalmente proibidas, impõem poder e deixam visíveis as camadas hierárquicas.

Por outro lado, existem relações de afeto, assim como as percebidas por Lopes (2016), entre presas e técnicas. Apesar de existir um processo de acolhimento no estudo realizado pelo autor, as semelhanças existem no sentido de que também é necessário, quando se observa o cárcere de uma perspectiva humanista, um processo de acolhimento nesse ambiente. O carinho dispensado pela assistente social no seu tratamento às presas se mostrou real em todos os momentos observados. Não foi algo performado apenas durante a pesquisa, mas é algo que também se percebe nos discursos das presas a respeito das técnicas.

No que diz respeito às relações entre as presas, houve uma redução no material coletado, considerando que elas passavam a maior parte do tempo no andar superior por conta do frio. Assim, pude observar seus relacionamentos apenas nos momentos em que atividades estavam ocorrendo no andar térreo. A assistente social decidiu que eu não deveria circular pelo primeiro andar para não atrapalhar a intimidade das mulheres. Apesar de respeitar essa decisão, sinto que isso fez com que eu tivesse menos resultados nesse quesito, considerando que não pude observar as presas em seus momentos de rotina “caseira”, na feitura das refeições, banhos das crianças, lazer e recreação apenas delas.

Também é importante frisar que entrei em contato com a assistente social algumas vezes depois da finalização do campo. Em um primeiro momento, tentei aumentar o meu prazo em campo, buscando entrar em um acordo com ela para que eu pudesse fazer mais inserções. Apesar de não ter tido uma negativa, a comunicação ficou mais difícil, e a técnica se tornou um tanto evasiva. Já em um segundo momento, busquei ter notícias das presas para apresentar um desfecho final neste trabalho. Pedi informações à assistente social no que diz respeito a solturas, partos e novas presas. Fiz a comunicação por e-mail, por considerar ser um canal mais formal, mas não obtive respostas.

Encerro essa dissertação concluindo que as relações entre mães e filhos são definitivamente afetadas pela condição da prisão. Enquanto há uma convivência forçada de vinte e quatro horas por dia com os bebês, há uma separação, também forçada, do resto da família. É importante ter em mente que as presas entrevistadas advêm de camadas populares. Desta forma, suas famílias tinham dificuldades financeiras em realizar os trajetos para visitá-las, fazendo com que acabassem ficando isoladas dos familiares, incluindo dos filhos extramuros.

Suas reações a essa realidade eram as mais diversas. Enquanto algumas entraram em depressão por serem novas no sistema, outras criaram mecanismos de resiliência e se mostravam mais conformadas com a situação. Acredito que a forma de lidar é individual e é modificada pelo tempo de encarceramento de cada uma, uma vez que a experiência é a principal fonte de conhecimento de vida dessas mulheres.

Acredito que essa experiência tenha agregado no conhecimento sobre as vidas das mulheres na prisão, bem como das relações entre mulheres e Estado, suas percepções sobre as suas situações jurídicas e a forma como encaram suas rotinas, realidades e maternidades. Foi apenas com a solicitude dessas mulheres que a criação desse conhecimento foi possível. Sempre disponíveis, revezando-se entre serem mulheres e mães, elas me concederam entrevistas enquanto precisavam amamentar, correr atrás da bebê ou mesmo cuidar do filho enfermo.

Acima desse conhecimento criado, ficam os questionamentos a respeito dos direitos dessas mulheres. Suas aplicações, ainda que rasas, foram reconhecidas nos últimos anos. Existe um receio de como será a vida no cárcere no futuro próximo, considerando a mudança nos governos do estado e do país, bem como na própria direção do Madre. Assim, fica a esperança de que, mesmo a passos curtos, a

humanização da vida no cárcere, abraçando mulheres e bebês, seja cada vez mais realidade em todos os cantos do Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. IN: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. **The Anthropology of the State**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

ADORNO, Theodor W. Teoria da Semicultura. Tradução de Newton Ramos de Oliveira com colaboração de Bruno Pucci e Cláudia Moura Abreu. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 56, p. 388-411, dez. 1996.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Revista Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 11, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2012.51.06>>. Acesso em: dez. 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOITEUX, Luciana et al. **Mulheres e crianças encarceradas: um estudo jurídico-social sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do Rio de Janeiro**. Laboratório de Direitos Humanos (UFRJ). 2015. Disponível em: <<http://idpc.net/pt/publications/2015/11/pesquisa-examina-a-maternidade-no-sistema-prisional-do-rj>>. Acesso em: dez. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>>. Acesso em: dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em: dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm)>. Acesso em: mar. 2018.

BRZUSKA, Sidinei José. **[Foto do álbum Brinquedos & crianças.]** Menlo Park: Facebook, 13 dez. 2011. 2011a. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=341105465904774&set=a.341104722571515&type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **[Foto do álbum Brinquedos & crianças.]**. Menlo Park: Facebook, 13 dez. 2011. 2011b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=341107172571270&set=a.341104722571515&type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **[Foto do álbum Brinquedos & crianças.]**. Menlo Park: Facebook, 13 dez. 2011. 2011c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=341106842571303&set=a.341104722571515&type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **[Foto do álbum Brinquedos & crianças.]**. Menlo Park: Facebook, 13 dez. 2011. 2011d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=341104915904829&set=a.341104722571515&type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **[Foto do álbum Brinquedos & crianças.]**. Menlo Park: Facebook, 13 dez. 2011. 2011e. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=341107152571272&set=a.341104722571515&type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **[Foto do álbum Brinquedos & crianças.]**. Menlo Park: Facebook, 13 dez. 2011. 2011f. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=341106989237955&set=a.341104722571515&type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **[Foto do álbum Mulheres.]**. Menlo Park: Facebook, 22 dez. 2011. 2011g. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=346769102005077&set=a.346472305368090&type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **[Foto do álbum Mulheres.]**. Menlo Park: Facebook, 29 dez. 2011. 2011h. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=352027594812561&set=a.346472305368090&type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. BRZUSKA, Sidinei José. [foto do álbum Brinquedos & crianças.]. Menlo Park: Facebook, 30 dez. 2011. 2011i. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=352341611447826&set=a.341104722571515&type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2019.

CANOFRE, Fernanda. Depois de decisão do STF, mulheres presas vivem expectativa por prisão domiciliar. **Sul 21**, 28 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/02/depois-de-decisao-do-stf-mulheres-presas-vivem-expectativa-por-prisao-domiciliar/>>. Acesso em:

COLARES, Leni Beatriz Correia. **Sociação de mulheres na prisão: disciplinaridades, rebeliões e subjetividades**. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa

de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142789/000826168.pdf?sequence=1>>. Acesso em: out. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**, v. 41, p. 1-20, 2015. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-soc-073014-112142>>. Acesso em: abril de 2018.

CUOZZO, Juliana Deprá. **Os caminhos da “transmissão da mensagem” Narcóticos Anônimos na Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre, RS**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142949/000994784.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: maio de 2018.

DAVIS, Angela Y. **Are Prisons Obsolete?** Nova Iorque: Seven Stories Press, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela Y.; SHAYLOR, Cassandra. Race, Gender, and the Prison Industrial Complex: California and Beyond. **Meridians**, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40338793>>. Acesso em: jun. 2017.

DINIZ, Debora. **Cadeia**: relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **Quando eles as matam e quando elas os matam**: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri. 2012. 421 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56521/000859687.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: março de 2018.

FONSECA, Claudia. Que ética? Que ciência? Que sociedade? In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Org.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010, p. 39-71.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A sociedade punitiva**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Revista Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em abril de 2018.

JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier**. 2017. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2017. Disponível em: <[http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7428/3/TES\\_DEBORA\\_SOARES\\_KARPOWICZ\\_V2\\_PARCIAL.pdf](http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7428/3/TES_DEBORA_SOARES_KARPOWICZ_V2_PARCIAL.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2018.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOPES, Paulo Victor Leite. “**Homens autores de violência doméstica**”: relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação do Estado. 2016. 287 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2016. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Teses-Premiadas/Antropologia-Arqueologia-Paulo-Victor-Leite-Lopes.PDF>>. Acesso em: novembro de 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres – Junho de 2014**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

MITCHELL, Timothy. Society, Economy, and the State Effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. **The Anthropology of the State**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/12592>>. Acesso em: fev. 2018.

OLIVEIRA, Jéssica Freitas de. **A Criminologia Crítica, o Sistema Prisional e o Aumento do Encarceramento Feminino no Brasil**. 2015. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, 2015.

OLSEN, Frances. **El sexo del derecho**. In: KAIRYS, David (Ed.). **The Politics of Law**. Nova Iorque: Pantheon, 1990. Disponível em:

<<http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/el-sexo-dederecho.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-271, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/4295>>. Acesso em: mar. 2018.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

PEREIRA, Larissa Urruth. **Filhos do cárcere**: uma análise multidisciplinar do princípio da personalidade da pena na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. 2012. 152 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), Canoas, 2012.

PEREIRA, Larissa Urruth; ÁVILA, Gustavo Noronha de. **Aprisionamento feminino e maternidade no cárcere**: uma análise da rotina institucional da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. [2012?] Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/III/13.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

PORTO, José Renato Sant'Anna. Notas sobre os efeitos e a ideia de Estado. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 171-194, 2017. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/download/138/132>>. Acesso em: mar. 2018.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Org.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SANTOS, Thandara. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e da Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional, 2017a. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em: nov. 2018.

SANTOS, Thandara. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen 2016**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional, 2017b. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf)>. Acesso em: nov. 2018.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332001000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008)>. Acesso em outubro de 2016.

SCHUCH, Patrice. Como a família funciona em políticas de intervenção social? **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 309-325, maio- ago. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/15483>>. Acesso em: dez. 2017.

SCOTT, Joan. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. Oxford: The American Historical Review, 1986.

SILVA, Mozart Linhares de. **Do império das leis às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. **Revista Latinoamericana De Estudios De Familia**, v. 1, p.63-81, 2009.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
 Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Comitê de Ética em Pesquisa

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Eu, Luiza Dias de Oliveira, mestranda no PPG de Ciências Sociais, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, juntamente com minha orientadora, prof. Dra. Miriam Steffen Vieira, a convido a participar da pesquisa intitulada "As grades que envolvem o berço: a maternidade no contexto do cárcere". O objetivo principal dessa pesquisa é de compreender como as relações entre as mulheres e seus filhos acontecem dentro do sistema prisional, e de que a justificativa inclui a importância de se compreender como essas relações são criadas e mantidas, além da falta de estudos que foquem nesse assunto, podendo, assim, trazer uma nova visão sobre o tema.

A metodologia a ser utilizada será abordagem sobre a etnografia, sendo a coleta de dados através de entrevistas narrativas, questionários, observação e levantamento de dados a partir da documentação institucional. Os riscos identificados no estudo podem ser danos psicológicos, ao rememorar situações vivenciadas ao longo da experiência no encarceramento e fora dele, mas não há necessidade de detalhamento dessas experiências. Todas as atividades serão orientadas pela equipe técnica da instituição.

A participação no estudo é voluntária. Sua identidade será preservada, e não serão divulgados nomes ou informações que possam lhe identificar. Os dados obtidos serão armazenados em um banco de dados durante 5 anos e utilizados apenas para os fins da investigação, podendo compor a minha dissertação de mestrado ou serem publicados na forma de relatórios, artigos e/ou anais de congressos. Você poderá desistir do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum, assim como, poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados, fazendo contato comigo pelo telefone 55 99681-9400.

Este Termo será assinado em duas vias, ficando uma em seu poder e a outra sob minha responsabilidade.

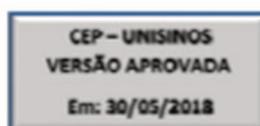
Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de 201\_\_ .

Nome do/a participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do/a participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora responsável: \_\_\_\_\_

Luiza Dias de Oliveira



**APÊNDICE B – TÓPICO GUIA**

- Nome (para fins de documentação, no trabalho final o nome não será utilizado)
- Idade
- Naturalidade
- Estado civil
- Cor
- Escolaridade
- Profissão
- Possuía algum emprego ou exercia alguma função antes do encarceramento?
- Quantas pessoas residiam com você?
  
- Recebe visitas? Se sim, com qual frequência?
- Quem visita?
- Recebe visita íntima?
- Realiza algum trabalho na unidade?
  
- Está em prisão provisória ou tem condenação definitiva?
- Pena total:
- Pena cumprida:
  
- Recebe/recebeu atendimento médico (ginecológico, obstétrico ou clínico geral)?
- Recebe/recebeu acompanhamento pré-natal?
  
- Tem outros filhos? Quantos? Quais idades?
- Com quem estão os filhos?
- O pai tem contato com as crianças?
- As crianças frequentam a escola?
- As crianças possuem algum tipo de atendimento psicológico?
- Tem filhos na Unidade Materno-Infantil? Quantos?
  
- Se estão na Unidade Materno-Infantil:
- Recebem atendimento pediátrico?

- Costumam sair do ambiente prisional?
- Têm contato com outros membros da família?
- Com que frequência recebe visita dos filhos?
- O que você pensa a respeito da presença de crianças no ambiente prisional?
- Qual procedimento você julga adequado ser tomado em relação aos filhos das apenadas?
- Quais são as suas perspectivas para o pós-cárcere?

## ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS  
ESCOLA DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO



### AUTORIZAÇÃO

Na data do dia 13/12/2017 a Escola do Serviço Penitenciário (Setor responsável pelas pesquisas entre a SUSEPE e as Instituições de Ensino Superior) autoriza (o/a) pesquisador (o/a) **LUIZA DIAS DE OLIVEIRA** a realizar a pesquisa sob o título "**As Grades que Envolvem o Berço: A Maternidade no Contexto do Cárcere**" junto a SUSEPE, no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier.

O Projeto de Pesquisa está vinculado a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) do Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais - a nível de Mestrado sob orientação acadêmica do (a) Prof.ª Dra. Miriam Steffen Vieira.

Salientamos que para realização da coleta dos dados necessários ao andamento da pesquisa, é necessário que o (a) pesquisador (a) apresente o Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da IES, e após agende previamente a data da visita ao estabelecimento com o (a) Administrador (a) do Estabelecimento Prisional acima citado.

Mediante esta autorização, solicitamos que após o término do Projeto, o (a) pesquisador (a) envie seu Trabalho/Monografia final de pesquisa para a Escola do Serviço Penitenciário, de forma impressa ou digital.

Destacamos que o (a) pesquisador (a) deverá respeitar, rigorosamente, os procedimentos operacionais e de segurança de acordo com a Administração do Estabelecimento Prisional onde irá ocorrer a pesquisa.

**Adão Jose Flores Filho**

Diretor da Escola do Serviço Penitenciário